

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

14 a 20 de outubro de 1991 nº 10

ANGOLA DESVALORIZA MOEDA

A primeira desvalorização, nos próximos dias, será de 50%, prevendo-se para mais tarde uma política cambial com desvalorizações graduais.

Essa política está ligada a uma reestruturação da economia exigida por vários fatores: desmobilização de 200 mil militares (do governo e da UNITA), o contínuo déficit orçamental e despesas adicionais decorrentes dos custos de funcionamento da Comissão Conjunta Político-Militar.

Com base nessa reestruturação, prevê-se que será implementado um pacote de medidas que estabelecerá uma nova paridade, na qual 1 US\$ valerá 90 NKZ (novos Kwanzas). Uma segunda desvalorização poderá ocorrer um mês após a primeira, fixando-se uma nova taxa em US\$ 1.00 = NKZ 131.00\$. (p.12).

EUA FINANCIAM ELEIÇÕES EM ANGOLA

(Angola)

BUSH APOIA SAVIMBI SEM FUNDOS PARA CAMPANHA

Jonas Savimbi, em visita a Washington, tentou neutralizar a boa impressão causada pelo presidente José Eduardo dos Santos em setores empresariais e do Congresso Americano. Eduardo dos Santos demonstrou grande empenho no estabelecimento em Angola da democracia política e da livre-iniciativa econômica, pedindo em troca reconhecimento diplomático e suspensão das sanções comerciais. Savimbi pôs em questão o quadro apresentado por Dos Santos e, apesar de setores do Congresso pensarem ser chegado o tempo de terminar com o castigo infligido a Angola, o governo Bush não pretende levantar o embargo ou estabelecer relações diplomáticas. O governo e o Congresso Americano declaram firmemente que não auxiliarão a UNITA com fundos de campanha, nem qualquer outro partido, contribuindo com "um máximo" de 5 milhões de dólares para a organização das eleições de 1992. (pp.10 e 14).

RENAMO QUER PORTUGAL NAS NEGOCIAÇÕES DE PAZ

A oitava rodada de negociações de paz em Moçambique, realizada na comunidade católica de Santo Egídio (Roma), alimentou algum otimismo quanto a assinatura de um acordo geral até o final do ano. Além de um futuro encontro entre o presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, estão amadurecendo propostas para um acordo de paz.

Os mediadores italianos propuseram alguns pontos à Renamo e aos representantes do governo moçambicano: a Renamo deveria reconhecer o Estado, o governo e as leis fundamentais do país após o acordo de cessar-fogo. Em troca receberia um estatuto de privilégio em relação às outras forças oposicionistas, obtendo, ainda, a garantia de que até as eleições gerais o governo não iria aprovar novas leis que contrariassem o espírito de diálogo.

Se estes princípios forem confirmados, o governo de Maputo e a Renamo terão que buscar acordos nos seguintes pontos: questões de natureza política (lei dos partidos, lei eleitoral e direitos civis), questões militares (calendário técnico do cessar-fogo, sua supervisão e modalidade para a formação do Exército nacional único) e as questões ligadas às garantias internas e internacionais. Todos esses pontos irão requerer a constituição de uma Comissão Conjunta Político-militar e a indicação dos países que serão convidados como observadores do processo de transição.

Uma dos pontos de maior divergência entre o governo e a Renamo diz respeito ao calendário eleitoral. O governo apoia a realização das eleições no próximo ano. A Renamo — apostando no desgaste governamental — defende o prazo mínimo de um ano para permitir a criação de condições necessárias para as eleições.

Para Dhlakama, o fundamental é definir o que vai acontecer após o cessar-fogo, condicionando a assinatura de um acordo político global, à suspensão de alguns artigos governamentais da Constituição que não garantem a liberdade. Por outro lado, o líder da Renamo, assim como o presidente Chissano, estão de acordo com a participação do governo português nas negociações. (p.34).

ÁFRICA: UMA TRANSIÇÃO ACIDENTADA

Para Carlos Blanco de Moraes, a queda do muro de Berlim causou um grande impacto em África; "mais de duas décadas de tirania mascarada (...) desfizeram-se ante o desinvestimento e o desinteresse das superpotências". Em um cenário pontuado por guerras civis, tiranias agonizantes sem sucessores creíveis, intervenções militares estrangeiras, fome e epidemias, "notáveis" africanos, reunidos em Kampala, chegaram à conclusão de que "muitos dos problemas de África adviriam de seus dirigentes", que constituiriam autênticas "elites vampirescas", tendo sido feitas duas recomendações principais: o respeito pela propriedade privada e a implementação do pluripartidarismo. A matéria prossegue com um rápido "survey" da atual situação dos países africanos, caso a caso. (pp. 01-02)

O 19 Encontro das delegações de Portugal e dos PALOP à reunião anual do FMI/BM teve lugar em Lisboa, redefinindo-se a importância do Banco de Portugal na cooperação e assistência técnica prestada aos bancos centrais dos "cinco", nos planos da reestruturação financeira e da estabilização macroeconómica. A matéria constitui um bom "compte-rendu" do Encontro, detalhando as intervenções dos participantes e destacando o peso dos PALOP no comércio exterior português (3,4% das exportações lusitanas destinaram-se aos PALOP, no ano passado; no mesmo período o Reino Unido dirigiu 3,7% das suas exportações para o conjunto dos países africanos). (p.03)

A CONVERSÃO DE SAVIMBI (Angola)

Frédéric Fritscher, correspondente do Le Monde, procede a uma análise das declarações do presidente da UNITA, durante o seu périplo por algumas das mais importantes cidades angolanas, destacando sua afirmação de que "o setor público não deve interferir na vida económica" e que "o desenvolvimento de uma economia de mercado interno" é condição para se obter "trocas frutuosas com o estrangeiro". Fritscher ressalta a bipolarização da vida política, personificada nas figuras de José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, e a precariedade da "terceira força". (p.07)

A VEZ DE CABINDA (Angola)

CABINDA A CAMINHO DA AUTONOMIA

O presidente José Eduardo dos Santos revelou, no parlamento, que o seu governo tem mantido contatos com "representantes de algumas sensibilidades que tem influência no seio de grupos armados" de Cabinda.

Os grupos armados tem reivindicação nos últimos tempos ataques violentos contra cidadãos angolanos que não falam fiote, a língua local, sob a acusação de serem colonizadores. São três os grupos que lutam pela libertação de Cabinda: duas FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), de Nzita Tiago e Panque Franque (um ligado ao Zaire, outro ao Congo) e a UNALEC (União de Libertação do Enclave de Cabinda).

A posição governamental aponta para a concessão de um estatuto de autonomia, afetando uma parte das receitas do petróleo ao desenvolvimento da província. Cabinda produz, atualmente, dois terços do petróleo angolano. Um ponto de vista análogo tem sido defendido por Jonas Savimbi que propôs uma autonomia "do género da Madeira em relação a Portugal". (pp.09e11)

BPA COMPRA POSIÇÃO NO BANCO POPULAR DE ANGOLA

O Banco Português do Atlântico negocia presentemente a compra de uma posição importante no Banco Popular de Angola, que, sofrendo uma alteração em seus estatutos (e no próprio nome; agora chama-se Banco de Poupança e Crédito), pode alienar até 40% de seu capital (parte destes 40% é destinada aos trabalhadores). O BPA e o (atual) BPC chegaram a um acordo acerca do lançamento de uma sociedade imobiliária e de vários empreendimentos no âmbito da formação profissional e reorganização de serviços. (p. 13)

O Fórum para a democratização e pacificação de Angola deverá reunir-se, brevemente, em Luanda e funcionará junto ao presidente da República. A comissão Nacional de Concertação recentemente criada, que agrupa os partidos emergentes, define o Fórum como um "espaço institucional, no qual os partidos políticos legalmente constituídos possam dialogar de forma responsável e nacionalista ..."

O MPLA poderá realizar uma conferência nacional interna, com o objetivo de mobilizar os militantes históricos, que estejam dispostos a "arregaçar as mangas" como em 1975 para afastá-lo de maiores problemas nas eleições de 1992.

Segundo uma fonte governamental, em breve ocorrerá uma mudança nos governos de província, sendo dada como certa a transferência do embaixador Daniel Chipenda do Cairo para a província de Benguela, onde seu prestígio poderá bloquear a influência da UNITA. (p.16)

A BATALHA DA RECONSTRUÇÃO (Angola)

Manuel Duque, diretor do Gabinete de Redimensionamento Empresarial (GRE) e coordenador das privatizações em Angola, afirmou que o seu objetivo "é criar o ambiente para as privatizações e colher experiências que demonstrem a viabilidade do processo de passagem à economia de mercado". Visando tal objetivo foi criado um "programa piloto para a transferência da titularidades ou gestão das empresas do setor empresarial do Estado", que inicia-se neste mês.

Dentre as empresas a privatizar neste programa piloto, destacam-se a EPAN (setor alimentar), a EMEL (construções metálicas), Imavest (confecção) e a CELA (agrícola). Ao todo são 60 empresas, grandes, médias e pequenas de todo o país.

O artigo apresenta de forma detalhada os passos a serem seguidos pelos empresários estrangeiros que pretendam investir em Angola, seus direitos e deveres, além das áreas de maior interesse e rentabilidade. (p.22)

LUANDA EM FEIRA (Angola)

Entre os próximos dias 02 e 11 de novembro (esta última, data de independência de Angola), ocorrerá a FILDA (Feira Internacional de Luanda), que em 1992 se realizará de 17 a 26 de julho. As razões que nortearam a alteração são duas: fugir às presumíveis eleições de novembro de 1992; e, principalmente, porque é nessa altura que começará o ano econômico em Angola.

Este ano estarão presentes 11 países (Portugal, Espanha, Cuba, Moçambique, Índia, China, União Soviética, Estônia, Polónia, Suécia e Zaire), além do país anfitrião. A principal aposta da FILDA — que contará com a presença do Gabinete de Investimentos Estrangeiros — é orientar sobre as condições para o investimento estrangeiro no país. (p.25).

A PESCA DE NEGÓCIOS

(Angola)

LIBERDADE COM MEDO

A primeira matéria enfoca as experiências de um empresário de pescas — atividade considerada uma das mais lucrativas na atual conjuntura do país —,

destacando-se sua afirmação de que hoje em dia, a atividade privada é bem vista, pois nela se depositam as esperanças para a recuperação econômica angolana. Por outro lado, a segunda — que generaliza um certo pessimismo —, destaca que a jovem camada empresarial que surge em Angola tem ainda medo de tomar futuras decisões sem o conhecimento das futuras autoridades, ou que as mesmas interpretem de forma negativa os seus contatos e atividades. (pp. 26 e 27)

ONE-MAN SHOW (Angola)

O artigo descreve, detalhadamente, a viagem do líder guerrilheiro da UNITA, Jonas Savimbi, pelas cidades de Huambo, Lobito e Lubango. Paralelamente, destaca aspectos de sua personalidade, bem como de sua conduta política, que o caracterizariam como um líder populista. A sua ausência de programa, no entanto não impedem o combate ao tribalismo e ao racismo. (pp. 28-30)

AVANÇO CLAUDICANTE (África do Sul)

Na sequência das medidas adotadas pelo governo de Klerk para pôr fim ao apartheid, o passo seguinte deverá ser a negociação com líderes negros a cerca da nova constituição. Acerca da negociação existem divergências. A "Frente Patriótica" (que incluiria o ANC, o Congresso Pan-Africanista-PAC — e a Organização do Povo Azaniano-AZAPO) pretende que a negociação se faça pela Assembleia Constituinte, eleita por sufrágio universal. De Klerk pretende conversações, acordo e eleições para ratificar o decidido, e acusa a oposição, que pretende que "um governo interino" dirija o processo, de "colocar a carroça à frente dos bois", não deixando, todavia, de sugerir um possível compromisso. O massacre ocorrido na "township" de Thokoza em 7 de outubro, onde 18 pessoas que retornavam do enterro de um membro do ANC foram assassinadas por desconhecidos, abalou o acordo de paz firmado entre governo, ANC e Inkatha, demonstrando a urgência de um avanço das negociações. (p. 35)

O COMUNISMO NÃO TEM FUTURO NA ÁFRICA DO SUL, AFIRMA BOESAK

Uma vez que crentes cristãos e muçulmanos sentem um certo receio em se vincular ao ANC por causa da sua aliança com o Partido comunista (SACP), o recém-eleito líder daquele movimento nacionalista na província do Cabo Ocidental, o teólogo Dr. Allan Boesak enfatizou que esta aliança tinha uma natureza estratégica e histórica. Assim, uma vez que o objectivo principal da derrota de apartheid seja atingido, os dois partidos separar-se-ão. [Boesak, considerado um "coloured" ou seja mulato em termos de conceitos raciais de África do Sul, entrou no ANC para mobilizar apoio entre os "coloureds" do Cabo, onde constituem cerca de 65 por cento da população]. Boesak afirmou que a preocupação dos comunistas com igualdade era também um elemento no pensamento cristão. O ANC, como organização, tem a capacidade de buscar as suas próprias soluções. (p. 40)

SLOVO TOMA DECISÃO DE SE APOSENTAR (África do Sul)

Negando boatos sobre o seu estado de saúde, Joe Slovo, secretário-geral do Partido comunista (SACP) confirmou que não concorrerá nas eleições partidárias no próximo congresso, marcado para dezembro deste ano. O motivo para

o seu afastamento, segundo ele próprio, foi um conflito entre as suas responsabilidades no Partido, e no ANC; "procuramos alguém com um chapéu só" afirmou o militante veterano. Ao mesmo tempo, Slovo divulgou uma estatística sobre a filiação comunista em fevereiro de 1990, altura da legalização da atividade comunista pelo governo sul africano, segundo o qual o Partido contou com menos que 1.000 membros, naquele momento. Slovo falou também sobre as garantias democráticas integradas nos novos manifesto e programa da SACP. (p. 41)

ÍNDICE

África Geral	1-2
PALOP	2-6
Angola	7-30
Cabo-Verde	30
Guiné-Bissau	31-34
África do Sul	35-41
Zimbabwe	42-43

África: uma transição acidentada

A queda do muro de Berlim fez mais do que «agitar os coqueiros», usando as palavras de um ministro da Cooperação francês. Na verdade, mais de duas décadas de tirania mascaradas pelo colorido batuque da soberba anticolonial desfizeram-se num ápice ante o desinvestimento económico e o desinteresse das superpotências que pagavam com dólares e armas a podridão dos regimes de conveniência.

Ante um cenário de guerras civis canibais, tiranias agonizantes sem sucessores credíveis, intervenções militares estrangeiras e a expansão da fome e das epidemias, um grupo de «sábios» de diversos países (entre os quais oito presidentes e ex-presidentes) reuniu-se este Verão em Kampala, por iniciativa do general Obasanjo, antigo presidente da Nigéria e candidato a secretário-geral da ONU. Embora os eternos gurus dos «tempos heróicos», como Nyerere (ex-ditador da Tanzânia) ou Kaunda da Zâmbia tenham bolsado os habituais complexos de inferioridade a propósito dos «imperialistas europeus» que exploraram os países africanos e cavaram fronteiras artificiais entre eles, algo de novo e estimulante acabou por acontecer.

Num verdadeiro exercício de autoanálise ou «introspecção política», a maioria dos presentes entendeu que muitos dos problemas de África adviriam dos seus dirigentes, os quais castrarão os seus povos no processo de decisão. Sentindo a perda de três décadas consecutivas, diversos dos presentes descreveram os grupos dirigentes como «élites vampíricas» guiadas por um oportunismo obscuro que as levaria a confundir a sua própria segurança com a dos seus povos.

Dois das principais recomendações foram do respeito pela propriedade privada e a sua esperança no pluripartidarismo, facto demonstrativo de que as lições do Leste estão a ser minimamente intuitas.

As novas estrelas

A ideia de que a democracia constitui uma espécie de «juju» mágico ou árvore das patas para os africanos deve ser desmistificada sem prejuízo do caminho que lhe está subjacente deve ser racionalmente encorajado.

Vários países como a Nigéria de Shehu Shagari, o Gana e o Burkina-Faso (ex-Alto-Volta) ensaiaram experiências democráticas que terminaram no caos político, na corrupção e no conseqüente retorno dos militares ao poder. Todavia, nem tudo foi absolutamente catastrófico: no Senegal, um pluripartidarismo musculado, guiado pelo partido de Abou Diouf, logrou resistir durante anos a ciclones e terremotos.

O mesmo se poderá dizer do Botswana de Quett Masire.

A África lusófona foi qualitativa e quantitativamente a que deu, a partir dos anos 90, os passos mais expressivos na inauguração do processo de transição. Na verdade, as repúblicas de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe desenvolveram, com o apoio do Governo de Lisboa, eleições livres que permitiram a partidos oposicionistas de centro-direita ascender ao poder.

O Benim (ex-Daomé) experimentou também por via eleitoral a substituição pacífica do velho oligarca marxista Mathieu Kérékou pelo liberal Nicéphore Soglo. Convirá todavia referir que os últimos meses de poder deste dirigente não foram um mar de rosas, pois rebentaram desastrosos quando o Governo se mostrou incapaz de pagar a tempo aos funcionários, e os votantes nem experimentavam mudanças reais no seu dia-a-dia.

Países em transição

Angola parece liderar o processo de transição democrática mais credível, não só devido à sua riqueza intrínseca mas porque as duas superpotências e a antiga potência colonial pressionaram as duas facções locais a um entendimento racional. A guerra civil deverá ser trocada por um processo eleitoral a ocorrer no próximo ano. No Gabão e na Costa do Marfim, os carismáticos presidentes Bongo e Boigny chegaram a um acordo com as oposições moderadas, tendo em vista favorecer uma transição democrática a curto prazo.

Na Guiné-Bissau, um processo análogo parece estar em curso, apesar de o partido no poder, dirigido pelos militares afectos ao presidente Nino Vieira, reprimirem discricionariamente os seus opositores, a ponto de se levantarem dúvidas sobre a seriedade do futuro processo eleitoral. Na

Nigéria, os militares dirigidos pelo general Babangida ensaiaram também uma transição democrática «blindada» e «dirigida», criando dois partidos «provetas» de génese castrense: um de centro-esquerda e outro islâmico, de centro-direita. Em 14 de Dezembro terá lugar uma eleição autárquica, como balão de ensaio para o sufrágio presidencial e parlamentar de 1992.

No Gana, o extravagante e nomeadamente Jerry Rawlings (filho de uma meretriz negra e de um escocês bêbado), que já desencadeou com êxito dois golpes de Estado, logrou, através de uma inesperada ditadura honesta, imprimir uma expressiva melhoria económica ao país, o que faz inveja aos vizinhos. Embora os partidos oposicionistas desejem eleições imediatas, o confiante tenente aviador prometeu eleições presidenciais e parlamentares para 1992.

Na Zâmbia, a miséria económica, os motins e as pilhagens levaram Kuanda a aceder em terças armas eleitorais com a oposição, a qual, consciente da eventualidade de possíveis fraudes, apresenta Sikota Wina, da «Democracia Multipartidária», como sério rival para as eleições de 31 de Outubro. No Burkina-Faso, o sangrento ditador marxista local, Blaise Compaoré, acedeu, face à pressão opositora, convocar eleições para Dezembro e Janeiro. Todavia, os partidários do militar, que também é candidato, esquearam na semana passada várias sedes dos partidos antagonistas, ensombreado a claridade do percurso. Pierre Dembe, director regional do desenvolvimento da ONU, é o mais sério rival de Compaoré. Na Serra Leoa, o general Momoh prometeu eleições gerais para 1992, mas a UFP (coligação de 6 partidos opositores dirigida por Lavalie) exige observadores internacionais para garantir a regularidade do primeiro escrutínio democrático.

Noutros países, a força dos blocos multipartidários da oposição levou os velhos ditadores a perderem o comboio do processo, e a convocarem conferências nacionais, reduzindo os seus poderes a um papel nominal e nomeando dirigentes oposicionistas para primeiros-ministros.

Tal parece ser o caso do Congo, do presidente Sassou Nguesso cujo governo, dominado por 40 partidos da oposição, convocou eleições para o 1.º trimestre de 1992; e do Togo, onde a Conferência le-

vou o líder oposicionista Koffigoh a primeiro-ministro, reduzindo o presidente Eyadéma ao papel de um «pato coxo». Os fracassados golpes militares, o último dos quais ocorreu esta semana, terão reforçado o primeiro-ministro. Uma conferência interpartidária demitiu o comandante das Forças Armadas do Níger, convocou eleições para o próximo ano e reduziu a performance do presidente Ali Saibou a uma representação decorativa; e, finalmente, do Zaire, país no qual, após as pilhagens catalisadas por militares sem prít, e a materialização de uma humilhante intervenção militar estrangeira, o ditador Mobutu foi obrigado a nomear primeiro-ministro Etienne Tshisekedi (o seu mais azedo opositor), que o insulta diariamente e reclama a sua prisão, criando uma situação verdadeiramente surrealista.

Noutros estados mais retardatários e divididos por guerras intestinas, longas conversações parecem preparar processos de pacificação e escrutínios eleitorais. Em Moçambique, arrasta-se sob mediação da Igreja Católica e do Estado italiano um diálogo que deverá em teoria conduzir um dos mais pobres estados do mundo a um simulacro de eleições multipartidárias.

Na remota República Centro-Africana, o general Kolingba iniciou em 17 de Setembro conversações com os líderes dos partidos oposicionistas, tendo em vista o início de um processo democratizador. Na Guiné-Conackry, o presidente Conté desencadeou um idêntico processo, conducente a um sufrágio no próximo ano, havendo todavia indícios de um abrandamento de velocidade em relação ao mesmo.

No meio do ciclone, alguns autocratas resistem com maior ou menor eficácia à onda de mudança. Assim, nos Camarões, o presidente Paul Biya, após gestos apaziguadores quanto à convocação de eleições livres, encerrou em Setembro sete jornais da oposição, ordenando prisões de dirigentes políticos hostis. Em Madagascar, continua a pressão violenta das ruas para a deposição do presidente Ratsiraka, que se entrenchou obstinadamente no seu palácio apesar das manifestações sangrentas, saques, fuzilaria e governos paralelos constituídos pelos seus opositores.

No Quênia, o ditatorial presidente Arap Moi continua a rejeitar o multipartidarismo

(que denomina de «lixo»), virando na passada semana os canhões contra os EUA que acusa de favorecer «traidores» e «entes malignos». Após sedes do seu partido único terem sido queimadas em Nairobi, Moi expulsou da capital vários dirigentes do «forum» das forças opositoras.

Curiosamente, apenas no Malawi, Tanzânia e Guiné Equatorial as respectivas ditaduras patriarcais têm logrado subsistir sem contestação. Todavia, no Malawi, a instabilidade explodirá com a morte do frágil octogenário Kamuzu Banda, e na Tanzânia o colapso económico poderá ameaçar o presidente Mwinyi com uma crise semelhante à da Zâmbia.

Tirando talvez a África lusófona e parte da francófona (nas quais o papel protector das antigas potências coloniais se fará sentir) o continente africano não encontrará na democratização remédio para todos os seus males. O desinvestimento atingirá as áreas mais pobres, e o reflexo do renascer do nacionalismo europeu será em África pouco saudável, dado que o mesmo se traduzirá no estímulo ao separatismo tribal na África do Sul, Angola (Cabinda), Zaire (Katanga), Senegal (Casamance), Etiópia (Eritreia), Sudão (Sul cristão) e Somália (dividida em três zonas).

Carlos Blanco de Morais

Mindelo distingue Manuel Ferreira

A CIDADE do Mindelo vai contar, a partir de amanhã, com um cidadão honorário: Manuel Ferreira, escritor que tem dedicado a maior parte da sua obra ao estudo sociocultural de África, tendo regido, na Faculdade de Letras de Lisboa, a cadeira de Literaturas Africanas.



Autor de uma obra consagrada à cultura africana

A decisão de distinguir Manuel Ferreira com o título de cidadão honorário do Mindelo foi tomada, por «unanimidade e aclamação», pelo Município, onde irá decorrer a cerimónia com que Cabo Verde sublinhará o perfil deste homem de Letras, marcando, ao mesmo tempo, o 50.º aniversário da chegada do escritor à ilha de São Vicente, integrado nas forças expedicionárias.

Recorde-se que o autor de títulos como *Hora di Bai* foi a personalidade que mais lutou pela introdução nas Universidades portuguesas do estudo das literaturas africanas, projecto que viu realizado após o 25 de Abril.

Manuel Ferreira segue, hoje, para Cabo Verde, acompanhado de sua mulher, a escritora cabo-verdiana Orlanda Amarylis. A Edilidade do Mindelo realça igualmente o papel que Manuel Ferreira teve junto da geração de estudantes do Liceu de Gil Eanes, na década de 40.

PALOP dão activos por dívidas

DIÁRIO
TERÇA-FEIRA 8 OUTUBRO 1991

As convenções financeiras em vigor entre o Banco de Portugal e a Companhia de Seguros de Créditos (COSEC), por um lado e o Banco Nacional de Angola (BNA), por outro, vão ser revistas muito em breve, prevendo-se que os limites das linhas de crédito acordadas no âmbito destas convenções sejam aumentados em cerca de um terço (aproximadamente 33 por cento).

A revelação foi feita ontem ao PÚBLICO, em Lisboa, pelo governador do Banco de Portugal, Tavares Moreira, durante um intervalo dos trabalhos do primeiro encontro das delegações de Portugal e dos países africanos de expressão portuguesa à reunião anual do FMI/BM (que terá lugar em Banguecoque).

Nos termos da convenção financeira com o BNA, renegociada em Abril último, compete a esta instituição supervisionar os fluxos financeiros derivados da compra de petróleo angolano (quinze mil barris por dia). Estes fluxos são aplicados na satisfação de compromissos de Angola relativamente à importação de bens e serviços a partir de Portugal. Em 1991, o valor dos fluxos deverá atingir os 80 milhões de dólares (cerca de 12 milhões de contos). Na sequência das negociações em curso, prevê-se assim, um aumento substancial deste valor.

O encontro que começou ontem no auditório do Banco

de Portugal, em Lisboa, contou com intervenções dos governadores dos bancos centrais de Portugal, Moçambique (Adriano Maleiane), São Tomé e Príncipe (Manuel Nazaré Mendes), Cabo Verde (Oswaldo Sequeira), Guiné-Bissau (Pedro Godinho Gomes) e do vice-governador do Banco Nacional de Angola (Generoso de Almeida) em representação do governador (Fernando Teixeira).

Tavares Moreira destacou a importância da intervenção do Banco de Portugal no âmbito da cooperação e assistência técnica que tem vindo a prestar aos bancos centrais dos PALOP, acrescentando que os efeitos dessa colaboração "não se esgotam na reestruturação dos sistemas financeiros em causa projectando-se também no próprio plano das políticas de estabilização macroeconómica empreendidas por estes países".

Maior rigor e renovação

O responsável criticou "a indisciplina das finanças públicas, que constitui uma das principais componentes da ineficiência dos sistemas económicos dos PALOP e, como tal, tem sido o principal alimentador do processo inflacionista".

Salientando a necessidade de uma desregulamentação gradual dos sectores financeiros dos países em causa (de

modo a permitir taxas de juro reais), Tavares Moreira salientou o "aspecto positivo" constituído pelo interesse crescente dos bancos portugueses em abrir sucursais nos PALOP ou participar no capital de bancos locais, "que pode ajudar o processo de renovação dos sistemas financeiros" africanos.

Durante os trabalhos foi anunciada a decisão do banco central de São Tomé e Príncipe, de autorizar a constituição do Banco Internacional de São Tomé, uma instituição em que vão participar o BNU, com 22 por cento, e o Banco Totta e Açores, com 30 por cento do capital, ficando assim a maioria nas mãos dos dois bancos portugueses.

Alípio Dias revelou ao PÚBLICO que o investimento inicial no banco será de aproximadamente um milhão de dólares e entrará em actividade no primeiro semestre de 1992. O Banco Totta e Açores vai entretanto abrir uma sucursal na Guiné-Bissau, revelou o mesmo responsável.

Quanto ao Banco de Portugal, vai também, em breve, abrir uma delegação em Luanda, tendo sido autorizada para o efeito pelo Conselho de Ministros do país. Para já, Tavares Moreira vai assinar hoje três acordos-quadro de cooperação e assistência técnica com os bancos centrais de Cabo Verde, Moçambique e Guiné-Bissau, estando já em vigor um acordo

deste tipo com o BNA.

Durante a manhã de ontem, os responsáveis dos bancos centrais dos PALOP tiveram ocasião de fazer, nas suas intervenções, o ponto da situação dos respectivos processos de recuperação económica e transformação dos sistemas financeiros, adiantando também pormenores sobre as políticas monetárias e cambiais em vigor. Cada orador ilustrou a sua intervenção com exemplos e referências numéricas e estatísticas concretas, o que proporcionou à assistência uma visão bastante clara das realidades em causa.

De destacar a intervenção de Pedro Godinho Gomes, governador do banco central da Guiné-Bissau, que lançou um desafio a Tavares Moreira, ao sugerir que o Arranjo Monetário em vigor entre os dois países "representando uma experiência válida de cooperação monetária é susceptível de ser melhorado". As soluções seriam o reforço da sua capacidade institucional de suporte, a flexibilização das modalidades de utilização da linha de crédito decorrente do Arranjo (1,6 milhões de contos por ano) e a revisão dos seus objectivos, "com vista a que, dentro de um prazo razoável que poderíamos estimar em três anos, pudéssemos atingir a convertibilidade total do peso (em relação ao escudo)".

A este propósito, Tavares Moreira respondeu que a fase

mais avançada do Arranjo seria realmente criar uma zona de circulação do escudo incluindo a Guiné-Bissau, mas as condições políticas não eram propícias na altura da sua assinatura.

Entretanto, avisou que "isso implicaria que a Guiné-Bissau teria de se sujeitar às regras da entidade emissora do escudo e de acatar uma disciplina rígida em matéria de finanças públicas", manifestando preocupação sobre os desvios aos objectivos macroeconómicos e metas orçamentais eventualmente verificadas.

"Tivemos alguma prudência, porque esta é a nossa primeira experiência de Arranjo Monetário e não queremos que falhe, pondo em causa a possibilidade da sua transposição para outros PALOP". Em estudo está agora a criação de um novo Arranjo Monetário com São Tomé e Príncipe.

Cooperação a seis

Durante a tarde, num painel presidido por Elias da Costa, secretário de Estado das Finanças, foi abordada a situação actual da cooperação entre Portugal e os "Cinco", com as intervenções de Ribeiro Gomes, em representação do presidente do Instituto para a Cooperação Económica (ICE), Manuel França e Silva, director-geral do Tesouro e Pedro de Almeida, presidente do ICEP.

Ribeiro Gomes fez uma enumeração exaustiva das acções de cooperação do ICE com os PALOP, sublinhando que a ajuda pública portuguesa ao desenvolvimento se situou em 21 milhões de contos em 1990 (correspondendo a 0,24 por cento do Produto Nacional Bruto). O responsável do ICE acrescentou que, contribuindo Portugal com apenas 0,88 por cento para o Fundo Europeu de Desenvolvimento, os empresários portugueses já ganharam concursos no âmbito deste Fundo que se situam entre 4 e 5 por cento do seu valor, não só relativamente aos PALOP, mas também a outros países africanos.

França e Silva, director-geral do Tesouro, numa intervenção concisa e recheada de números, salientou que o "stock" da dívida dos "Cinco" a Portugal atingiu em 30 de Junho deste ano, valores da ordem dos 470 milhões de dólares (70,5 milhões de contos). "Desta dívida, 28 por cento resulta da concessão de empréstimos e o remanescente é consequência da execução de garantias do Estado, prestadas ao financiamento de operações de

exportação" para os PALOP. Várias soluções "compatíveis com a capacidade financeira do Estado português", foram já encontradas para aliviar estas dívidas.

No caso de Moçambique, passam pela conversão de uma parte em activos reais, permitindo a tomada de participações em empresas moçambicanas. Noutros casos (Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), passam pela conversão de parte das dívidas em moeda local (num montante de 28 milhões de dólares).

Pedro de Almeida, presidente do ICEP, valendo-se também de várias referências estatísticas concretas, salientou o papel dos PALOP no comércio externo português. No ano passado, 3,4 por cento das nossas exportações (78 milhões de contos) foram para a África Lusófona, enquanto o Reino Unido dirigiu 3,7 por cento das suas exportações para toda a África, no mesmo período.

Os trabalhos do encontro de ontem no Banco de Portugal terminaram com as intervenções de João Salgueiro, presidente do Banco de Fomento e Exterior, e de José Braz, director geral da ELO, Associação para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. João Salgueiro destacou a questão do financiamento e garantia de investimento português nos "Cinco", enquanto José Brás falou das oportunidades e condicionamentos para a iniciativa privada nos PALOP. ■

CGD entra nas telecomunicações...

"SÓ TOMAREMOS a decisão 30 minutos antes de fechar o concurso", gracejou ontem Sequeira Braga, presidente da Marconi, quando questionado sobre a participação da companhia no concurso do "paging". Sem mais adiantar, Sequeira Braga limitou-se a fazer esta alusão à exclusão da Marconi, quando nada o fazia prever, no concurso telemóvel.

Na conferência de imprensa

improvisada realizada ontem no "stand" da Marconi na "Telecom 91", Sequeira Braga teve ainda algumas considerações em relação aos projectos que a companhia tem em curso. A Caixa Geral de Depósitos, informou, vai entrar com uma participação que pode ir até aos 30 por cento no capital da Marconi-SVA, mas decorrem ainda negociações para a entrada de mais um ou dois parceiros. Assim,

só no fim de Outubro poderá ser anunciado o quadro acionista definitivo.

Sequeira Braga deu ainda conta das suas esperanças — fundamentadas, segundo afirmou — em relação ao financiamento a ser concedido pelo Governo a dois canais internacionais de televisão, que emitirão um para os PALOP e o outro para a comunidade portuguesa na América do Norte. Este é um

projecto que está a ser desenvolvido pela Marconi, RTP e RTC e custará na totalidade cerca de um milhão de contos por ano.

No sua intervenção, o presidente da Marconi reforçou ainda as expectativas partilhadas por outros responsáveis da empresa no sentido de a presidência portuguesa da CEE contribuir para dar um "empurrãozinho" a alguns dos projectos internacionais da companhia. ■ R.S.V.

... e funda empresas nos PALOP e Brasil

Rute Sousa Vasco,
em Genebra

A internacionalização da Marconi tem dois alvos: Brasil e PALOP. A aposta é constituir empresas locais.

Internacionalização é a palavra de ordem da Companhia Portuguesa Rádio Marconi (CPRM) para os próximos anos. Tendo como alvos estratégicos os PALOP e o Brasil, aposta nos serviços de valor acrescentado e na criação de empresas locais, em detrimento de mera venda de equipamento. Na Telecom 91 procura, segundo os seus responsáveis, dar-se a conhecer e aprender com os "gigantes" da indústria das telecomunicações.

A estratégia da Marconi para os próximos anos aponta para uma crescente internacionalização da companhia, objectivo para cuja concretização foram dados recentemente vários passos. Os países africanos de expressão portuguesa, o Brasil e alguns nichos do mercado asiático constituem as pedras de toque desta estratégia e, para os responsáveis da empresa, a Guiné Telecom (com sede na Guiné-Bissau e detida em 51 por cento pela Marconi) constitui, actualmente, o melhor exemplo do caminho a seguir.

Criada há cerca de dois anos e meio, a Guiné Telecom representou até agora um investimento de dois milhões de contos para a Marconi. Este montante elevar-se-á, até 1993, a 3,5 milhões de contos. Parte substancial desta verba será despendida na expansão da rede de comunicação a partir de Bissau para mais seis cidades guineenses.

Outras metas a atingir neste período serão a duplicação da capacidade instalada no que respeita a telefones e telexes, a progressiva digitalização (prevendo-se uma penetração até 70 por cento) e a introdução de novos serviços.

Para o director de Negócios Internacionais da Marconi, Sousa Macedo, a Guiné-Bissau não é, no entanto, a base em que assenta a estratégia da companhia em África. "A Guiné é um exemplo de sucesso na modernização de um sistema de telecomunicações obsoleto", refere, considerando que este país dispõe de "um dos melhores serviços móveis do continente africano".

A comprovar as declarações deste responsável, os factos. A Marconi tem, actualmente, equipas a trabalhar em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde, países para onde pretende estender os seus serviços.

O mercado sul-americano, com especial destaque para o

Brasil constitui outras das prioridades da CPRM. Neste país, está particularmente interessada na participação em projectos de serviço móvel, "paging" e "trucking", deparando, contudo, com o obstáculo de o processo de liberalização do sector das telecomunicações no Brasil se estar a revelar bastante demorado. Sousa Macedo acentua, no entanto, que o envolvimento da companhia nos projectos empresariais brasileiros terá de obedecer a "limitações de bom senso", uma vez que a dimensão do país obriga a investimentos vultuosos.

Empresas locais

"A Marconi não quer apenas vender equipamento", realça Sousa Macedo, pretendendo, antes sim, estabelecer empresas locais, com capitais próprios, que prestem um serviço na sua totalidade". Para isso, a Marconi pretende vir a realizar associações com parceiros locais, participando proporcionalmente com a sua capacidade técnica e de investimento.

Em relação aos novos serviços prestados pela Marconi, nomeadamente aqueles que se encontram na fase final de desenvolvimento, são de destacar as redes privadas VSAT, isto é, redes de telecomunicação de empresas que utilizam pequenos terminais via satélite. Este serviço está vocacionado para as necessidades das grandes empresas, principalmente as multinacionais, agências noticiosas e instituições oficiais.

A vertente comercial das redes VSAT será brevemente autonomizada, com a formalização da constituição de uma nova empresa, a Marasat. De início, a Marasat será detida em 80 por cento pela Marconi e em 20 por cento pela empresa francesa Polycum, mas está ainda a ser negociada a entrada de novos parceiros, que deverão alterar esta repartição de capital.

A agência Lusa é um dos potenciais clientes com o qual as negociações estão bastante avançadas, existindo também contactos com os ministérios da Saúde e dos Negócios Estrangeiros. Quanto a grandes empresas, a Ford-VW Portugal poderá tornar-se, a médio prazo, um dos clientes "top" das redes VSAT. Para a Lusa, segundo foi possível apurar, o investimento a realizar não deverá ser inferior a 150 mil contos.

A Marconi é uma das três empresas portuguesas representadas na Telecom 91 — Feira Mundial das Telecomunicações, que decorre em Genebra entre 7 e 15 de Outubro. Para além da CPRM, também os TLP e a Telecom Portugal possuem aqui os seus "stands", entre os muitos "gigantes" das telecomunicações a nível mundial. ■

Estrangeiros clandestinos e legalizados em debate

Quem és tu, imigrante?

Luis Pedro Nunes

A CGTP organiza um debate sobre imigrantes em Portugal. Dependendo da origem assim parece equivaler um diferente estatuto social. Diz-me de onde vens e dir-te-ei a que classe pertences.

Dos cerca de 108 mil imigrantes legais a residir em Portugal, 40 por cento são oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e 27 por cento são cidadãos da Comunidade Europeia. Duas origens distintas que equivalem a dois perfis bastante diferentes, segundo revela um estudo da CGTP-IN apresentado ontem.

Quanto a trabalhadores clandestinos, a central sindical apenas avança uma estimativa: ultrapassam certamente os 50 mil. Se através dos dados do Ministério da Administração Interna é possível saber quem são e onde vivem os imigrantes legalizados, já relativamente aos clandestinos, a CGTP não pode pormenorizar: a maioria terá vindo dos PALOP mas há bastantes da África francesa, refere José Dinis, da Inter.

O estudo ontem distribuído, que pretende ser uma "radiografia" do imigrante legalizado em Portugal, servirá de documento de apoio ao colóquio organizado pela CGTP, que se inicia segunda-feira, e que tem como objectivo discutir os movi-

mentos migratórios em Portugal e a integração social e laboral dos imigrantes, reunindo cerca de 40 instituições ligadas a esta problemática, num leque muito amplo que vai desde os sindicatos às autarquias.

A diferentes origens equivale um "apartheid" sócio-cultural:

os mais de 43 mil imigrantes africanos ocupam essencialmente espaços urbanos e periféricos (Lisboa, Setúbal e Faro), geralmente degradados e marginalizados que "favorecem, naturalmente, a 'guetização' e o isolamento". Os imigrantes dos PALOP são maioritariamente originários da Cabo Verde (quase 29 mil, seguindo-se Angola (5300), Guiné-Bissau (quase quatro mil), Moçambique (3175) e São Tomé e Príncipe (pouco ultrapassando os dois mil).

Do total de estrangeiros autorizados em Portugal, cerca de 27 por cento são cidadãos comunitários: dessas 29 mil pessoas mais de metade são provenientes da Grã-Bretanha e da Espanha. Mas se a imigração dos PALOP se caracteriza pela predominância de operários e trabalhadores indiferenciados (normalmente na construção civil e serviço doméstico) já a imigração vinda da CEE é fundamentalmente constituída por quadros técnicos e pessoal qualificado.

De referir ainda os cidadãos brasileiros, quase 12 mil. Segundo a central sindical distinguem-se dos restantes imigrantes na medida em que são os que apresentam um maior índice de trabalhadores a ocupar profissões científicas e técnicas (cerca de 20 por cento, contra os cinco por

cento dos africanos), bem com estudantes (40 por cento).

Africanos em debate

Mas vão ser os imigrantes africanos, legalizados e clandestinos, que vão estar no centro das preocupações deste colóquio de dois dias. Quanto aos que têm a sua situação regularizada, o debate vai analisar formas de integração a nível social, habitacional e educacional. Mas as grandes questões prendem-se com os "ilegais". Para José Dinis, "a realidade é que esses trabalhadores estão em Portugal pelo que há que legalizá-los".

"A situação em que se encontram acaba mesmo por prejudicar os restantes trabalhadores", argumenta. Refere da central sindical que a própria natureza do trabalho na construção civil e sobretudo a proliferação de "engajadores" de mão-de-obra menos escrupulosos leva a que este sector se apresente como o "ideal" para a sobrevivência destes imigrantes. Aceitam trabalhos duros, mal remunerados e de elevadas cargas horárias, não estando abrangidos pela segurança social ou sindicalização.

"Afinal entraram no mercado de trabalho tal como os nossos compatriotas nos anos 60", em França, refere José Dinis, adiantando que no colóquio serão também colocadas questões referentes a xenofobia e racismo: "Não há que esconder o assunto. Num debate deste tipo é impossível não abordá-lo". ■

PERLO

DOMINGO, 13 OUTUBRO 1991

... E QUAL É A PERCENTAGEM DE TRABALHADORES DOS PALOP NO PAÍS?

- 40% dos 108 mil imigrantes legais (28,8% são de Cabo Verde, 5,3% de Angola, 4% da Guiné-Bissau, 3,2% de Moçambique e 2% de S. Tomé e Príncipe).

Apoiar mais os PALOP mas com maior exigência

O apoio que Portugal tem dado aos PALOP, sobretudo no domínio dos sistemas financeiros e bancários, pode aumentar. Mas aqueles países devem ter de cumprir os acordos

É POSSÍVEL aumentar o apoio das autoridades monetárias e financeiras nacionais directamente às suas congéneres dos PALOP, ou indirectamente, via incentivo às empresas nacionais que pretendam desenvolver negócios nos cinco países em causa, ou a formação de quadros locais, mas isso deve depender do empenhamento desses países «em processos de reforma estrutural e de ajustamento macroeconómico», disse Tavares Moreira, Governador do Banco de Portugal, durante o "Encontro de Lisboa".

«A forma mais directa do envolvimento das empresas portuguesas passa pelo investimento directo, financiado por capitais importados, em actividades produtivas que se integrem nas prioridades de desenvolvimento» de cada um dos países, especificou o respon-

sável pelo banco central nacional.

Para isso e para que o envolvimento directo do próprio Banco de Portugal - e de outras instituições bancárias portuguesas - seja maior «será indispensável que as regras do mercado funcionem com um mínimo de eficiência» nos PALOP, continuou Tavares Moreira.

Só dessa forma se «ultrapassará a actual fase de relações económicas assentes em trocas comerciais», concluiu o Governador.

A reforçar a ideia de que o apoio do Banco de Portugal vai aumentar, Tavares Moreira anunciou «a criação e abertura, a partir de 1992, de cursos de formação especiais para quadros e técnicos dos Bancos Centrais dos PALOP, que substituirão as actuais acções de formação avulsas e não programadas».

Na mesma linha, o Banco de Portugal vai estreitar a colaboração com organismos internacionais - sobretudo FMI e Banco Mundial - à medida que se forem intensificando os compromissos de cooperação com estes países. Ainda neste âmbito, os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Portugal poderão passar a apresentar nestas organizações internacionais, já a partir do próximo ano, um relatório conjunto em que o processo de cooperação se já apresentado ao pormenor.

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 8 OUTUBRO 1991

A hora da África

NO MEIO da guerra, da fome e das perturbações consequentes da evolução dos regimes políticos, uma voz africana, a de Savimbi, ergueu-se para falar do Acordo Ortográfico, condenando-o. Ao contrário dos seus compatriotas e dos representantes dos outros países lusófonos que deram a concordância dócil às negociações entre Portugal e Brasil e chegaram até a participar na cerimónia de assinatura no Palácio da Ajuda, Savimbi exprimiu com veemência a sua discordância e contestou o Acordo.

Na verdade, os brasileiros, mesmo cultos, estão na maioria alheados do assunto e alguns até o ignoram completamente. Apenas alguns grupos livreiros e alguns linguistas com influência política, pretendem impor um Acordo que permita ao Brasil penetrar no mercado livreiro africano, sobretudo o dos livros escolares.

Portugal, levado pelas fantasias de alguns linguistas, pela passividade de muitos e pelo complexo de inferioridade de alguns dos seus dez milhões de habitantes perante a mais de uma centena de milhões de habitantes do Brasil, julga não ter direito a diferença, devido à sua minoria.

E no meio de todos estes interesses em jogo, forjou-se um texto que se intitula mistificadamente de "unificação" apesar de só vir diversificar ainda mais (com as suas leituras duplas e as suas facultatividades) o que já era irremediavelmente diverso devido às diferenças de pronúncia aquém e além Atlântico. Em vão se têm erguido contra esse texto dezenas de milhares de vozes em Portugal, vozes que deviam ter sido ouvidas num país verdadeiramente democrático.

A África lusófona, que livremente adoptou, após a independência, o Português de Portugal com a sua ortografia, como língua oficial, está a deixar-se levar por uma mistificação que em nada a beneficia. A voz de Savimbi, porém, pode ter despertado a consciência africana. Pode ter chegado a hora da África lusófona compreender que tem uma palavra a dizer, em vez de se confinar ao dócil seguidismo como até aqui. E uma só recusa do Acordo por um país Africano lusófono, Angola ou outro, bastará para que o Acordo não vigore, para que o desastre não se consuma.

Parece que chegou realmente a hora da África. Assim os africanos saibam não deixar passar em vão essa hora, para que possamos continuar a ouvir os seus dirigentes a falar primorosamente o velho português de Portugal, como os temos ouvido até aqui. ■

* presidente do Movimento
Contra o Acordo Ortográfico

PÚBLICO

SABADO, 12 OUTUBRO 1991

RTP COM O PORTUGUÊS NOS PALOP — A Direcção de Cooperação da RTP vai realizar uma série de 60 episódios, com a duração de 25 minutos, especialmente destinados ao ensino do português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Chama-se "Língua Viva" e começará a ser produzida no ano que vem. A acompanhá-lo, surgirão manuais escritos, além das "cassetes" de vídeo. "O programa visa aqueles que já falam o português mas não o usam frequentemente", explicou, esta semana, Clara Alvarez, da Direcção de Cooperação da RTP, no Instituto Franco-Português, durante o encontro "A Escola e os Media". A esta série, seguir-se-ão mais duas, com diferentes graus de dificuldade de aprendizagem. ■

La conversion de M. Savimbi

ou mercredi 9 octobre 1991

L'ancien chef de la rébellion angolaise
fait son entrée en politique

LUANDA

de notre envoyé spécial

Luanda devait marquer l'apothéose de la rentrée officielle en politique de Jonas Savimbi, le président de l'Union pour l'indépendance totale de l'Angola (UNITA). L'accueil de la capitale angolaise fut chaleureux, sans plus. Dimanche 29 septembre, ils étaient quelques milliers à l'aéroport, moins nombreux qu'à Huambo, à Lubango et à Lobito.

Jonas Savimbi n'a pas fait mieux que le président dos Santos, qui, en juin, avait réussi à remplir la place du 1^{er} Mai, à son retour de Lisbonne, où il venait de signer l'accord de paix qui mettait fin à plus de quinze années de guerre civile. Environ cinquante mille personnes étaient là pour l'écouter. Beaucoup avaient été acheminées, de province, en camion et en bus. Certains venaient même de Jamba, le quartier général de l'UNITA, dans l'extrême sud-est du pays.

M. Savimbi a répété un discours déjà bien rodé. Sans la paix « rien » ne sera possible. Elle est l'affaire de « tous » les Angolais, et le chef suprême des FAPLA, l'armée de l'UNITA, s'est engagé à coopérer avec le Mouvement pour la libération de l'Angola (MPLA, au pouvoir), pour maintenir le processus de paix.

M. Savimbi a également expliqué que, dans un pays aussi riche, il n'était pas « normal » que la population soit « si pauvre ». La « guerre fratricide n'explique pas tout », a-t-il dit, avant de présenter « l'alternance » comme un moyen de mettre fin à la « corruption ».

C'est donc fait ! Jonas Savimbi a quitté son sanctuaire de Jamba. Pour la première fois depuis quinze ans, le vieux lion s'aventure loin de son fief. Il a fière allure, sanglé dans un impeccable treillis vert foncé, béret rouge de commando frappé des quatre étoiles de généralissime vissé sur la tête, revolver au côté et anne à pommeau d'ivoire à la main. Chaleureux et courtois, il sait trouver un mot pour chacun, une formule juste pour les amis depuis longtemps perdus de vue. Des yeux sans cesse en mouvement jaugent sans complaisance ses interlocuteurs.

Des années de privation

« J'ai bien fait de commencer par l'intérieur du pays pour me rendre compte », lance-t-il à la vingtaine de journalistes qui le suivent dans sa « marche » vers Luanda. De Huambo où il livra son dernier combat, le 7 février 1986, avant de fuir devant les troupes du MPLA, il fustige le gouvernement responsable à ses yeux du délabrement d'une ville qui fut jadis le grenier de l'Angola. « Huambo que je connaissais n'existe plus. L'incompétence l'a ruinée », déplore le Commandante, comme si dans cette guerre fratricide il n'y avait eu qu'un seul belligérant.

C'est de Johannesburg, en Afrique du Sud, que le *Freedom Fighter* (le Combattant de la liberté), comme l'ont surnommé les Américains, est rentré à Huambo. Le Fokker-100 mis à sa disposition par le président ivoirien Houphouët-Boigny touche le sol de sa région natale au moment précis où les éclairs d'un orage africain déchirent le ciel, sans décourager ceux qui attendent, depuis des heures, le retour de l'enfant du pays.

Jonas Savimbi ne les déçoit pas. C'est devant eux qu'il donne le coup d'envoi de sa campagne présidentielle. Car c'est bien de cela qu'il s'agit. Après la signature de l'accord

de paix, il ne pouvait plus différer sa rentrée politique. Il le répètera à Lubango, à Lobito et finalement à Luanda. « La guerre est finie et nous respecterons scrupuleusement les accords de paix. Mais l'UNITA fonctionne désormais comme un parti politique d'opposition au gouvernement. » L'échéance électorale est fixée à septembre 1992. Il n'y a plus de temps à perdre pour celui qui jouit d'une solide réputation dans le Sud et les campagnes mais qui doit séduire le Nord et les grandes villes du pays.

Lubango, plus à l'ouest, n'a pas connu le déluge de la mitraille. Les canons ont bien tonné dans les environs mais seules les cicatrices laissées par le temps et les défauts de maintenance défigurent cet ancien lieu de villégiature où les colons portugais aimaient venir s'abriter de la chaleur et de l'humidité, au cœur de l'été. Dans le terrain vague derrière le Pensao Ritz, un hôtel privé dont le nom n'est pas en rapport avec le standing, deux carcasses de chars soviétiques, abandonnées sous les jacarandas en fleur, sont prises d'assaut par des hordes d'enfants déguenillés.

Sauveur et démon

Lubango a pourtant la chance d'avoir été, pendant des années, placé sous la responsabilité du gouverneur Lopo de Nascimento, un ancien premier ministre, tête pensante du MPLA dans les négociations avec l'UNITA, qui passe pour être un gestionnaire sensible au chant des sirènes du libéralisme. Les hommes d'affaires locaux ont l'air d'y avoir trouvé leur compte.

Dans la salle des fêtes où ont été conviés les responsables économiques de la région, Jonas Savimbi prononce un discours libéral devant une assistance acquise à sa cause. « Le secteur public ne doit pas intervenir dans la vie économique », affirme le chef de l'UNITA, pour qui « le développement d'une économie de marché interne » est la condition sine qua non pour arriver à « des échanges fructueux avec l'étranger ».

Lobito réserve un accueil délinant au « président Savimbi ». Plusieurs milliers d'inconditionnels et de jeunes en quête de distraction ont

bien failli ravager l'aéroport. Le chef de l'UNITA est contraint de faire l'économie d'un discours. Des contre-manifestants surgissent ici et là. Quelques centaines de jeunes sur leurs bicyclettes chinoises, d'autres perchés sur des camions asthmatiques sillonnent les rues de la ville en arborant des portraits du président dos Santos et des drapeaux angolais aux couleurs du MPLA.

Savimbi et dos Santos, tour à tour sauveur ou démon. Les deux hommes incarnent bien la bipolarisation de la vie politique. La fameuse « troisième force » de tendance sociaux-démocrate qui se dessinait après la proclamation du multipartisme, est toujours balbutiante, ce qui réduit à néant l'espoir de ceux qui ne se reconnaissent ni dans l'UNITA ni dans le MPLA nouvelle manière.

Jonas Savimbi l'admet : « Les risques de friction sont grands là où l'UNITA et le MPLA sont bien implantés. » Pour l'heure, plus décisif encore que la marche qui l'a conduit par étapes à Luanda, paraît être, pour le chef de l'UNITA, son rendez-vous, le 7 octobre, à Washington, avec le président Bush.

FRÉDÉRIC FRITSCHER
(Mardi 1^{er} octobre.)

Empresas desmentem Savimbi

PERU

DOMINGO 13 OUTUBRO 1991

TRÊS EMPRESAS petrolíferas que operam em Angola desmentiram declarações atribuídas ao líder da UNITA, Jonas Savimbi, sobre a concessão de 800 milhões de dólares para a campanha eleitoral do MPLA. As empresas em causa, a Elf Aquitaine, a Agip e a Chevron, afirmam que a sua vocação é a pesquisa e exploração de petróleo, com auditorias severas e sujeitas a limitações legais para qualquer tipo de ajuda financeira para fins políticos.

Angolanos responsabilizam empresa portuguesa

REPÚBLICA
TERÇA-FEIRA 8 OUTUBRO 1991

As investigações do roubo de um milhão de contos de diamantes em Angola, em Setembro, sugere a existência de uma rede especializada. Entretanto, a companhia estatal angolana já apontou uma empresa portuguesa como responsável.

Um grupo de alegados assaltantes, acusados do roubo de diamantes no valor de um milhão de contos da central de escolha de uma operadora portuguesa em Angola, está a ser submetido a interrogatórios que forneçam pistas sobre uma presumível rede de tráfico.

Cerca de um milhão de contos em diamantes, em gemas e para uso industrial, foi roubado na noite de 14 para 15 de Setembro da estação de escolha da Sociedade Portuguesa de Empreendimentos (SPE), no Ocapa, Lunda Norte.

A SPE foi já notificada pela Endiama, o monopólio diamantífero estatal, que a considera res-

ponsável pelo roubo, dado que a empresa portuguesa possui um sistema próprio de segurança.

O roubo levou ao congelamento das negociações que se realizavam há meses para a transformação da SPE em "holding" diamantífera, por oposição ao seu actual estatuto de operador de serviços. Em perspectiva estava um pacote de actividades tal como a exploração, classificação e comercialização de diamantes pela SPE, presumivelmente a partir de Lisboa.

Em meados de Setembro foi roubada a maior produção de sempre da SPE, cerca de 26 mil quilates. "Por uma série de circunstâncias" — que agravam as suspeitas dos responsáveis pela investigação — estavam juntas na central as produções de Agosto e parte de Setembro.

A produção mensal costuma ser recolhida na primeira semana de cada mês mas, facto inédito, não o foi em Setembro. Foram já recuperados 890 quilates, mas crê-se que a maioria das pedras está ainda em Angola.

Segundo um elemento ligado à investigação, o roubo foi executado por nove pessoas, das quais seis estão já identificadas, tendo duas sido presas e outras

estando em vias de detenção. O assalto terá sido planeado por um grupo que aliou angolanos membros da segurança do Lucapa, a segurança industrial e vigilância.

As primeiras declarações dos assaltantes presos apontam para o envolvimento, ainda em termos por determinar, de militares e funcionários da área dos diamantes, disse a fonte da investigação. Os detidos que alegadamente participaram no roubo são um funcionário da Endiama e um traficante da área do Lucapa.

O ataque a Lucapa foi precedido por roubo das instalações da Endiama, em Luanda, de uma lista de recolha de diamantes, seguido do assalto às instalações da direcção da Endiama, de onde desapareceram documentos referentes ao Lucapa.

O roubo foi precedido por um aparente ataque de diversão contra o quartel dos portugueses que fazem a segurança da área do SPE. Na fase de investigação, "houve cenário à James Bond", com homens armados em perseguição e contra-perseguição entre polícias sem qualquer ladrão à vista.

Lusa

Mistério na Lunda O JORNAL 11.10.1991

Roubo de diamantes lesa empresa portuguesa

Disputas de grupos poderão estar na origem do assalto

PELO MENOS duas pessoas estão já detidas em Angola, na sequência do roubo de diamantes, avaliados em mais de um milhão de contos, da central de escolha da Sociedade Portuguesa de Empreendimentos (SPE), no Lucapa, província da Lunda Norte.

O assalto ocorreu na noite de 14 para 15 de Setembro mas só agora as autoridades resolveram divulgá-lo, quando estão já identificadas nove pessoas, todas de nacionalidade angolana, presumivelmente ligadas ao roubo.

A Endiama, empresa estatal que detém o monopólio diamantífero em Angola, responsabilizou entretanto a SPE pelo roubo, alegando que a

sociedade portuguesa tem um sistema próprio de segurança. Um dos detidos, Carlos Rosa Lopes, é, no entanto, funcionário da Endiama e o outro foi referenciado como traficante da área de Lucapa. Antes do assalto, as instalações dos portugueses que garantem a segurança da SPE foram atacadas, aparentemente para testar a sua operacionalidade. Uma fonte citada pela agência Lusa, no início desta semana, apontava para o envolvimento de militares e funcionários da segurança da área dos diamantes.

Fontes ligadas à investigação, contactadas por «O Jornal», consideram que o caso poderá estar relacionado com disputas de grupos interessados na exploração e comercialização dos diamantes no exterior, numa altura em que a produção da SPE ultrapassa largamente a extracção conseguida pelas suas congéneres estrangeiras. O roubo de dia-

mantos suspendeu para já as longas negociações com a Endiama para a transformação da SPE numa holding que lhe permitiria a exploração e comercialização de diamantes a partir de Lisboa.

Os diamantes, em gemas e para uso industrial, constituíam a maior produção de sempre da SPE. Na central de escolha estavam todos os diamantes obtidos em Agosto (cerca de 20 mil quilates) que, excepcionalmente, não foram recolhidos no final do mês, e uma parte da produção de Setembro, num total de 26300 quilates. Por outro lado, e ao contrário do que é habitual, não estava naquelas instalações a produção da Endiama que ali costuma aguardar o transporte para Luanda. Aparentemente, tudo indica que o móbil do crime seriam os diamantes da Endiama, uma vez que o roubo foi precedido de um assalto a instalações da

empresa estatal diamantífera, de onde foram levadas as listas de recolha de diamantes do Dundo. Na semana passada, as instalações da administração da Endiama foram novamente assaltadas e desta vez levados documentos sobre a investigação do roubo na SPE.

Contactado por «O Jornal», o presidente do Conselho de Administração da SPE afirmou que não cabe àquela empresa comentar as acusações sobre «o roubo de que foi vítima», pois certamente que isso teria influência «nas investigações em curso na República Popular de Angola, onde já foram efectuadas prisões e onde, a seu tempo, a verdade surgirá».

Queirós Martins recorda, no entanto, que as acusações contra a sua empresa foram «produzidas por pessoas ligadas à direcção da Endiama, antes de estar concluído o inquérito ordenado pelas autoridades criminais angolanas». L.P.P.

Único território angolano ainda sem paz

A vez de Cabinda

PLU!!!
QUARTA-FEIRA, 9 OUTUBRO 1991

AO RECONHECER, segunda-feira, perante a Assembleia do Povo, a existência de contactos com personalidades de Cabinda, com vista a encontrar uma solução consensual para aquele enclave, o Presidente José Eduardo dos Santos toca um ponto altamente sensível da vida política angolana: Cabinda produz dois terços do petróleo angolano e é a única parte do país onde a paz ainda não chegou.

A posição governamental visa uma solução que não ponha em causa os actuais marcos geográficos e parece apontar para a concessão de um estatuto de autonomia, afectando uma parte das receitas do petróleo ao desenvolvimento da

provincia. Um ponto de vista análogo tem sido defendido por Jonas Savimbi que, a certa altura, chegou a propor uma autonomia "do género da Madeira em relação a Portugal". Cabinda é um território incrustado nas Repúblicas do Zaire e do Congo que, no final do século passado, foi entregue à administração portuguesa através do Tratado de Simulambuco. Tornou-se um protectorado português e foi formalmente integrado em Angola no final da década de 40.

O Governo fundamenta a sua posição de defesa da integridade territorial angolana no respeito pelas anteriores fronteiras coloniais, argumento subscrito pela Organização de

Unidade Africana (OUA), pois de outra maneira as fronteiras do Continente teriam de ser completamente redesenhadas, atendendo aos múltiplos interesses e grupos étnicos que o conformam. E uma tal divisão nunca seria pacífica.

A FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) diz o contrário e reclama a independência do território, para o que se levantou em armas desde a década de 60. Após a proclamação da independência de Angola, a situação permaneceu mais ou menos calma, até porque as próprias forças separatistas se dividiram, sendo neste momento conhecidos, pelo menos, três grupos: duas FLEC, de Nzita Tiago e Ranque Franque (um ligado ao Zaire, outro ao Congo), e a Unalec (União de Libertação do Enclave de Cabinda), de quem não se conhece a liderança e que tem tido uma actuação discreta do ponto de vista militar.

A situação é complicada e as próprias autoridades, que já se aperceberam disso, têm mantido conversações com representantes na FLEC. Uma recente deslocação a Kinshasa do secretário da Cooperação, Johny Pincock Eduardo, foi aproveitada para entabular os primeiros contactos, embora não se tivesse logrado um encontro entre as duas partes, que, no entanto, trocaram correspondência.

Na região, o sentimento "especial" é partilhado por quase todos os nativos, que reclamam melhores condições de vida. O Governo tem tido algum tacto no tratamento do caso, sobretudo nos últimos tempos, indicando para as funções governativas da provincia pessoas de lá oriundas. É o caso do actual governador, Augusto Tomás, um jovem economista que se lançou nos quadros da Presidência da República e que mais tarde foi vice-ministro da Indústria. Também o secretário local do MPLA é natural da região, Maria Manito Café, membro do Bureau Político.

Tem havido uma certa preocupação em manter na hierarquia do partido no poder pessoas originárias de Cabinda, situação que se inverteu no último congresso do MPLA, com a saída do general Pedro Maria Tonha "Pedale", figura lendária do movimento nacionalista. ■

Vitor Silva, em Luanda

BUSSINESS DAY

09/10/91

Cabinda to get some autonomy

LUANDA — Angolan President Jose Eduardo dos Santos says his government is in contact with unidentified forces in oil-rich Cabinda and aimed to concede some autonomy to the northern coastal enclave.

"Military tensions still exist in Cabinda, but there have been contacts with some forces with influence among the armed groups carrying out acts of violence there, with a view to creating principles to end that war and provide a statute of autonomy whose terms could figure in the new constitution," Dos Santos said at the opening of the 10th session of parliament this week.

The government and Unita rebels recently reached a peace accord.

But Cabinda, which is separated from the rest of Angola by a small strip of Zaïrean territory, has been troubled by sporadic separatist violence.

The enclave produces nearly 70% of Angola's oil output of around 470 000 barrels per day. — Reuter.

PLU!!! TERÇA-FEIRA, 8 OUTUBRO 1991

Luanda dialoga com Cabinda

O PRESIDENTE José Eduardo dos Santos anunciou ontem, no parlamento angolano, que está a desenvolver contactos com representantes de várias "sensibilidades" de Cabinda que têm influência no seio dos grupos armados que actuam naquele enclave, com vista a pôr termo definitivo à guerra e a chegar-se a um estatuto de autonomia que poderia ser consagrado na próxima Constituição. Cabinda é a

única região de Angola onde, após os acordos de paz de Bicesse, se registam ainda acções militares. Note-se que também o líder da UNITA, Jonas Savimbi, havia recentemente declarado que Cabinda merecia um estatuto especial. Num outro passo do seu discurso, Eduardo dos Santos reafirmou a intenção de realizar as eleições no "último trimestre do próximo ano". ■

Vitor Silva, em Luanda

EUA financiam eleições em Angola

OS ESTADOS Unidos vão contribuir com "um máximo" de cinco milhões de dólares para a organização das eleições de 1992 em Angola, segundo declarou o sub-secretário de Estado para os Assuntos Americanos, Herman Cohen.

No termo da reunião entre o secretário de Estado, James Baker, e o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, Cohen afirmou que a Administração já foi autorizada a proceder ao dispêndio de verba. "O Congresso ainda não indicou o montante final mas pensamos que não será mais do que cinco milhões de dólares", disse Cohen.

O diplomata americano acrescentou que o dinheiro não será entregue directa-

mente ao Governo de Angola, estando prevista a sua distribuição por diversas organizações empenhadas no apoio a processos eleitorais, como a Fundação para a Democracia e o Instituto Afro-Americano, entre outras.

Herman Cohen disse que a verba não pode ser utilizada para apoiar directamente as actividades eleitorais de qualquer partido. "Ajudaremos a recensear os eleitores, a comprar equipamento, a formar quadros, e ajudaremos outras organizações que vão observar as eleições", declarou.

O PÚBLICO soube, por outro lado, que o presidente da UNITA manifestou a diversos membros do Congresso a sua

oposição total ao levantamento das restrições americanas ao comércio com Angola, nomeadamente no que se refere a investimentos financiados pelo "Exambank".

Uma fonte do Congresso disse que Savimbi pretende que as restrições continuem em vigor, na medida que são instrumentos para "pressionar o MPLA a cumprir os acordos de paz", sobretudo no relativo à data das eleições.

Instado a comentar esta questão, Cohen disse que, face à "reduzida inclinação" do Congresso para levantar aquelas restrições "a posição do dr. Savimbi deverá prevalecer".

Bill Morris, em Washington

Angola

REPO
 SEXTA-FEIRA 11 OUTUBRO 1991

Nomeado comando conjunto das Forças Armadas Angolanas

OS GENERAIS João de Matos, das FAPLA, e Alberto Canjonjo, das FALA, assumirão em conjunto o comando superior das Forças Armadas angolanas. Estes dois oficiais deverão tomar posse nos próximos dias e dirigir o processo de formação do futuro exército único angolano. O comando superior das Forças Armadas tem por missão geral concretizar as directivas genéricas recebidas da Comissão Conjunta para a formação das Forças Armadas angolanas.

O Governo e a UNITA parecem empenhados na formação do exército unificado, processo que deverá estar concluído até à data das eleições gerais. A última reunião da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) aprovou as bases gerais para a formação das Forças Armadas e os critérios de selecção do seu pessoal. Para que isso aconteça é necessário que o acantonamento das tropas se complete o mais rápido possível, motivo pelo qual a CCPM decidiu acelerar o confinamento dos militares nas áreas de localização.

O processo de formação das Forças Armadas deverá evoluir em simultâneo com a localização, desarmamento e a integração na vida civil dos efectivos desmobilizados. As Forças Armadas unificadas serão compostas por 50 mil efectivos, sendo 40 mil para

o Exército, seis mil para a Força Aérea e quatro mil para a Marinha.

A reunião da CCPM decidiu ainda que, até ao dia 15 deste mês, deverá estar concluído o sistema de verificação e fiscalização, enquanto que os postos fronteiriços estarão ocupados até ao final do mês. O vice-ministro do Interior, Fernando da Piedade Nando, disse no final da reunião, que o Governo iria repor a sua autoridade e não permitiria a continuação de "desmandos" atribuídos a militantes da UNITA em algumas províncias do Sul de Angola.

Este assunto foi motivo de manifestações de preocupação por parte dos deputados da Assembleia do Povo (parlamento) que exigiram da delegação do Governo na CCPM mecanismos para sanar os atropelos aos acordos de paz. Os deputados renunciaram-se a favor do reforço da actividade da polícia com vista a garantir a ordem, tranquilidade e cumprimento das leis, tendo solicitado que esta seja apetrechada dos meios para tal.

Alimentar os soldados

Entretanto, aviões norte-americanos têm estado a aterrar no aeroporto de Luanda para deixar viveres para os militares dos dois

exércitos angolanos. Desde segunda-feira que aparelhos "Galaxy" da Força Aérea norte-americana têm deixado rações de combate para os efectivos militares do Governo e da UNITA.

As forças dos dois exércitos encontram-se em fase de acantonamento, com vista a desmobilizar cerca de 200 mil homens e seleccionar os 50 mil que integrarão o futuro Exército Nacional Único.

No primeiro voo o Galaxy trouxe a Luanda 85 mil rações de combate, enquanto que o segundo veio com 100 mil. Outro voo está programado para hoje, trazendo tendas de campanha e cobertores.

O Governo norte-americano comprometeu-se a apoiar logisticamente o processo de acantonamento das FAPLA e das FALA e tem utilizado meios que sobram da operação "Tempestade no Deserto", na guerra do Golfo. Nos próximos dias atracará na capital angolana um navio transportando óleo vegetal, milho, arroz e peixe meia cura. A distribuição dos alimentos está a cargo do Programa Alimentar Mundial (PAM).

As Nações Unidas também estão empenhadas no apoio ao processo de acantonamento dos militares da guerra em Angola, tendo já iniciado um programa de emergência de assistência

alimentar a 250 mil soldados e seus dependentes. O custo total do programa está avaliado em 27 milhões de dólares. O Governo pôs à disposição camiões militares que já se fizeram à estrada levando as primeiras 823 toneladas de alimentos e assistência não alimentar para 11 pontos de acantonamento, independentemente de serem das FAPLA ou das FALA. Outras colunas partirão de outras regiões do país e nas zonas de difícil acesso por estrada serão utilizados aviões.

O PAM estima que serão necessárias 22 mil toneladas de milho, legumes, óleo vegetal, açúcar, flocos de soja, sal e peixe seco. Neste momento as Nações Unidas têm disponíveis 20 mil toneladas de alimentos, mas para outros grupos afectados, nomeadamente as vítimas da fome e da seca. Parte dessa reserva está a ser desviada para a assistência aos militares.

A urgência do programa surge da constatação, no terreno, que as zonas de acantonamento não dispunham de condições para manter os soldados. Isso poderia resultar na dispersão dos militares, com as respectivas armas, em busca de meios de sobrevivência, o que representaria um grave perigo para o processo de paz.

Vitor Silva,
 em Luanda

Cabinda a caminho da autonomia

Savimbi continua a querer Angola na lista negra dos Estados Unidos

Lina Pacheco Pereira

O ENCLAVE de Cabinda poderá passar a região autónoma, estatuto de permissão por termo à tensão militar que se vive naquela parcela de território em Angola. Ao intervir esta semana, no parlamento, o presidente José Eduardo dos Santos revelou que o seu governo tem mantido contactos com «representantes de algumas sensibilidades que têm influência no seio de grupos armados» de Cabinda, numa tentativa de extinguir o último foco de tensão militar no país.

Grupos armados têm reivindicado nos últimos tempos ataques violentos contra cidadãos angolanos que não falam fiote, a língua local, sob a acusação de serem colonizadores. Há cerca de um mês, separatistas da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) contaram as orelhas a seis pessoas (três angolanos e três zairenses) e obrigaram-nas a comê-las depois de as submeterem a um teste de fiote. Novos grupos têm surgido nos últimos tempos, aparentemente a partir de dissidências na FLEC, duas das quais continuam a utilizar aquela sigla, estando uma mais ligada ao Zaire e outra ao Congo, países que cercam o enclave.

José Eduardo dos Santos disse estar «ciente das especificidades» daquela parcela do território e admitiu que o estatuto autónómico de Cabinda poderia ser consagrado na futura Constituição angolana, falando para tanto «a definição de um conjunto de princípios». Cabinda produz dois terços do petróleo angolano, facto que obriga o governo a procurar uma situação de estabilidade na zona, nem que para tanto tenha que destinar uma parte dos lucros da exploração petrolífera a uma futura região autónoma.

Savimbi nos EUA

Savimbi prossegue, entretanto, a sua visita aos Estados Unidos, apostado em demonstrar



Um enclave problemático
Luanda prepara-se para aliviar a pressão

que continua a ter uma relação privilegiada com a Casa Branca e o mundo norte-americano dos negócios.

No encontro de segunda-feira com George Bush, o líder da Unita garantiu que da sua parte não haverá entraves ao processo de paz angolano e pediu ao presidente norte-americano que mantenha o mesmo grau de empenhamento na fase de transição, designadamente no apoio à preparação das primeiras eleições livres.

Savimbi procurou manter a assistência não militar à Unita, designadamente, para fazer face às necessidades alimentares das suas tropas. Esta semana chegaram a Luanda mais de 70 toneladas de rações de combate dos EUA para os soldados das forças armadas angolanas e da Unita já acantonados. A ajuda alimentar fora também pedida pelo presidente José Eduardo dos Santos quando, há três semanas, esteve em Washington.

O dirigente da Unita manteve, no entanto, a sua oposição à retirada de Angola da lista de países marxistas, classificação que constitui um sério entrave às relações entre empresários

norte-americanos e Luanda. Foi aliás, a oposição de Savimbi, num passo recente, que impediu a revogação dessa legislação pelo Congresso, onde alguns deputados esperavam agora que a posição do líder da Unita se alterasse.

Os investidores dos EUA com interesses em Angola não gozam de financiamento do Banco Americano de Exportação e Importação (Eximbank) o que, segundo fontes citadas esta semana pela

agência Lusa, fez com que pequenas empresas americanas perdessem já 500 milhões de dólares em contratos com Angola, que foram concretizados por congéneres de outros países, entre os quais Portugal.

O presidente angolano, quando visitou os

EUA, apelara à Administração Bush no sentido de revogar a legislação que restringe o investimento norte-americano em Angola. Além da falta de apoio do governo ao investimento, existe ainda a chamada emenda Grassley, que sujeita a tributação dupla os lucros das empresas com actividades naquele país africano.

Apesar de Angola ter renunciado ao marxismo, é provável que só desapareça da «lista negra» elaborada pelos EUA após as eleições. Mas a Administração Bush poderá flexibilizar a legislação que se aplica a esse conjunto de países, numa fase anterior ao estabelecimento de relações diplomáticas com Angola, correspondendo aliás, à necessidade de aumentar a sua influência naquele país.

Papa em Angola

O Papa visitará Angola na primeira quinzena de Junho do próximo ano, onde presidirá ao encerramento das celebrações dos cinco séculos de evangelização do país, confirmou o cardeal de Luanda, D. Alexandre do Nascimento, que esteve recentemente no Vaticano.

O périplo de João Paulo II incluirá também S. Tomé e Príncipe, estando, por enquanto afastada a possibilidade de a Namíbia integrar o programa do Papa no continente africano.

Angola desvaloriza moeda

EXPRESSO, SÁBADO 12 DE OUTUBRO DE 1991

A DESMOBILIZAÇÃO de cerca de 200 mil militares das FAPLA e das FALA, o contínuo défice orçamental e as despesas adicionais decorrentes da criação de novos ministérios e dos custos de funcionamento da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) vão obrigar o Governo angolano a proceder nos próximos dias a um profundo reajustamento estrutural da sua economia, que consagrará a imediata desvalorização em 50 por cento da moeda nacional — o kwanza.

O ministro das Finanças, Aguiñaldo Jaime, encontra-se neste momento na Tailândia, portador de uma carta de intenções para negociar com o FMI o novo programa que prevê a introdução, pelo Banco de Angola, de um novo sistema de taxas de juro activas e passivas, uma taxa de desconto do Banco Central e uma taxa de reservas obrigatórias. A política cambial subordinar-se-á a um sistema transitório de câmbios, ao gradualismo da desvalorização e à convergência da taxa de câmbio oficial com a troca de câmbio do mercado paralelo.

Estas medidas, segundo um perito do Ministério das Finanças, visam desviar a procura de divisas do mercado paralelo para o oficial, com a aplicação de taxas de câmbio mais baixas, e disponibilizar os meios de pagamento sobre o exterior para a aplicação de sobretaxas cambiais.

A ruptura alimentar e o acentuado défice orçamental parecem ter constituído as moias propulsoras deste reajustamento que, entretanto, viu parcialmente abortado o plano inicialmente concebido para captar cerca de dois mil milhões de dólares para abastecimento logístico à população. A concepção desta operação, segundo um economista independente, «reflece a falta de realismo e as contradições personalizadas que opõem, por um lado, os ministérios das Finanças e do Plano e, por outro, o Banco de Angola e o secretariado do Conselho de Ministros». Nas actuais condições políticas de Angola, «nenhum empresário arriscaria a investir tão avultadas somas sem as actuais garantias de retorno», advertiu um perito do Banco de Crédito.

Má gestão do Banco de Angola

A última sessão do Conselho de Ministros atacou o problema com alguma profundidade, tendo, de resto, atribuído ao Banco de Angola uma suposta deficiente gestão do diferencial das divisas arrecadadas com a crise do Golfo que se destinavam a honrar alguns compromissos com o serviço da dívida.

O Ministério das Finanças acaba assim de reconhecer que a desvalorização da taxa de câmbio ocorrida há um ano, por não ter sido acompanhada de restrições na política orçamental, acabou por acentuar o défice do OGE, traduzido no financiamento da dívida interna através da emissão vazia de moeda, que provocou um novo excesso de liquidez, encaminhando o país para o ciclo «desvalorização-aumento de preços-inflação-desvalorização». Nalguns círculos políticos, teme-se que a adopção de medidas drásticas no plano económico venha a ter efeitos eleitoralistas negativos para o MPLA que, entretanto, se por um lado não pode prolongar os sacrifícios da população, por outro, para captar a confiança dos credores, tem que reformular a estrutura da sua economia.

Com base neste reajustamento, será implementado um pacote de medidas que estabelecerá a nova paridade com o dólar (usd) em 90 novos kwanzas (nkz). Nalguns meios financeiros da capital angolana questiona-se, entretanto, sobre a aplicação de duas sobretaxas, que poderão vir a corresponder, respectivamente, a um valor total de 459 nkz-usd e 550 nkz-usd. A taxa oficial serão adstritos cinco bens alimentares do cartão básico (arroz, óleo alimentar, açúcar, sabão comum e leite infantil) e alguns combustíveis, enquanto à sobretaxa de 459 nkz-usd importar-se-ão as matérias-primas para a indústria nacional e outros bens alimentares que figuravam no cartão básico.

A importação de electrodomésticos, viaturas e outros produtos será consagrada pela sobretaxa de 550 nkz-usd sem quaisquer restrições quantitativas. O brutal retorno a uma vida concorrencial vai penali-

zar uma classe que sempre viveu acima das suas possibilidades. Se ontem era possível adquirir uma viatura nova avaliada em 12 mil dólares por apenas 2 mil dólares, em troca de 1.500 kwanzas no mercado paralelo, o futuro cenário aponta para uma subida drástica para 10 milhões de kwanzas.

Fixação do salário mínimo

O pacote prevê ainda a venda e compra livre de divisas a particulares com uma sobretaxa de 550 nkz-usd. De acordo com um estudo a que o EXPRESSO teve acesso, poderá vir a estabelecer-se um tecto de três mil dólares/ano para os turistas angolanos e de cinco mil dólares/ano para os empresários.

A curto prazo será anunciada a remonetização salarial nas empresas, fixando-se em 12 mil nkz o salário mínimo, que poderá atingir um valor máximo de 400 mil NKZ. Esta medida visa suprir os cartões especiais e o autoconsumo, extinguindo-se as lojas que utilizam divisas, às quais será dado um prazo de três meses para a sua reconversão, exceptuando-se provisoriamente a Catermar — empresa de «catering» portuguesa — e as cantinas das companhias petrolíferas da ELF e da FINA que, no entanto, deverão limitar a venda de bebidas e outros bens monetizáveis.

De acordo com um perito do Banco de Angola, que deverá converter-se numa empresa pública, sem o peso que lhe confere o assento no Conselho de Ministros, a segunda desvalorização, estimada em 45 por cento, poderá ocorrer um mês após a primeira, fixando-se a paridade oficial em 131 nkz-usd, numa operação que consagrará em simultâneo a nova tabela salarial para a função pública e os salários mínimos nacionais para o sector produtivo. A terceira etapa deste processo deverá fixar a moeda nacional com uma paridade de 184 nkz-usd, devendo o ajuste definitivo ocorrer apenas em meados do próximo ano.

Gustavo Costa
em Luanda

BPA compra posição no Banco Popular de Angola

O BANCO Português do Atlântico está a negociar a compra de uma posição importante no capital do Banco Popular de Angola que, segundo os seus actuais estatutos, pode alienar até 40 por cento do capital a privados, soube o EXPRESSO junto da administração do BPA.

O banco de João Oliveira não coloca como objectivo estratégico a tomada dos 40 por cento, o que, de resto, não seria possível, dado que há uma parte obrigatoriamente destinada aos trabalhadores.

Segundo Manso Neto, director da divisão internacional do BPA, «a principal preocupação é conseguir uma participação que assegure a presença na gestão do banco, e não tanto tomar todo o capital disponível para os privados».

O Banco Popular de Angola, que há cerca de quinze dias passou a ter a designação de Banco de Poupança e Crédito, estabeleceu, entretanto, um acordo de cooperação com o BPA, para o lançamento de uma sociedade imobiliária e realização de várias acções no âmbito da formação profissional e da organização de serviços.

Imobiliária com Mota e C^o e Teixeira Duarte

O projecto da imobiliária já foi apresentado ao Governo angolano e prevê a participação conjunta dos bancos português e angolano, da Mota e Companhia e da Tei-

xeira Duarte. Depois de constituída, a sociedade actuará sobretudo na área da habitação social e edifícios para escritórios e comércio.

A colaboração entre as duas estruturas bancárias tem vindo a desenvolver-se desde há algum tempo, e o BPA é mesmo o principal correspondente do banco angolano em Portugal e Nova Iorque.

No quadro dos seus projectos de expansão internacional, o Português do Atlântico celebrou outros acordos de cooperação, envolvendo o Crédito Italiano e o Bayerische Vereinsbank, da Alemanha. A ligação a estes dois bancos traduz-se numa troca de representantes, que se servem das estruturas das instituições envolvidas no acordo para operar com mais mobilidade junto de potenciais clientes.

Segundo Manso Neto, «concluiu-se que o modo mais eficaz de operar não seria através da criação de escritórios nos diferentes países, mas antes com base num acordo de cooperação, especialmente útil em mercados técnicos onde a troca

recíproca de 'know-how' pode revelar-se extremamente vantajosa».

Os canais já estão abertos na relação com o Crédito Italiano, o que não significa que o BPA não possa trabalhar com outras instituições de crédito daquele país. Ainda é cedo para avaliar os resultados, mas Manso Neto considera que, «sobretudo na área de financiamento, têm sido feitas operações de risco comercial que de outra forma dificilmente teriam sido concretizadas. E isto vale quer para os clientes portugueses quer para os clientes italianos».

A cooperação entre os dois bancos prevê, também, actuações conjuntas na área do «leasing» e do «rent a car», através das subsidiárias do BPA e do Crédito Italiano.

Com o Bayerische Vereinsbank (BV) o protocolo só deverá entrar em vigor dentro de um mês. Neste caso haverá uma particular atenção ao apoio a prestar aos emigrantes portugueses na Alemanha e à concessão de financiamento em Portugal a empresas alemãs, mas com a garantia dada pelo Bayerische.

Uma das características do BV é a especialização no crédito hipotecário. Essa é uma vertente que o BPA se propõe explorar, aproveitando todo o «know-how» do banco alemão para introduzir inovações no mercado português.

Valdemar Cruz

EXPRESSO, SÁBADO

12 DE OUTUBRO DE 1991

PLÚRIO

TERÇA-FEIRA, 8 OUTUBRO 1991

Savimbi optimista

O PRESIDENTE da UNITA, Jonas Savimbi apelou ontem, em Washington, à continuação do envolvimento dos Estados Unidos no processo de paz em Angola. Conversando com os jornalistas na Casa Branca, após uma audiência de 20 minutos com o Presidente Bush, Savimbi declarou ter agradecido aos EUA o seu apoio à luta da UNITA e, depois, ao processo negociado que conduziu aos acordos de paz. Para Savimbi, "há ainda problemas", tendo concretamente apontado os da data das eleições e do acantonamento das tropas. Segundo o líder da UNITA, o Presidente angolano admitiria a possibilidade de um adiamento das eleições para 1993, se não for possível resolver alguns problemas logísticos que poderão afectar o acto eleitoral, designadamente a ausência de comunicações em várias zonas do país e de estruturas administrativas capazes de garantir as operações necessárias. O acantonamento das tropas governamentais, disse Savimbi, só está regularizado em 18 das 27 áreas previstas pelos acordos de paz e só deverá ser concluído em fins de Outubro. Savimbi não será no entanto que estes problemas ameacem a paz: "Nós estamos em diálogo com o Governo e quando há um problema discutimo-lo". Considerou que os problemas são normais, acrescentando que é a primeira vez que os angolanos estão em paz e a prepararem eleições livres desde a independência. "Uma coisa é certa — concluiu — não vamos ter guerra. O povo não quer a guerra. O Governo não quer a guerra. E nós não queremos a guerra".

PLÚRIO

SÁBADO, 12 OUTUBRO 1991

Paludismo mata em Angola

O PALUDISMO matou mais de 135 pessoas durante o primeiro semestre de 1991 na província de Kwanza-Sul e provocou 25 mil casos detectados pelos Serviços de Saúde, indicava ontem a Angop. O paludismo está a atingir números assustadores em especial nos municípios de Sumbe (capital da província) e em Porto Amboim. As autoridades sanitárias referem ainda a existência de dois mil casos de bilharziose durante o mesmo período. ■

Bush apoia Savimbi sem fundos para campanha

JONAS Savimbi foi nesta semana a Washington, decidido a travar a intensificação das relações entre a Administração Bush e o Governo angolano e para assegurar que os EUA não farão nada que enfraqueça a sua campanha para conquistar a Presidência de Angola.

Há duas semanas, o Presidente Eduardo dos Santos foi recebido, na Casa Branca, por George Bush, encontrou-se com dirigentes do Congresso e empresários e impressionou muita gente com o seu aparente empenhamento na democracia e numa economia de mercado. Em troca, pediu aos EUA o levantamento imediato das sanções comerciais e o estabelecimento de relações diplomáticas.

Savimbi estava desejoso de lançar outra luz sobre o quadro cor-de-rosa pintado por Eduardo dos Santos. Aproveitou todas as oportunidades, em público ou em privado, para repetir a sua lista de preocupações:

— que, num encontro na semana passada, Eduardo dos Santos dera a entender que continuava a pretender o adiamento das eleições por mais 36 meses;

— que assassinos do MPLA tinham morto um dos dirigentes da UNITA, o coronel Lourenço Pedro Makanga;

— que as tropas governamentais estavam a ser muito lentas na transferência para as áreas de acantonamento;

— que ainda se encontram no país 7.000 conselheiros cubanos, que o Governo afirma serem não-combatentes.

— que «os comunistas têm uma tradição de falsar eleições» e, por isso, os EUA devem enviar observadores para acompanharem todo o processo eleitoral, e não apenas os últimos dois meses;

— que a pressão do MPLA está a levar o Governo da Namíbia a manter fechada a sua fronteira com Angola, impedindo a UNITA de receber provisões;

— que o Governo recusa divulgar o número de prisioneiros da UNITA que tem em seu poder;

— que o MPLA poderá colocar outros «obstáculos», ainda imprevisíveis nesta altura, no caminho da vitória da UNITA.

Sanções mantêm-se

Savimbi tem pouco a recear da Administração Bush, que já esclareceu não querer restabelecer as relações diplomáticas nem levantar as sanções comerciais antes das eleições. Bush prometeu continuar a exercer pressão sobre Luanda para que as eleições sejam realizadas em Setembro de 92 e para que o Acordo do Estoril seja integralmente aplicado.

Mas alguns membros do Congresso acham que talvez já seja tempo de parar de castigar Angola. Num encontro privado com membros do Comité dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Representantes, Savimbi foi obrigado a discutir a questão e disse que aceitaria o levantamento das sanções se isso fosse feito «com certas restrições», para impedir o MPLA de voltar com a palavra atrás nos seus compromissos.

Contudo, uma fonte no Capitólio disse ao EXPRESSO que os democratas não estão muito interessados em desafiar a Casa Branca na questão de Angola e que «é muito improvável que a política dos EUA relativamente a Luanda seja alterada».

Savimbi está mais preocupado com a atitude das empresas americanas. Avisou-as de que os investimentos a longo prazo e os estudos de viabilidade em Angola seriam «bem-vindos», mas quaisquer investimentos a curto prazo ou acordos de «pré-financiamento» são inaceitáveis, porque esse dinheiro poderia contribuir para a campanha eleitoral do MPLA. Qualquer empresa que ignore este aviso, disse, «será julgada em conformidade».

Quando o EXPRESSO o questionou sobre estas afirmações, Savimbi negou ter usado a palavra «julgar», dizendo depois que não estava preocupado com um adiamento do início da recuperação económica para depois das eleições, porque «não se pode fazer nada por Angola em apenas

dez meses».

O representante de uma empresa petrolífera que ouviu as declarações de Savimbi disse ao EXPRESSO: «Teremos de estudar as observações do Dr. Savimbi», mas recusou-se a esclarecer se elas afectariam os planos de investimento da sua empresa.

O dirigente da UNITA, disse estar convencido de que não haverá um regresso à guerra: «Nós não o queremos, o povo não o quer e o MPLA não o quer» e prometeu que, se a UNITA ganhar as eleições, não afastará os apoiantes do MPLA do aparelho burocrático — e, se perder, apoiará qualquer governo.

Cuidar da imagem junto dos apoiantes conservadores, foi outra das preocupações de Savimbi, que considerou o papel dos EUA no processo de paz mais importante que o de Portugal. O líder da UNITA disse que nunca lutara pelo poder, ao contrário do MPLA, mas apenas para expulsar os cubanos e implantar a democracia, citou Abraham Lincoln e contou piadas sobre Fidel de Castro.

A única desilusão de Savimbi foi a firme mensagem da Casa Branca e do Congresso de que não receberá dinheiro para a sua campanha eleitoral. Em troca, pediu que fossem concedidos fundos para ser criada a infra-estrutura técnica para as eleições, esperando que a presença de técnicos norte-americanos antes do escrutínio impeça os «truques comunistas». Entretanto, pedirá aos seus amigos conservadores que procurem fontes privadas de financiamento para a sua campanha.

Tony Jenkins
em Washington

EXPRESSO, SÁBADO 12 DE OUTUBRO DE 1991

Odebrecht constrói em Portugal plataformas de exploração petrolífera

Paula L. Cordeiro

A internacionalização da Odebrecht, um dos maiores grupos industriais brasileiros, passa decisivamente por Portugal. Depois da aquisição de uma empresa de construção civil e obras públicas em 1988, a Odebrecht instalou recentemente no nosso país mais uma empresa do grupo, a Tenenge, que fabrica e exporta infra-estruturas para plataformas petrolíferas.

Esta é a única empresa existente em Portugal dedicada ao fabrico de plataformas *off-shore* e neste momento conta já com três contratos para o fornecimento das estruturas, duas no mar do Norte e uma no largo da costa angolana, num valor de cerca de oito milhões de contos.

«Queremos ser exportadores de serviços de engenharia inovadores e Portugal será uma das nossas bases de trabalho, inserida na nossa estratégia internacional», afirmou ao DN Emílio Odebrecht, director-presidente da *holding* brasileira e que na passada semana esteve em Portugal.

Emílio Odebrecht revelou que a vinda da Tenenge para Portugal prende-se com a estratégia daquela área de negócios do grupo. A empresa adquiriu recentemente a firma inglesa SLP Engineering, que produz a parte superior das plataformas *off-shore*. «Trabalhando conjuntamente, as duas empresas constroem integralmente toda a plataforma para a exploração de petróleo», afirmou o director da Odebrecht.

Grandes obras despertam interesse

Mas o mercado português está também nos objectivos deste grupo brasileiro. Procurando novos empreendimentos em Portugal, o grupo concorreu já, com a BPC e outra empresa brasileira subsidiária, a Companhia Brasileira de Projectos e Obras (CBPO), ao concurso para a adjudicação do alargamento da rede do Metropolitano de Lisboa.

«Estamos igualmente interessados em concorrer à construção da nova ponte sobre o Tejo, bem como do novo aeroporto de Lisboa», revelou ainda Emílio Odebrecht.

Segundo este responsável da *holding* brasileira, o grupo constitui actualmente o maior investidor brasileiro em Portugal, depois de ter adquirido a BPC por cerca de vinte milhões de dólares e de já ter investido na empresa cerca de 85 milhões de dólares, no seu desenvolvimento.

A Odebrecht tentou, juntamente com a Petrobras, a entrada no capital da Petroquímica de Sines, o que não foi alcançado. No entanto, o gru-

po continua atento às diversas oportunidades de negócio que possam surgir em Portugal, que envolvam essencialmente a utilização de grandes projectos de engenharia, como nos referiu o seu director.

«Estamos atentos a tudo o que se passa no País, nas áreas do turismo e saúde, onde é feito actualmente o maior esforço ao nível das infra-estruturas», acrescentou.

Emílio Odebrecht destaca a filosofia reinante na sua empresa, que se coaduna com o actual desenvolvimento da indústria brasileira e também com a portuguesa. «Não queremos fazer apenas uma obra em Portugal; queremos fazer algo de permanente», afirma.

Formação profissional em Angola

Mas o mercado português apresenta para a Odebrecht a vantagem de poder estreitar as suas relações empresariais com África. Presente em Angola há já vários anos, a empresa brasileira está, neste momento, a desenvolver um programa com o Governo angolano, com vista à integração da mão-de-obra militar que ficar disponível em virtude do processo de paz. «Estamos a fazer um trabalho essencialmente social, pretendendo integrar esses trabalhadores em empresas que venham a instalar-se em Angola», afirmou Emílio Odebrecht, acrescentando que este programa tem também como objectivo levar

empresas portuguesas para aquele país africano.

Para além deste projecto, a Construtora Norberto Odebrecht, uma das empresas do grupo, está a construir em Angola a hidroeléctrica de Capanda, que irá gerar energia no primeiro trimestre de 1993 e mais recentemente participa no Projecto Luzamba, para a prospecção de diamantes.

Em Moçambique, tem igualmente interesses na área da mineração, estando actualmente a explorar uma mina de carvão.

O grupo tem outros projectos na África Austral, nomeadamente na Namíbia e no Zimbábue, estando neste momento a estudar futuras alianças com empresas sul-africanas e japonesas, para desenvolver projectos empresariais nesses países.

Para Portugal, a Odebrecht tem ainda em vista outros empreendimentos. Para já, está a ser estudada a hipótese de trazerem para o nosso país a empresa de informática do grupo, ligada ao controlo e automação.

A BPC continuará, contudo, a ser o «rosto» da Odebrecht em Portugal. Como afirmou ao DN o presidente da construtora que os brasileiros detêm em Portugal, César Castro, a empresa pretende alar-

gar a sua área de actividade, nomeadamente ao sector do mercado imobiliário de construção civil e industrial, prevendo atingir, no final do corrente ano, um volume de negócios de 18 milhões de contos.

A BPC passou de uma quota de mercado de 1,3 por cento, em 1989, para um valor de 4,3 por cento, em 1990, registando a mais elevada taxa de crescimento do sector. As estimativas da empresa apontam para uma quota de 6,2 por cento no final do corrente ano.

A BPC, que no ano passado tinha uma carteira de contratos no valor de 20 milhões de contos, foi responsável pela construção de dois troços da auto-estrada Lisboa-Porto, do novo sistema viário de Coimbra, dos acessos às pontes sobre o Guadiana e sobre o rio Lima.

Angola cria fórum nacional

UM FÓRUM para a democratização e pacificação de Angola, a funcionar junto ao Presidente da República, deverá em breve reunir em Luanda, soube-se na capital angolana na mesma altura em que, em Washington, o líder da UNITA recebia garantias do apoio norte-americano (ver texto nesta página).

Antes de partir para Washington, durante o encontro que manteve com o Presidente José Eduardo dos Santos, Savimbi manifestou a sua determinação em garantir os Acordos do Estoril e recebeu do Presidente iguais garantias. Os dois homens manifestaram preocupações mútuas quanto à necessidade de cumprir escrupulosamente os acordos de paz e de assegurar a irreversibilidade da democratização da sociedade angolana. Para Eduardo dos Santos, «não pode haver uma democracia qualquer, mas uma democracia que sirva de exemplo para o continente». O Presidente ter-se-á mostrado disposto a conceder todas as facilidades para a instalação imediata dos escritórios da UNITA e de residências para os seus principais dirigentes.

O projecto de autonomia a atribuir à província de Cabinda mereceu igualmente uma abordagem especial por parte do chefe de Estado angolano, que se manifestou preocupado em ver assegurada a distribuição alimentar e de medica-

mentos destinados às populações refugiadas e deslocadas de todas as regiões do país, controladas quer por forças governamentais quer pelos rebeldes, no âmbito dos programas de ajuda alimentar de emergência das Nações Unidas.

Coligação eleitoral

Fontes ocidentais confidenciaram ao EXPRESSO que o Presidente terá surpreendido Jonas Savimbi ao defender, para as primeiras eleições, uma estratégia de coligação para garantir a estabilidade do país. Circulos diplomáticos em Luanda avançam que durante a referida audiência ter-se-á admitido o dia 1 de Setembro como data provável para a realização das eleições, cujo anúncio oficial carece ainda do parecer de outras forças políticas.

Eduardo dos Santos, que se terá revelado preocupado com o atraso no acantonamento das tropas governamentais e da UNITA, sugeriu que o Governo poderá endurecer a acção das forças da ordem para pôr fim ao clima de insegurança e à onda de desmandos nalgumas províncias do país, alegadamente atribuídos a elementos identificados como pertencendo ao movimento de Jonas Savimbi.

Neste sentido, a Assembleia do Povo, na última sessão, exigiu maior intervenção

do Ministério do Interior, e admite-se que a passividade das forças da ordem venha a provocar uma remodelação nos seus quadros.

A polícia, segundo soube o EXPRESSO, deverá beneficiar de uma linha de crédito de 24 milhões de dólares, provenientes de Espanha para aquisição imediata de equipamento antichoque, devendo igualmente ser reforçada em meios humanos.

A estratégia do MPLA poderá, entretanto, vir a passar pela realização de uma conferência nacional interna, com a remobilização de militantes históricos que no passado se afastaram do partido por causa da sua postura pretensamente marxista. Este grupo de militantes, de acordo com uma fonte partidária, estaria novamente disposto a «arregaçar as mangas» como em 1975 para salvar o MPLA do perigo de um descalabro eleitoral.

Chipenda em Benguela

Uma fonte governamental assegurou ao EXPRESSO que em breve deverá verificar-se uma mudança da maioria dos governadores provinciais, sendo dada como certa a transferência do embaixador Daniel Chipenda do Cairo para a província de Benguela. Daniel Chipenda, pelo seu prestígio naquela província, poderia tornar-se o elemento aglutinar

que contrariasse a influência da UNITA.

Admite-se em Luanda e nalguns circulos diplomáticos que a UNITA possa querer assegurar o controlo político de todo o corredor do Lobito. Um pretensão a que não seria alheia a intenção de um grupo americano que pretendeu instalar naquela zona um banco comercial e comprar a companhia de cimentos do Lobito.

Entretanto, uma Comissão Nacional de Concertação recentemente criada, que agrupa os partidos emergentes, vai estudar as modalidades de intervenção da oposição civil no Fórum, que surge como um «espaço institucional, no qual os partidos políticos legalmente constituídos possam dialogar de forma responsável e nacionalista com vista a alcançarem-se consensos sobre a salvaguarda da paz, a ordem institucional, a ordem pública, a estabilidade social e o futuro do país». Matérias de natureza constitucional sobre a legislação que regerá o processo eleitoral e a nova Constituição serão igualmente objecto de abordagem no Fórum.

Excedentes do Golfo

Depois de terem sido aprovadas, nesta semana, as bases gerais do futuro Exército Nacional com a nomeação do futuro comando superior das

FAA, do Estado-Maior General e do comando logístico de infra-estruturas, as Nações Unidas iniciarão na próxima segunda-feira um dos mais amplos programas especiais de emergência em África, ao providenciar a urgente assistência alimentar, logística e de medicamentos a 250 mil soldados e às suas dependências nos pontos de acantonamento das tropas beligerantes na guerra de Angola.

Esta acção, que será concluída com a desmobilização desses efectivos dentro de seis meses, será coordenada em termos globais pelo Programa Alimentar Mundial (PAM), auxiliado pelo Programa Especial de Assistência para Angola (SRPA), que abarca um milhão de civis vítimas da guerra e de cinco anos de seca consecutivos.

Este programa motivou um pedido conjunto do Governo e da UNITA face à natureza crítica da situação e está avaliado em 27 milhões de dólares. Excedentes da guerra do Golfo estão também a ser transportados em aviões Galaxy para Luanda para servir como suplemento das rações básicas. Nesta semana, chegaram 34 toneladas de um total de 170 mil, estando previsto para os próximos dias o descarregamento de vários milhares de toneladas no porto de Luanda.

Gustavo Costa
em Luanda

EXPRESSO, SÁBADO 12 DE OUTUBRO DE 1991

INE prepara eleições em Angola

O INSTITUTO Nacional de Estatística-INE inicia na próxima segunda-feira um projecto de cooperação com Angola que visa, numa fase posterior, a realização de um recenseamento da população naquele país africano, tomando como ponto de partida o recenseamento eleitoral que terá de ser feito nos próximos meses.

Numa primeira fase, e seguindo as normas internacionalmente aceites, o trabalho de campo a efectuar procurará dar resposta às chamadas «variáveis fundamentais» e preparará o terreno para, depois, ser possível avançar com um modelo censitário, que contemplará já as variáveis de «observação prioritárias».

Esta operação do INE é considerada de grande importância, sobretudo se se atender a que o último recenseamento exaustivo foi feito ainda antes da independência de Angola. Esteve previsto um outro recenseamento para os primeiros anos da década de oitenta, mas o estado de guerra em que o país se encontrava inviabilizou a iniciativa.

Odebrecht e Mague nos negócios das plataformas petrolíferas

SEMANÁRIO 12 OUT 91

Norberto Odebrecht, presidente do Conselho de Administração da Odebrecht S.A., é o grande mentor daquele que hoje em dia é o 3º maior grupo empresarial do Brasil. Em Portugal, a Odebrecht controla a empresa de construções Bento Pedrosa e a Tenenge, uma firma de estudos e construção da indústria pesada, que vai dar nas vistas a muito curto prazo: já em fase avançada está uma associação com a Mague para a produção de plataformas petrolíferas para o Mar do Norte.

Esteve também na corrida à privatização da Companhia Nacional de Petroquímica, mas perdeu para os finlandeses da Neste. Chegou-lhe, não está interessado em mais nenhuma privatização.

No mundo inteiro a 'holding' congrega mais de 30 empresas, divididas pelos sectores da Construção Civil, Indústria Química, Perfuração de Petróleo, Electrónica, Minérios e outros. É um verdadeiro exército de mais de 44 mil empregados, dos quais cerca de 11 mil trabalham fora do Brasil, e que em 1990 facturou mais de 250 milhões de contos.

Norberto Odebrecht vem agora a Portugal receber o prêmio Visconde de Cairu, uma condecoração promovida pela empresa brasileira Varig, e que vai condecorar também, a título póstumo, Manuel Ricardo Espírito Santo.

Na nossa conversa estiveram também presentes César Castro, presidente da Bento Pedrosa, e João Carvalho Sá, director da Odebrecht.

É a visão de um brasileiro no mundo, com pés em Portugal, a pensar na Europa e em Angola.

Semanário - Como é que se constrói o terceiro maior grupo empresarial do Brasil?

Norberto Odebrecht - Com sangue, suor e lágrimas.

S - Segundo as informações

que recolhi, quando "pegou" na Odebrecht S.A. ela atravessava um período difícil da sua vida. Conte-nos um pouco dessa história.

NO - Eu comecei a trabalhar na empresa de meu pai. Isto foi na década de 30. Quando se deu a 2ª Grande Guerra Mundial o volume de obras de meu pai era muito grande, e aconteceu que naquela altura a grande maior parte das matérias-primas eram importadas da Inglaterra, da Bélgica ou da Alemanha. Quando estourou a guerra o material não apareceu mais. A conclusão da história foi que o meu pai teve que entregar o património da empresa e o património pessoal aos banqueiros para que se concluíssem as obras do Estado. Eu estava ainda a estudar na Escola Politécnica, e o meu pai passou-me a responsabilidade, apesar de estudante, das empresas todas, tinha eu cerca de 21 anos. Fiquei então com um passivo tremendo, resultado dos empréstimos, mas com activo enorme que eram os mestres (empregados). Ai, fiz um pacto com os banqueiros, que naquela época foi chamado de pacto político, em que eles continuavam a financiar a empresa, mas com a responsabilidade de nos arranjar os clientes. É que só com muito trabalho é que poderia pagar todas aquelas dívidas. Por necessidade era preciso inovar. Em que sentido? Descentralizar totalmente, confiando nesses "mestres", tornando-os meus sócios. Assim foi. Passaram-me a entregar as obras em menor tempo, maior qualidade e menor custo. Eles viviam muito felizes e eu também. É uma história muito simples.

S - Como é que resolveu os problemas dos materiais?

NO - Entretanto, o Brasil reorganizou o seu comércio externo com os Estados Unidos e outros países. A Europa deixou de ser o único fornecedor que era

naquela época.

S - Não entrou no negócio da produção de matérias-primas?

NO - Nós tínhamos era que pagar as dívidas que tínhamos.

S - Entretanto começaram a surgir novas áreas de negócio. Como é que isso aconteceu?

NO - Isto foi na década de 40. No início da década de 50 eu já não devia mais nada. Estava cheio de dinheiro e não sabia o que havia de fazer com o dinheiro. Inventei, então, ser industrial, imagine você... (risos). Inventei essa história. Construí então uma hidroeléctrica, fui madeireiro, com serrarias, entrei para o negócio dos compensados, dos laminados e "petroleiro". Acontecia, porém, que cada negócio que montava não dava certo, também eu não percebia aquilo, então criava mais dois para ajudar o primeiro a ir... (risos). Ai ia. Eu só consegui dar-me bem como petroleiro. Porquê? Tinha como cliente a Esso que sabia o que queria. Eu tinha o cliente e tinha o comando da tripulação. Mas naquele negócio de madeireiro, que o cliente era "varejo", não tinha domínio. Daí a minha filosofia: quem define o meu negócio é o cliente. Depois fui aprendendo com penas pesadas, e em 54 voltei novamente ao zero. Ai voltei, construí tudo, mas na base da engenharia (construção civil). Fiquei muito tempo na engenharia. Só sai para os problemas de outras indústrias, como a petroquímica, entrando na empresa numa posição minoritária, apalmando o terreno. Entrámos na perfuração de petróleo, mas estava tudo muito bem estruturado, pois tínhamos o cliente que sabia o que queria.

S - Como é que apareceu a oportunidade de compra da Bento Pedrosa? Foi uma estratégia delineada, ou foi uma mera oportunidade de negócio?

NO - De certo modo, foi uma estratégia de expansão da empresa e de internacionalização. Nós queríamos crescer para fora do Brasil, porque sabíamos que iam entrar em recessão. A Bento Pedrosa foi a primeira compra no primeiro mundo (a Europa) que constitui um desafio para nós, para sabermos se realmente sabíamos trabalhar. Por outro lado estávamos querendo internacionalizar, dentro de uma filosofia de realmente nos expandirmos para outros países.

César Castro - No final da década de 70, a organização Odebrecht, através das empresas de engenharia, tinha planeado e executado várias grandes construções fora do Brasil, com um sentido de obra internacional mas com base no Brasil. Com o crescimento da organização chegámos à conclusão que o passo decisivo para a internacionalização na área da engenharia seria ter uma segunda base fora do Brasil, que se poderia transformar num polo de desenvolvimento a partir dessa mesma base. Em 1987, fizemos uma pesquisa, tendo em linha de conta o mercado comunitário e o próprio processo que Portugal vinha a encetar desde 86 como membro da CEE, onde analisámos várias empresas portuguesas e a forma de nos associarmos a elas, que é o princípio da nossa organização. Dentro das várias oportunidades de negócio que encontrámos, a Bento Pedrosa afigurou-se como a melhor oportunidade.

NO - De certo modo, foi uma estratégia de expansão da empresa e de internacionalização. Nós queríamos crescer para fora do Brasil, porque sabíamos que iam entrar em recessão. A Bento Pedrosa foi a primeira compra no primeiro mundo (a Europa) que constitui um desafio para nós, para sabermos se realmente sabíamos trabalhar. Por outro lado estávamos querendo internacionalizar, dentro de uma filosofia de realmente nos expandirmos para outros países.

S - Quanto é que custou?

CC - O investimento que a Odebrecht tem hoje na BPC (Bento Pedrosa Construções) na área de engenharia é de 20 milhões de dólares (cerca de 3 milhões de contos) em dinheiro, e 60 milhões de dólares (cerca de 9 milhões de contos) em equipamento. O Odebrecht S.A. tem 70% do capital, e os restantes 30% são realizados por outras empresas da organização Odebrecht e algumas acções estão no mercado português.

S - Passados três anos qual é o balanço que faz?

CC - A conclusão que nós temos é a conclusão que temos tido do nosso grande cliente que é o Governo português: nós temos servido a Portugal...

S - E Portugal tem servido à Odebrecht?

CC... (risos). Nós é que temos servido a Portugal. Portugal tem-nos dado trabalho. Em contrapartida nós servimos a Portugal.

S - Uma ideia associada à Bento Pedrosa é que ela ganha todos os concursos em que entra. Qual é o segredo?

CC - Não. A BPC ganha, no final das contas, uma parcela minoritária das obras em que participa. Agora, nós temos implantado um esquema de planeamento muito forte, que gera grandes níveis de produtividade. É uma necessidade que temos: planejar, executar, controlar. Isto sobre o sistema organizacional. Agora, para implementar um sistema organizacional nós precisamos de

ter os homens que fazem isso. Afinal de contas, o Homem é o recurso mais importante. Então, é através dos contratos que temos com eles, a que nós chamamos plano de acção, que planeamos todas as metas a atingir na obra...

Uma empresa portuguesa, com certeza

S - A Bento Pedrosa é uma empresa portuguesa ou brasileira?

CC - A Bento Pedrosa é uma empresa 100% portuguesa, que gera 2000 empregos, dos quais 1900 são de portugueses, "recolhe" todos os seus impostos em Portugal e contribui para o Estado português nos seus aspectos mais prioritários.

S - Qual é o volume de negócios previsto para 91?

CC - A projecção que fazemos para esse ano é de uma facturação na faixa dos 18 milhões de contos.

S - Quanto ao futuro, que projectos de investimento é que trazem debaixo da manga?

NO - O problema é crescer mais no campo da engenharia, se possível com o apoio do próprio Governo, para partir daqui para o mercado externo...

S - Há algum objectivo específico? Espanha...

NO - Provavelmente serão mais as ex-colónias, Angola e Moçambique. Outro sector, a não ser a engenharia, só o tempo o vai dizer.

Privatizações, não obrigado

S - Vão concorrer à privatização da Petrogal?

NO - Só examinando. Mas não é hoje o nosso negócio.

S - E há outras empresas a privatizar que estejam "debaixo de olho"?

CC - Só o tempo o dirá e vamos analisar isso. Hoje a nossa concentração é o investimento na área da engenharia, reforçando o

Norberto Odebrecht

"Trabalho é que ele está a dizer", amargava Norberto Odebrecht, presidente do Conselho de Administração da Odebrecht S.A., para um dos colaboradores mais próximos, perante algumas perguntas do jornalista. "Não se esqueça que quem está a falar certo é ele", respondeu-lhe a certa altura o mesmo colaborador.

É um homem ágil, confederador e esclamatório, que ri com naturalidade perante as perguntas mais indiscretas e não se quebra dos caprichos do fotógrafo. Sempre que possível argumenta as suas respostas com bases filosóficas: "Eu não entendo um empresário com sucesso que não tenha uma filosofia de vida."

No intervalo dos negócios foi escrevendo um livro: "A educação pelo trabalho". Nasceu e cresceu no meio dos negócios e saiu vir. Aos 21 anos assumiu a presidência das empresas Odebrecht, que seu pai lhe tinha deixado numa situação difícil derivada da 2ª Guerra Mundial. Recuperação, andou por negócios que não conhecia e voltou de novo "à estaca zero". Não desanimou e voltou de novo à tona. Dessa vez foi mais cuidadoso, escolheu apenas o negócio que conhecia: a construção civil. Fora do sector só em acordo com as duas linhas rígidas que traçou: ou em associação diuturnária ou com clientes certos que sabem o que querem.

Criou então um império que vai desde a construção civil, à pertença petrolífera, da indústria química à construção de plataformas petrolíferas. Saiu do Brasil e conquistou mercados por todo o mundo. Portugal é agora uma das suas prioridades. As coisas têm corrido bem: a Bento Pedrosa estava em 32º quando eu cheguei, agora está em 8º.

Seu filho mais velho, Emílio Odebrecht já está a assegurar a 3ª geração da família à frente do grupo. É portanto um homem devidamente que se reconhece no grupo eleito dos Homens que já plantaram uma árvore (ruínas), escreveram um livro e fizeram um filho.

Rui Pereira

S - Que empresas?
CC - A Mague, que é o maior grupo português metalomecânico.

S - Quando é que se vai iniciar a produção?

S - Que empresa é que actua lá?

JCS - Construtora Norberto Odebrecht, que em Abril deste ano assinou um segundo contrato em Luanda para a exploração de diamantes. Para o efeito foi constituída a Norberto Manning, que vai actuar no Nordeste de Angola.

S - Que outros investimentos vão realizar em Portugal?

JCS - Bem, participámos no concurso de privatização da

Petroquímica. A Tenenge, a nossa empresa de montagem industrial, que já se constituiu como empresa portuguesa, visa a prestação de serviços para a construção de plataformas petrolíferas. O nosso raciocínio é o seguinte: as plataformas do Mar do Norte estão em processo de "obsolescência" (desintegração). As companhias seguradoras e os sindicatos estão a exigir que essas plataformas sejam reformadas. Por outro lado, a busca de mais campos de petróleo no Mar do Norte exige a necessidade de fazer novos investimentos em plataformas. A nossa visão foi: aproveitar a capacidade instalada em Portugal dos seus estaleiros navais, para nós, em associação com eles, fornecermos componentes para essas plataformas do Mar do Norte. Aumentar este processo, nós comprámos em Julho passado uma empresa em Inglaterra, que é a SLP Engineering, que era um braço da Wimpley, que é uma empresa inglesa de construção de plataformas. Com isto o objectivo é: a partir de Portugal e de Inglaterra construir essas plataformas.

Tenenge e Mague na construção de plataformas petrolíferas

S - Estão a fazer isso só para o Mar do Norte?

JCS - Nós estamos a fazer isso no Brasil e em Singapura, e agora em Portugal em associação com empresas metalomecânicas locais...

S - O que é que está na base da sua filosofia?

NO - A confiança no Homem, o espírito de servir, a humildade, a austeridade. Se alguém não tiver essas concepções dificilmente se integra nas organizações.

S - Liga-se a alguma corrente ideológica, religiosa?

NO - A religião é a do trabalho. (risos) Sem trabalho não vai. Hoje no Brasil, a maioria olha para os problemas e fica à espera do Governo. Ninguém mais pensa que ele mesmo tem que ser o agente do seu próprio destino. Não existe auto-ajuda, auto-responsabilidade, auto-administração, auto-avaliação. O brasileiro não conhece mais isso. Esse é que é o problema.

S - Qual é o título?

NO - O título do livro é "A educação pelo trabalho".

Angola e os diamantes

S - Em relação à Odebrecht, que planos é que vão ser postos em marcha nos próximos tempos?

NO - A consolidação da internacionalização e integração nos países onde operamos, porque a nossa visão é a muito longo prazo.

S - E quais são os países mais importantes?

NO - Portugal, Estados Unidos, Inglaterra e Angola, que merecem muita atenção. O próprio governo angolano exige muito da nossa organização.

S - Que retrato é que faz de Angola?

João Carvalho Sá - Angola é um dos países mais ricos do mundo. Angola vai agora passar por uma fase de maturidade. Teve a fase das guerras, mas hoje está sanada, com uma ajuda muito preciosa de Portugal. Terá fatalmente de passar pelo processo democrático, de que as eleições do próximo ano são um evento significativo. Nós como empresa, já lá estamos há muitos anos, cuja primeira obra foi a construção de uma hidroeléctrica no Rio Quanza.

potencial da Bento Pedrosa.

S - Qual é a diferença entre fazer negócio em Portugal e no Brasil?

NO - Em primeiro lugar acho que aqui estamos a lidar com clientes que têm uma noção diferente de responsabilidade, no que se refere a compromissos assumidos. O Brasil é uma situação politicamente confusa. Então, o cliente dá muito trabalho...

S - Em termos de pagamentos?

NO - Ele sabe o que quer. Isso é o mais importante para a firma. No Brasil isso está um pouco confuso, cinzento. É um pouco difícil identificar quem é o cliente. A coisa agravou-se bastante nos últimos 10 anos.

S - Tem continuado a investir no Brasil?

NO - Nós temos continuado, porque temos a certeza que essa situação vai-se reverter. Isso é um problema de mais um ano. O Brasil precisa muito de indústria, basta encontrar um pouco mais de tranquilidade, de segurança, e, principalmente, de educação e cultura para o povo, para saber que tem que se trabalhar.

"A educação pelo trabalho"

S - Sei que escreveu um livro. Como é que um empresário tem tempo para escrever um livro?

NO - Antes de receber a forma de livro, era uma série de notas que eu ia recolhendo. Tudo a experiência que eu ia vivendo ia "registando" em notas. As notas foram-se acumulando e em 68 achei que essa experiência deveria ser partilhada.

S - Qual é o género do livro?

NO - O objectivo do livro é filosófico. Não tem nada a ver com economia. É a transmissão de uma filosofia de vida. É uma transmissão de valores e de crenças. Eu não concebo um empresário com sucesso que não tenha uma filosofia de vida adequada.

COMÉRCIO: O QUE DIZEM OS NÚMEROS

PÚBLICO

LUANDA, 11 DE OUTUBRO DE 1991

Angola figura entre os principais parceiros comerciais de Portugal. Em 1990, o principal excedente comercial de Portugal verificou-se precisamente com aquele país africano e foi de 45 milhões de contos, tendo as relações comerciais entre os dois países crescido, no período 1988-1990, à taxa média de 40 por cento.

As exportações portuguesas para Angola abrangem um leque muito variado de produtos, incluindo vinhos, peças para veículos automóveis, tecidos, sabões, calçado, móveis, conservas de carne, enchidos e medicamentos. Sublinhe-se que Portugal exporta anualmente três milhões de contos em vinhos e 1,8 milhões em cerveja, o que totaliza 8,4 por cento das exportações nacionais.

A grande importação de bebidas alcoólicas é aliás motivo de fortes críticas ao Governo de Angola, já que o "país precisa que se importem mais medicamentos e produtos alimentares do que álcool", disse ao PÚBLICO um diplomata acreditado em Luanda, "até porque no caso da cerveja as fábricas angolanas funcionam".

Portugal importa fundamentalmente petróleo, 93 por cento das importações portuguesas de Angola. Ou seja, o equivalente a

11,6 milhões de contos das compras portuguesas no mercado angolano referem-se ao "ouro negro". Além do "crude", apenas o café tem algum peso nas compras nacionais: quatro mil toneladas anuais a que correspondem uma verba de 728 mil contos.

O investimento directo português em Angola tem variado de ano para ano, havendo a registar em 1990 uma forte quebra em relação a 1989. No ano passado foram investidos 190,6 mil contos, enquanto um ano antes esse valor tinha sido superior a 570,9 mil contos. Os sectores privilegiados são as indústrias extractivas, que canalizaram 32,9 por cento do investimento em 1990 e 88,3 por cento do investimento feito no primeiro semestre do ano em curso, o comércio e turismo, 30,7 por cento em 1990, a construção e obras públicas, 30,5 por cento em 1990 e 3,2 por cento no primeiro semestre de 1991 e, por último os serviços prestados às empresas, 5,8 por cento em 1990 e 8,4 por centos nos primeiros seis meses do ano em curso.

Angola investiu pela primeira vez em Portugal no ano passado. Contudo, a verba não é muito significativa: 27,5 mil contos canalizados para o comércio por grosso (45,45 por cento), restaurantes e hotéis (50,91 por cento) e imobiliário (3,64 por cento). ■ J.S.

THE CITIZEN - 11/10/91

UN to give aid to demob Angolans

LUANDA. — The United Nations plans to grant food and humanitarian aid worth \$27 million (R76 million) to ease demobilisation of thousands of Angolan government soldiers and their former guerrilla adversaries, official sources said yesterday.

They said the aid plan had been approved following a secret mission to Luanda this week by a

senior UN official.

Unita signed a peace agreement with the Angolan Government on May 31 to end 16-year civil war.

According to the Accord, an estimated 160 000 Angolan troops and UNITA combatants are to be demobilised to allow for a creation of new armed forces before multi-party elections in 1992. — Sapa.

Agropromotora vence Nestlé

EXPRESSO, SÁBADO 12 DE OUTUBRO DE 1991

A AGROPROMOTORA acaba de ganhar o concurso internacional aberto pelo Governo angolano para a compra de 40 por cento do capital da Central Leiteira de Luanda (CLL), soube o EXPRESSO junto da administração daquela empresa.

A participação portuguesa naquela unidade agro-industrial, até agora estatal, será de cerca de 1,8 milhões de dólares (perto de 300 mil contos), tendo-se a Agropromotora apresentado juntamente com a Lacticoop. Para o concurso foram convidadas empresas de quatro países — Portugal (Agropromotora, Martins e Rebelo e grupo Lacto-Lusa), Brasil, Bélgica e Suíça — incluindo a Nestlé suíça, cuja proposta foi preterida.

O administrador da Agropromotora, Pinto Cardoso, esclareceu-nos que o consórcio vencedor, e nos termos do

caderno de encargos, será também responsável pela gestão futura da Central Leiteira, «obrigando-se ainda a proceder à reabilitação e modernização das suas instalações e equipamentos», para o que está previsto «um investimento de cerca de 430 mil contos para esta primeira fase». Pinto Cardoso admite que «em Abril do próximo ano, a Central Leiteira de Luanda poderá iniciar a produção de leite pasteurizado e, três meses depois, a produção de iogurtes e gelados». Até agora, a empresa angolana tem estado paralisada.

A CLL, considerada a maior unidade do sector em Angola, é uma das empresas que o Executivo de Luanda decidiu privatizar, transformando-a em sociedade por acções e mantendo nesta, numa primeira fase, apenas

40% de capital estatal. O restante foi distribuído por investidores estrangeiros (40%) e nacionais (20%).

Em pouco mais de um ano, a Agropromotora — cooperativa de serviços com escritórios em Lisboa, Porto e Luanda, facturando mais de um milhão de contos/ano — ganhou, para além da CLL, os concursos abertos por Angola para assistência e recuperação da Frescangol (entrepasto frigorífico) e para reabilitação do Matadouro de Luanda, sendo ainda responsável pela gestão duma unidade de produção de tomate concentrado a funcionar em Matata. «Já estamos em Angola há muitos anos», justificou-nos Pinto Cardoso, acrescentando que «também temos projectos na área de formação e cooperação entre agricultores de ambos os países».

Em Portugal, a actividade da Agropromotora tem-se centrado na concepção e execução «chave na mão» de vários projectos agro-industriais, designadamente matadouros, mercados abastecedores (fez o projecto da Severo de Carvalho para o mercado do Porto), sistemas de recolha de leite e indústrias alimentares. A empresa presta, ainda, serviços na área de consultadoria e assistência técnica, bem como no apoio de candidaturas a fundos comunitários.

M.R.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14 DE OUTUBRO DE 1991

FOC estuda projecto de formação de quadros técnicos em Luanda

Procurando expandir os seus negócios em África, o Grupo FOC está a estudar a hipótese de vir a colaborar na reintegração do excedente das tropas angolanas, instalando em Angola uma rede de centros ambulatoriais de formação profissional, a maioria dos quais funcionará em caméias especialmente equipados para o efeito.

Este foi um dos assuntos discutidos durante a visita que uma delegação militar conjunta UNITA/MPLA efectuou à FOC Escolar, a principal empresa do grupo e o maior centro fabril de equipamento didáctico da Península Ibérica.

A delegação da Comissão Conjunta das Forças Armadas de Angola foi recebida pelo administrador-delegado do Grupo FOC, Borges de Castro. No seguimento desta visita, este responsável da FOC deslocou-se esta semana a Luanda



Uma delegação da Comissão Conjunta das Forças Armadas de Angola visitou a FOC

para, ao longo de uma semana, debater a concretização deste projecto, bem como o desenvolvimento de outras acções da FOC, que nos últimos 18 anos tem sido o principal fornecedor de mobiliário a Angola.

Esta visita da delegação militar angolana teve igualmente como objectivo o cumprimento do contrato já estabelecido para o fornecimento de mobiliário metálico para as Forças Armadas de Angola.

A iniciativa insere-se na estratégia de expansão internacional do Grupo FOC, a qual passa inclusivamente pela compra de participações em redes de distribuição estrangeiras, nomeadamente em Espanha e França. Até final de 1991, o Grupo FOC prevê atingir uma facturação próxima dos 8,5 milhões de contos, 20 por cento dos quais provenientes de exportação para França, Espanha e PALOP.

Grupo GAP aposta no imobiliário e reforça posição em Angola

Isabel Travesa

O grupo GAP vai diversificar as suas actividades para o imobiliário, tendo já em carteira projectos que envolverão um investimento de dois milhões de contos até 1995. Ao mesmo tempo reforçará a sua posição em Angola, através da criação de uma fábrica, prevendo ainda aumentos de capital na «holding», A. de Matos, IMOGAP e GAP PPP.

Depois de passar por todo um processo de reestruturação, que envolveu a passagem a holding da GAP - Gestão Agro-Pecuária, a transferência da actividade industrial para uma nova empresa, a GAP - Produção Pecuária de Portugal (GAP PPP), e a criação da IMOGAP para o sector imobiliário, o grupo GAP prepara-se agora para novos desafios.

A conquista de novos mercados, diversificação de actividades para rentabilizar o património imobiliário, manutenção da liderança na qualidade dos produtos agro-pecuários relacionados com o porco e a possível entrada nas áreas das rações e distribuição de produtos transformados, através das sinergias resultantes de novas associações, são as linhas estratégicas do grupo, como afirmou ao DN uma fonte da administração.

Para a concretização destes investimentos será necessário o reforço dos capitais próprios das empresas do grupo, ao mesmo tempo que é revista a estrutura de comando das mesmas, com o aumento do número de administradores dos actuais cinco para oito, tendo já entrado um novo administrador, António Themudo Barata.

Neste âmbito, será realizado no primeiro semestre de 1992 um aumento de capital da GAP SGPS de 600 mil contos para 1,8 milhões de contos, sendo parte por incorporação de reservas e outra parte através da entrada de novos accionistas, escolhidos pela GAP «de entre os potenciais interessados que tenham sinergias com a actividade do grupo, e que poderão permitir no futuro a nossa entrada nas áreas de rações e distribuição».

Para o mesmo período está ainda previsto um aumento de capital da IMOGAP de 700 mil para 900 mil contos, destinado ao arranque dos seus projectos, enquanto a GAP PPP elevará em 250 mil contos o seu capital, para corrigir a sua estrutura financeira, que passará assim de 500 mil

contos para 750 mil contos.

Já este ano, será efectuado um reforço de 500 mil contos na A. de Matos, que detém actualmente um capital de 250 mil contos, visando o financiamento dos projectos da empresa, entre os quais os investimentos em Angola. Cerca de 800 mil contos resultarão da entrada de *partners* angolanos que participam no projecto da fábrica.

Imobiliário renderá cinco milhões

Ao transformar-se em holding, a GAP transferiu para a IMOGAP todo o seu património imobiliário em Coruche, Arraiolos, Azambuja e Cartaxo, ao mesmo tempo que foram adquiridos à A. de Matos vários terrenos com potencial urbanístico. Para a imobiliária foram definidos três vectores de actuação, a administração do património tradicional, desenvolvimento para utilização urbana dos terrenos e intervenção noutros empreendimentos imobiliários.

Segundo a mesma fonte da administração, estes objectivos inserem-se numa política de rentabilização do património do grupo, no sentido de vir a deter a longo prazo um conjunto de investimentos em que as instalações suinícolas representam um peso muito menor que o actual.

Assim, a IMOGAP vai investir cerca de dois milhões de contos até 1995 na construção de edifícios com 41 mil metros quadrados de área coberta em terrenos urbanizáveis de que dispõe com uma área de 110 mil metros quadrados. Os projectos imobiliários, habitações e escritórios, renderam entre 1993 e 1995 um montante estimado em cinco milhões de contos.

Angola será «ponte» para PALOP

A instalação de uma fábrica de produtos transformados em Angola, na zona do Lobito, será concretizada através da criação de uma filial para

aquele mercado da A. de Matos, empresa adquirida pela GAP no início de 1989, e que actua na área do abate, transformação e distribuição de suínos. O investimento total estimado para este projecto, que consistirá na recuperação de uma fábrica para transformação de carnes, situa-se nos 700 mil contos, para um resultado líquido em ano cruzeiro de 240 mil contos e um volume de negócios de um milhão de contos.

Este projecto resultou de várias negociações junto do Governo angolano e de parceiros locais com *know-how* na área, sendo desenvolvido em três fases distintas: produção de um conjunto limitado de produtos, alargamento a outras gamas (ambas as fases com recurso à importação da carne de porco de Portugal) e, numa terceira fase, lançamento de mais produtos, após o desenvolvimento da criação naquele mercado de suínos, projecto em que a GAP estará envolvida, com a transferência de *know-how* e de um grupo-piloto de suínos.

«A implantação da fábrica representa a consolidação e o reforço da posição da A. de Matos em Angola, para a qual exporta cerca de cinco por cento da sua produção anual e que este ano deverá subir para 15 por cento. Ao mesmo tempo, poderá constituir a ponte para outros mercados dos PALOP», explicou a referida fonte.

Três milhões de consolidado em 91

O volume de facturação consolidado do grupo GAP para o final deste exercício ascenderá a cerca de três milhões de contos, dos quais 1,5 milhões de contos serão representados pela actividade da A. de Matos, que está ainda a desenvolver um projecto de remodelação da fábrica através da construção de um novo matadouro, orçado em 700 mil contos. Dentro de três anos, a facturação consolidada deverá alcançar os sete milhões de contos.

Além da IMOGAP, A. de Matos e GAP PPP, que se dedica à actividade tradicional de produção e comercialização de reprodutores suínos e para abate, o grupo é ainda constituído pela GAP Espanha, empresa situada na região da Andaluzia e que se dedica à produção de suínos e respecti-

va comercialização no mercado espanhol. A GAP SGPS detém também uma participação de 16 por cento na Intacol e de 14 por cento na Unifisa.

O grupo GAP é controlado por um núcleo duro de accionistas que detém 24 por cento do capital da holding, sendo formado pela Tora, com 14 por cento, imobiliária ligada à família Moreira Rato (que controla a Reditus), e Manuel Calle e família (dez por cento). A GAP SGPS encontra-se cotada na bolsa de Lisboa.

A BATALHA DA RECONSTRUÇÃO

O cigarro no canto da boca, barba crescida, cabelo despenteado, camisa aberta e mangas arregaçadas, umas enormes olheiras e muitos cafés puros ao longo do dia. A ideia com que se fica após um contacto com Manuel Duque, cerca de 35 anos que parecem muitos mais, director do Gabinete de Redimensionamento Empresarial (GRE) da República Popular de Angola, o organismo que coordena as

privatizações no país, é a de que é uma pessoa pragmática.

Manuel Duque não pára o dia inteiro. É por ele que passa toda a organização do processo de privatizações em Angola. É ele quem tem que prestar informações aos potenciais investidores estrangeiros e é ainda ele quem elucida a jovem camada empresarial em formação no seu país. Em cima da sua secretária, ampla e larga, num gabinete do Ministério da Indústria, podem ver-se montes de papéis. Numa porta, surge o organograma das privatizações e do lado direito um armário cheio de "dossiers".

Numa primeira fase, o objectivo do GRE, refere Manuel Duque, "é criar o ambiente para as privatizações e colher experiências que demonstrem a viabilidade do processo de passagem à economia de mercado". Por isso, foi criado um "programa piloto para a transferência da titularidade ou gestão das empresas do sector empresarial do Estado", que arranca já este mês. No programa foram inte-

gradadas 60 empresas, grandes, médias e pequenas, de todo o país.

Empresas a privatizar

Dê entre as empresas a privatizar neste programa piloto, destacam-se a EPAN, do sector alimentar, que tem sete unidades de produção, a EMEL, construções metálicas, Imavest, indústrias de confecção e um complexo agrário, a CELA, empresa agrícola constituída por 51 fazendas. Ao todo, são

cinco as grandes empresas a privatizar, enquanto as médias totalizam oito e as pequenas 48. Na lista estão incluídas empresas da indústria química e da borracha, das artes gráficas, da construção e reparação naval e da construção e montagem, nomeadamente de máquinas não eléctricas.

A privatização destas empresas podem concorrer empresários estrangeiros e angolanos. No entanto, poderão haver algumas restrições. Em primeiro lugar, a participação estrangeira numa dada empresa poderá depender de estratégias sectoriais, "as quais poderão desaconselhar a entrada de capital estrangeiro, e em segundo lugar poderão existir pequenas empresas que pela sua dimensão não justificam o investimento estrangeiro". Neste caso, sublinha, Manuel Duque, "temos também em conta a necessidade de formação de uma classe empresarial angolana". O sector de comércio a retalho será integralmente privatizado, num processo que já se iniciou e que se prolongará por alguns meses.

Registe-se que a decisão do concurso público ou limitado, ou ainda o ajuste directo na privatização das pequenas empresas é uma competência que o Executivo angolano transferiu para os governos provinciais, enquanto que, para as médias empresas, a decisão final terá que ser tomada pelo Ministério da Tutela e pelo das Finanças. No que respeita a grandes empresas, a decisão final será do Conselho de Ministros, ou mesmo do próprio Presidente, como parece ter sido o caso da alienação de 49 por cento do capital da Cimangol.

Comissões provinciais

Na hipótese da privatização de uma pequena empresa e no caso de concurso público, deverá ser criada uma comissão provincial que "apreciará as propostas e seleccionará as mais favoráveis", após o que o Governador provincial tomará uma decisão, enquanto a adjudicação será da responsabilidade da comissão. Quanto a um concurso limitado, o processo será basicamente o mesmo, apenas com a obrigação de o Governo provincial ter que emitir pelo menos três convites a entidades interessadas. No ajuste directo tudo será negociado entre o potencial interessado e a comissão provincial.

Nas privatizações de empresas, de acordo com a legislação do país, "a totalidade do passivo bem como os direitos de crédito serão assumidos pelo Estado no caso de transferência total ou parcial". Os novos proprietários das empresas terão que, entre outros deveres, garantir os postos de traba-

lho, bem como os direitos e regalias dos empregados. Mas se houver casos em que a transferência de uma empresa do sector empresarial do Estado para o privado implicar a redução do pessoal "deverão ser criadas condições para a sua recolocação e reabilitação laboral". Por úl-

timo, o comprador, durante um prazo de cinco anos "a contar da data da adjudicação da empresa ou património, fica proibido de transferir a respectiva titularidade ou gestão".

No que respeita ao investimento estrangeiro, o Governo definiu cinco áreas prioritárias: a pro-

dução agro-pecuária e indústria alimentar, a extração mineira, pescas e derivados, indústria ligeira e indústria de materiais de construção. Ao investidor estrangeiro é garantida a repatrição dos lucros, a repatriação do capital investido no caso de liquidação ou venda da

empresa, a indemnização no caso de nacionalização e o acesso às fontes de financiamento local.

Investimentos proibidos

São proibidos investimentos nas áreas da defe-

sa, educação, saúde, correios e telecomunicações, electricidade e água, imprensa, rádio e televisão, e transportes aéreos e marítimos de longo curso.

Os investidores estrangeiros poderão ter benefícios no caso de o seu investimento ser considerado prioritário para a

economia do país. Neste caso, podem negociar uma redução do imposto sobre o rendimento ou uma redução dos direitos de importação sobre o material importado.

Manuel Duque considera que há três sectores em que "vale a pena investir já: pescas, agricultura e indústria mineira". O investidor "poderá obter ganhos rapidamente, até porque não são necessários grandes investimentos em equipamento ou matéria-prima".

Também Elia Rodrigues, delegada em Luanda do Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP), entende que aquelas são as áreas onde o investimento pode ser mais depressa recuperado, mas avança também com a área da formação profissional, como "um dos sectores em que os portugueses têm boas hipóteses".

A delegada do ICEP considera que Angola reúne "boas perspectivas para os empresários portugueses, já que o país está por fazer", além de ouvir frequentemente os angolanos a dizerem que "preferem trabalhar com os portugueses, até porque o seu conhecimento das potencialidades de Angola é maior do que o dos angolanos". No entanto, considera que "os portugueses não têm muitas vantagens", provavelmente recordando-se do caso dos cimentos e de outros igualmente polémicos.

Elia Rodrigues diz também que na política de privatizações os antigos proprietários, ao concorrerem, "poderão ter vantagens, até porque empresas estrangeiras não querem essas unidades; preferem grandes projectos". A delegada do ICEP lança, no entanto, uma advertência: "se calhar, na maior parte dos casos, é mais fácil fazer uma empresa nova", até porque a "maioria das fábricas estão em muito mau estado".

Elia Rodrigues e Manuel Duque estão de acor-

A directora do Gabinete de Investimento Estrangeiro, Maria Luisa, considera que os portugueses poderão desde já ajudar na formação profissional. "A língua é fundamental para a aprendizagem", sublinha, acrescentando que "Portugal pode transferir para Angola tecnologias, até mesmo aquelas que no país estão a passar de moda, mas que aqui poderão ser importantíssimas". Este é mais um ponto para a reflexão dos empresários portugueses.

A esta opinião não serão alheios os diversos estrangulamentos por que passa a economia angolana. Num documento do GRE sublinha-se que, em 1987, ano de que datam os últimos dados disponíveis, a indústria angolana no seu conjunto esteve parada 44 por cento do tempo previsto de traba-

lho devido a diversos factores, entre os quais a falta de recursos humanos, aprovisionamentos, energia e água e a escassez de equipamentos.

Nesse ano, o total nacional de todos os ramos da economia aponta para que se tenha aproveitado, pelas mesmas razões, apenas 54 por cento do tempo total de trabalho previsto. O tempo perdido foi distribuído da seguinte maneira: em 49 por cento dos casos havia falta de aprovisionamento e de matéria prima, em 16 por cento sentiu-se a ausência de recursos humanos, em 13 por cento de energia, em oito por cento as carências foram técnicas, e em cinco por cento falta de água.

Segundo Manuel Duque, em 1990 o tempo total perdido deve ter rondado os 50 por cento. "Mas agora que foi alcançada a paz há muitos sectores que poderão recomeçar a trabalhar normalmente, sobretudo aqueles que dependem

apenas da matéria prima nacional". O director do GRE considera que se estão já a "criar as condições para que as empresas resolvam os seus problemas de aprovisionamento. Além do mais deixarão de haver problemas para o transporte dos bens". Segundo ele, em algumas regiões do país este problema está já resolvido, havendo sectores como o da indústria do algodão que podem começar a funcionar na normalidade.

Por outro lado, considera que uma parte significativa dos recursos do Estado deve ser canalizada para as infraestruturas: rodoviárias e ferroviárias, sobretudo.

Empresários satisfeitos

O diagnóstico da economia angolana está feito, até um certo ponto. Não admira, portanto, que a maioria dos empresários que integraram a missão da AIP a Angola viessem satisfeitos. Mesmo que não trouxessem negócios na manga, traziam pelo menos uma ideia muito concreta do que poderiam fazer, quais os passos a dar para investir em Angola e com que autoridades e organismos do Estado contactar, além de terem conhecido eventuais parceiros locais.

Segundo Carvalho Pereira, director das relações internacionais do Centro de Competência Técnica da AIP "este era o grande objectivo da missão. E foi cumprido". Elia Rodrigues, se bem que entenda que as missões deviam ser mais pequenas, "porque assim é mais fácil organizar os contactos necessários", crê que os resultados desta missão foram positivos, mas "agora os empresários portugueses terão que se deslocar a Angola mais vezes" para desenvolver os contactos que têm. "De momento a deslocação deverá ser o seu único investimento".

Maria Helena Cerveira, directora da AIP, também considera que a missão cumpriu os seus objectivos. "Os empresários ficaram a conhecer melhor a realidade de Angola e saberão como agir", disse ao PÚBLICO. Pela sua parte, nos dias em que esteve em Luanda, contactou as autoridades oficiais e chegou à conclusão que "elas estão realmente muito interessadas na participação de Portugal e de empresas portuguesas na recuperação de Angola".

Estado empenhado

Considera também que "o empenhamento do Estado em criar as condições para a passagem da economia para o sistema de mercado é sincero". A este propósito disse que contactou com responsáveis angolanos que "eram tão marxistas como ela", evidenciando assim a pressa com que alguns querem mudar o país, numa altura em que se apro-

ximam as primeiras eleições multipartidárias no país, e em que a UNITA já fez saber que exigirá a divalgação pública de toda uma série de processos menos transparentes".

Mas até que o mercado chegue na sua plenitude, até que se resolvam todos os problemas, Manuel Duque terá que passar muitas noites em branco e beber muitos cafés. É que, um país do tamanho de Angola não se reconstrói de um dia para o outro, e muitos outros problemas poderão ainda surgir, como, por exemplo, a pressão que muitos oficiais das forças armadas estão a fazer junto das autoridades para obterem, sobretudo, fazendas. E se neste processo o GRE analisará as propostas caso a caso e de acordo com os parâmetros definidos para as privatizações, não se sabe ainda o que poderão fazer altos responsáveis do Estado angolano, pouco interessados em terem problemas com ex-militares. ■

Matéria-prima e falta de divisas paralisam a Condel

MELHORES DIAS PARA O COBRE

Desde 1959 que a Cel-Cat tem uma empresa, da qual é o único accionista, a funcionar em Angola. Trata-se da Condel — Fábrica de Condutores Eléctricos de Angola, S.A.R.L. Actualmente, a empresa está quase paralisada devido a uma série de motivos, entre os quais, a falta de acesso às matérias-primas, que têm de ser importadas. Como toda a produção é para consumo no mercado angolano, colocam-se alguns problemas. Segundo Figueiredo Lopes, director-geral de "marketing" e produção da Cel-Cat, "não podemos importar o que necessitamos porque as vendas são todas em moeda local e, por outro lado, não temos acesso a divisas, pois estamos sempre dependentes das disponibilidades do Governo". Referiu ainda que a Cel-Cat manteve a Condel em funcionamento porque teve "sempre esperança que a situação em Angola se modificasse e se criassem as condições para o desenvolvimento da actividade da empresa".

A fábrica ocupa uma área de 2400 metros qua-

drados e situa-se nos subúrbios de Luanda, numa zona onde houve combates entre o MPLA e a FNLA, em 1976, apresentando ainda marcas desse tempo, nomeadamente vestígios de balas nas suas instalações.

A Condel nunca foi confiscada ou nacionalizada, em primeiro lugar porque, segundo o director, a Cel-Cat "teve sempre cá um administrador, primeiro Miguel Abecassis e desde há um ano Laurindo Feio", um angolano de 44 anos. Depois, acrescenta Figueiredo Lopes, "a Condel era uma indústria-modelo, onde as autoridades angolanas levavam os seus convidados, pelo que sempre foi muito acarinhada". Chegou a ter 220 trabalhadores a fazer mil toneladas de fio de cobre anualmente.

Nível de produção mais baixo de sempre

Para este ano, o Ministério da Indústria, que tutela este tipo de subsector, atribuiu um "plafond" à Condel de 4,5 milhões de dólares (cerca de 675 mil contos), "mas o Banco de Angola não desbloqueou nenhuma verba". Este é um dos motivos porque a

produção da empresa deverá atingir este ano o nível mais baixo de sempre, aproximadamente 60 toneladas, quando a média anual de produção, após a independência, foi de 250 toneladas. As dificuldades por que passa a Condel não desmotivaram a Cel-Cat e, actualmente, pensa-se que, se as condições evoluírem favoravelmente, a Condel poderá vir "não só a abastecer o mercado angolano, como também os mercados vizinhos que não têm este tipo de indústria".

A falta de matéria-prima fez com que este ano e até Agosto a fábrica só tivesse laborado 61,5 dias, num total de 198, sendo que durante 16 dias não houve energia e durante 11 houve avarias eléctricas, ou seja, "houve falta

de disponibilidade de peças e acessórios para a reparação de avarias".

A empresa tem duas naves e dispõe de equipamento moderno, "o que lhe permite, em condições normais, funcionar a cem por cento, com uma produção de boa qualidade". De momento, a empresa tem 180 trabalhadores, "a maioria dos quais está em casa", embora receba os

respectivos salários e tenha direito a assistência médica e medicamentosa, refere Laurindo Feio. O salário médio é de 17 mil novos kuanzas, "mais do que o salário médio nacional".

Estágios em Portugal

Todos os trabalhadores da Condel já passaram por estágios em Portugal, na Cel-Cat, e Figueiredo Lopes e Laurindo Feio afirmam que, "quando ela voltar a funcionar normalmente, o maior problema será o de recrutamento de mão-de-obra especializada", até porque os operários especializados, que não são muitos, "preferem receber o salário em géneros em vez de dinheiro".

Enquanto não recomeça a laborar "a sério", a Condel vai reabilitar toda a sua zona administrativa. Quando dos acontecimentos de 1975, a administração mudou-se para Luanda, "que era um local mais seguro", onde ainda hoje se mantém. Os responsáveis pela empresa afirmam que nunca tiveram qualquer conflito com os sindicatos e que as "relações laborais foram sempre agradáveis".

Apesar de todos os problemas, e de 1991 ser o primeiro ano em que a empresa dará prejuízo, a Cel-Cat manifesta-se optimista quanto ao futuro da Condel e sublinha que "o núcleo de mão-de-obra especializada que temos, sobretudo num país como Angola, ou noutro país africano, demora muitos anos a formar", pelo que a empresa reúne "excelentes condições para contribuir para o desenvolvimento deste país". ■ J.S.

Novas datas para a FILDA

LUANDA EM FEIRA

A Feira Internacional de Luanda passará, a partir de 1992, a realizar-se em Julho, de 17 a 26, disse ao PÚBLICO o seu director, Pascoal Francisco. Há duas razões para esta alteração. Em primeiro lugar, e no caso de 1992, pretende-se fugir à eleições que presumivelmente ocorrerão em Novembro, mês em que este ano se realiza a FILDA e, principalmente, "porque é nessa altura que começa o ano económico em Angola".

A experiência mostrou que a realização da feira em Novembro levava a que se não concretizassem muitos contratos, "já que as empresas não tinham dinheiro", ao passo que a sua realização em Julho poderá permitir a concretização de negócios "até porque é nessa altura que são atribuídos os 'plafonds', ou seja, a quantidade máxima de divisas que uma dada empresa pode gastar anualmente", explica Pascoal Francisco.

Este ano, a FILDA ocorrerá de dois a 11 de Novembro, quando inicialmente se previa que fosse de um a dez. Ainda antes de saber desta alteração, a delegada do ICEP em Luanda, Elia Rodrigues, havia afirmado ao PÚBLICO que "este ano seria a primeira vez que a Feira não coincidiria com o dia da independência de Ango-

la, o dia 11 de Novembro". Mas dois dias mais tarde, o ministro do Comércio, entidade que tutela a feira, ordenou a alteração das datas: "a FILDA tinha que terminar no dia nacional de Angola".

De acordo com Pascoal Francisco, este ano será a "maior FILDA de sempre". No recinto da Feira, que tem uma área

coberta de mais de 12 mil metros quadrados e uma área descoberta de mais de cinco mil metros quadrados, estarão presentes 11 países (Portugal, Espanha, Cuba, Mo-

çambique, Índia, China, URSS, Estónia, Polónia, Suécia e Zaire) além do país anfitrião.

A representação de Angola contará com 120 empresas, enquanto no

pavilhão português, o maior com uma área de 2800 metros quadrados, estarão representadas 130 empresas. Registe-se ainda que na feira participarão individualmente 105 empresas, a maioria das quais são portuguesas.

A cinco de Novembro será comemorado o dia de Portugal, prevendo-se a presença na feira de Neto da Silva, secretário de Estado do Comércio Externo, ou de Pedro de Almeida, presidente do ICEP. Esta instituição pensa organizar durante os dias do certame um fórum CDI e convidará técnicos angolanos do Gabinete de Investimento Estrangeiros, do Gabinete de Redimensionamento Empresarial e da Direcção-Geral das Alfândegas para esclarecerem as empresas portuguesas presentes sobre a legislação angolana, o estado da economia e o programa de passagem para o mercado.

A maioria das empresas portuguesas participantes são dos sectores alimentar, têxteis e confecções, havendo ainda uma presença significativa de empresas de construção civil, consultoria e de material eléctrico. Pascoal Francisco, sublinha que a principal aposta da feira em termos de seminários é o convite ao Gabinete de Investimentos Estrangeiros para orientar um debate sobre as condições de investimento estrangeiro no país. ■ J.S.

À PESCA DE NEGÓCIOS

SEGUNDA FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1990

FICEM

Avoz forte e o aspecto físico mais fazem lembrar um militar, ou um segurança, que um jovem empresário de um país que caminha para uma economia de mercado. A própria roupa que usa recorda um jovem estudante ou trabalhador.

Após 12 anos de serviço militar na Marinha de Guerra angolana, onde chegou a tenente de fragata, Humberto Abano do Amaral, 30 anos, passou à reserva e dedicou-se à actividade empresarial. Antes, estudou em Tomar, no Colégio Nun' Álvares, e em Luanda, no Liceu Salvador Correia de Sá, até que em 1977 passou à vida militar.

Segundo as suas palavras, a passagem à actividade privada "não foi mais que o seguimento de uma vocação familiar". O pai, também angolano, de Lobango, além de funcionário da CUF, era dono da Auto-Rover e os avós estavam já ligados à sua actual actividade, a pesca, daí que afirma ter conseguido "juntar o útil ao agradável". Ainda antes de se tornar empresário de pescas, uma actividade considerada como das mais lucrativas na presente situação do país, tinha já um barco de pesca, o que lhe permitiu ser eleito em 1990 para o cargo de presidente da Associação dos Armadores de Pesca Privada de Luanda.

Quem entra no seu gabinete, um pouco exíguo — nele há apenas uma secretária, duas cadeiras e uma estante — depara logo pela frente com duas fotografias: os

retratados são Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos, o primeiro e o actual presidente da República Popular de Angola. Do lado direito, uma espingarda pronta a usar. Recordações do serviço militar? "Não", diz peremptório. "A arma é para a protecção física, aqui há uma onda muito grande de assaltos, há muito gente que possui armas e que se dedica à vida fácil." Em cima da secretária, uma fotografia a cores do filho.

Apoios do Estado

A propósito dos cartazes, não responde à questão sobre se é do MPLA. Só mais tarde, durante um jantar, abordará o repórter e perguntará: "Então você pensou que eu era do MPLA?" — num tom algo irónico, como que a dizer que nunca pertencera àquela organização.

Seja como for, o jovem empresário defende que o Estado deve apoiar os cerca de 80 mil desmobilizados das forças armadas, do MPLA e da UNITA, a integrarem-se na vida civil e advoga que lhes sejam dadas terras. "São pessoas que durante 16 anos estiveram ligadas à guerra e terão que lhes ser dadas prioridades para que

elas resolvam os seus problemas mínimos, caso contrário criar-se-ão problemas graves. Angola é tão grande que mesmo que se dêem terrenos a esta gente haverá hipóteses para todos os demais interessados."

Relativamente à empresa que detém há qua-

tro meses, a SIP-Sociedade Industrial e Comercial de Pescas, Lda., Abano do Amaral conta que a obteve através de concurso público. Antes da independência, foi uma empresa privada. Posteriormente, foi confiscada e, no âmbito da política de privatização das peque-

nas e médias empresas, foi posta a concurso pelo Governo.

A empresa localiza-se na região de Samba, em Luanda. O empresário concorreu ao concurso e ganhou. Como condições, teve que manter os postos de trabalho, 50, e terá que pagar fez milhões de

novos kuanzas (cerca de 25 mil contos). Abano do Amaral ainda não pagou a verba porque, segundo ele, "houve um atraso nos serviços estatais, já que, por norma, deveria ter pago logo a seguir a ter ganho o concurso".

De qualquer forma, revela que na altura tinha o dinheiro, uma vez que após se ter reformado da Marinha de Guerra tinha uma traineira de cerco "e isso dava muito dinheiro". "Aliás, eu ganho muito", afirma.

Novos projectos

As unidades da empresa, que se dedicava apenas à salga e ao peixe seco, estão a ser reestruturadas para receber outros tipos de peixe. Para isso, Abano do Amaral quer construir uma fábrica de gelo e montar várias câmaras de refrigeração de 20 toneladas cada. Outra preocupação prende-se com a obtenção de isco, que será capturado por empregados da empresa.

Para já, a SIP conta com 70 trabalhadores, uma traineira de 120 toneladas e duas de 25 toneladas cada. As mais pequenas dedicam-se exclusi-

vamente à pesca de fundo, ao "peixe de qualidade", como o cachucho, o pargo, a garoupa e o cherne. Este peixe dará hipóteses de a empresa colocar nas lojas francas, que só vendem em divisas, e de, por esse meio, ganhar alguma moeda forte. Mas o grande objectivo é a exportação e a



LIBERDADE COM MEDO

cooperação com portugueses. Para a exportação, estão já estabelecidos contactos com alguns países vizinhos, Congo, Zaire e Namíbia, que precisam de peixe seco, como o atum e a merma.

Hoje em dia, a SIP captura entre 150 e 250 toneladas de peixe por mês, o que é considerado pouco. "Dentro da normalidade, pescaríamos nesta altura do ano entre 30 a 40 toneladas diárias"; no futuro mais próximo, pretende-se pescar cerca de 400 toneladas por mês.

No domínio da cooperação, Abano do Amaral, que esteve em Portugal em Agosto, tem já contactos com empresas portuguesas do sector, com as quais gostaria de criar uma empresa mista. Segundo ele, "o empresariado português, principalmente nas pescas, tem uma vasta área, além de conhecer bem as águas angolanas". Talvez por isso queira contratar mestres portugueses para os seus barcos: "Eles serão pagos em kuanzas e em divisas", acrescenta.

Detritos rentáveis

Outra forma de a SIP ganhar dinheiro é com a venda de detritos do peixe, e para tal há contactos com o Ministério da Agricultura. O empresário afirma que, "hoje em dia, a actividade privada é bem vista no país, já que é nela que se depositam as esperanças para a recuperação económica". Referindo-se à economia planificada, sublinha que estimulava o mercado negro, pois os preços eram

decididos sem se ter em consideração a procura.

Para já, o seu objectivo é vir a ter seis traineiras e propõe-se investir 200 milhões de novos kuanzas nos próximos cinco anos. Embora afirma que o poderá fazer sem recurso a financiamentos, diz que procurará apoios junto da banca, da qual "já se nota algum apoio ao sector privado". A formação profissional é outro projecto na calha, e também aqui conta com os portugueses.

A organização da SIP, é composta por um director, um director técnico, um departamento de administração e recursos humanos e um departamento de contabilidade, onde labora um contabilista. "Só para o próximo ano é que contrataremos economistas", diz o empresário.

Abano do Amaral sai diariamente para o mar num dos barcos, "para acompanhar o seus homens e estar mais perto das coisas". Por isso, trabalha uma média de 12 horas por dia. O salário mínimo é de 12,5 mil novos kuanzas, o médio de 17,5 mil e o superior de 35 mil. Os 70 trabalhadores da SIP, que têm ainda direito a uma percentagem do peixe pescado, têm garantidos dois dias de folga por semana e 30 dias de férias anuais. A empresa assegura-lhes também a assistência médica.

Como curiosidade, refere-se que a empresa também pratica a troca directa como forma de obter produtos de que necessita, "já que de outro modo os não obteria". É que, em Angola, ter dinheiro não é ainda tudo. ■ J.S.

A jovem camada empresarial que está a surgir em Angola revelou, durante a visita a Luanda da missão da Associação Industrial Portuguesa, ter ainda medo de tomar decisões sem o conhecimento das autoridades, ou, pelo menos, que as autoridades interpretem de forma negativa os seus contactos e actividades.

No segundo dia da visita, após uma sessão de esclarecimento sobre a economia angolana, que decorreu no auditório do Ministério do Interior, os empresários dos dois países, quais alunos da escola que no início do ano, à chamada da professora, se levanta-

ram e dizem o nome, apresentaram-se uns aos outros. Primeiro os angolanos, um a um, identificaram-se, disseram o nome da sua empresa e a respectiva actividade e, por fim, revelaram com quem é que gostariam de ter contactos. Em seguida, coube aos portugueses fazerem o mesmo.

No intervalo para o café, que sucedeu à apresentação, cada qual correu para ao pé do seu potencial contacto. Os tradicionais apertos de mão, mais uma vez se repetiu o nome e iniciou-se os primeiros contactos.

Na delegação portuguesa, ia o director da BCS - Portugal Máquinas Agrícolas, José

Frederico Abecassis Dotti. Um dos seus apellidos, Abecassis, assustou de imediato o empresário angolano que com ele queria ter contactos. "Você é alguma coisa a um político português chamado Abecassis?", perguntou de imediato. E, sem dar tempo à resposta do director da BCS, acrescentou: "Se é, não quero nada consigo. Não me quero envolver em política e muito menos com partidos políticos."

José Dotti esclareceu o angolano — que não era parente de Nuno Abecassis, ex-presidente da Câmara Municipal de Lisboa — e as conversações lá se iniciaram. "Se bem que o meu contacto ainda estivesse de pé atrás",

confidenciou depois ao PÚBLICO José Dotti. Só no segundo dia de contactos é que o empresário angolano se abriu um pouco mais e explicou o porquê de se ter assustado com o apelido.

Mas o maior espanto de José Dotti ainda estava para vir. "Imagine que ele é membro do Partido Renovador Democrático angolano, ainda por cima da direcção daquele partido", exclamou perplexo. "É membro de um partido da oposição, conhecido como tal e tem medo." O PÚBLICO apurou depois que o referido empresário angolano foi antes um alto funcionário do aparelho de Estado. ■ J.S.

One-man show

COMO Angola mudou! Durante década e meia, os guerrilheiros da UNITA paralisaram o Caminho de Ferro de Benguela (CFB) e destruíram parcialmente as suas oficinas centrais no Huambo. Mas, há duas semanas, Jonas Savimbi, o líder dos combatentes, foi recebido nas instalações perante a cordialidade da administração e o entusiasmo dos trabalhadores. Pouco depois de passar o portão principal, um gigantesco cargueiro Il-yushin-76, avião que Moscovo pusera ao serviço de Luanda para garantir a logística das forças que combatiam a UNITA, sobrevoou o local a baixa altitude em manobra de aproximação ao aeroporto de Huambo. Há cinco meses, os guerrilheiros teriam logo apontado um míssil Stinger a tão valiosa presa. Agora, nem se dignaram virar a cabeça.

Foi um país tolerante, subitamente liberto do colete de forças com que fora manietado ao longo de 16 anos de guerra civil, que Savimbi encontrou na primeira viagem a Luanda, quatro meses depois de ter assinado em Lisboa, com o presidente Eduardo dos Santos, um compromisso para a paz e para a transição democrática.

O périplo começara dois dias antes no mais inesperado dos pontos de partida: Joanesburgo. Como o avião de Savimbi (um Fokker 100 emprestado pelo seu amigo Houphouët-Boigny, presidente da Costa do Marfim) não podia aterrar na Jamba, o chefe dos guerrilheiros foi buscá-lo à África do Sul, aproveitando para receber um grupo de dezena e meia de jornalistas convidados para o acompanharem. O facto de os repórteres terem atravessado clandestinamente o aeroporto mais importante da África do Sul, sem mostrarem um documento de identificação ou passarem por uma inspecção, apenas guiados por funcionários dos serviços secretos até ao avião onde Savimbi os aguardava, mostra a fidelidade das amizades que o líder da UNITA mantém em Pretória, sem as quais não lhe seria possível resistir e impor o regresso a Luanda.

Quando o aparelho levantou voo em direcção a Angola, Savimbi, instalado no compartimento VIP da frente, com o seu vice-presidente, Jeremias Chitunda, e com um empresário de apelido Marques, de origem angolana, mas radicado na Costa do Marfim e

grande apoiante da UNITA, brindou com sumo de laranja, dada a sua aversão ao álcool. Mantinha a farda militar, com cinturão de balas e revólver, apesar de estar em vias de dizer adeus às armas.

BATIDO pelas forças do MPLA e de Cuba em Fevereiro de 1976, no Huambo, Savimbi demorou longos meses a errar pelo mato até chegar ao abrigo seguro a que mais tarde chamaria Jamba. Agora, voltar ao ponto onde sofrera a sua maior humilhação foi apenas uma questão de horas.

Huambo, capital do fértil e populoso planalto central, dominado pelo povo ovimbundu de que Savimbi é originário, parece esperar o chefe dos guerrilheiros no aeroporto. É a primeira indicação de que Savimbi não será recebido pela população como o «foragido» em que o governo de Luanda o quis transformar. Mas que chamará tanta gente ao aeroporto? A implantação real da UNITA ou a mera expectativa de ver de perto a mítica figura que durante tanto tempo foi a «mimesis» do MPLA, «bandido» ao qual se atribuía a responsabilidade por todos os padecimentos da nação e para quem a execução seria a mais suave das penas? Num país onde esperar é uma amena diversão e nenhum horário é para cumprir, há quem esteja no aeroporto desde as 7 da manhã, para ver chegar o avião à hora do almoço.

Mas, no preciso momento em que o aparelho se imobiliza, derrama-se sobre a multidão um gigantesco aguaceiro tropical. A chuva inunda até o palanque montado pelos homens da UNITA, mas não afoga o entusiasmo. Feitas as contas, há tanta ou mais gente a apoiar agora Savimbi no Huambo do que no dia em que ele proclamou unilateralmente a independência nesta cidade, em 11 de Novembro de 1975. Outros, porém, foram movidos pela curiosidade, e não hesitam em procurar abrigo na cidade enquanto discursa o líder da última guerrilha romântica do mundo.

Na sua intervenção de estreia, Savimbi revela-se o mesmo galvanizador de multidões de sempre. A sua capacidade histriónica, os trejeitos do corpo acentuam as frases, o dedo energicamente espetado, a mudança automática do

português para dialecto umbundu (recorrendo ao humor e a uma série de provérbios populares na região) constituem o melhor veículo para desde logo transmitir parte do essencial da sua mensagem para toda a viagem: a insistência na «consolidação da paz, problema de todo o angolano», a caracterização da UNITA como «movimento de oposição» ao MPLA e ao governo, com o qual só colaborará em matérias respeitantes ao cumprimento dos acordos do Estoril, a defesa da «democracia e das eleições» («não era outro o nosso programa, em 1975; a intervenção cubana é que o impediu») e a evocação dos difíceis anos da guerra.

Só no dia seguinte o discurso de Savimbi começa a ganhar contornos mais definidos. Não ainda na conversa com que de manhã ocupa os jornalistas (e que irá mantendo em cada escala, fazendo em simultâneo a sua própria tradução para francês e inglês). Aí transmite o seu primeiro «sentimento» sobre uma cidade que viveu intensamente os anos de guerra: «Há ainda um certo traumatismo, um conformismo. As pessoas pensam que é muito difícil mudar. Está tudo rebentado na cidade. Vai-se pôr a questão administrativa, mas o mais importante é a recuperação psicológica das pessoas.» Apesar deste estado de resignação, Savimbi garante que a população do Huambo «é 100 por cento UNITA» (dois jovens entrevistados ao acaso na rua não se mostram, porém, muito receptivos: um critica a destruição de casas que o movimento empreendeu através de sucessivos atentados na cidade, enquanto o outro discorda da utilização nos discursos de uma língua que não seja a «língua nacional», o português).

Savimbi fala depois dos problemas subsistentes com o acantonamento das tropas do MPLA e da UNITA («a alimentação dos soldados nos locais de acantonamento é um problema sério; talvez dentro de um mês haja casos de subalimentação») e garante que não voltará a abandonar a CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar, organismo que, em Luanda, supervisiona a aplicação dos acordos): «Sou um antigo guerrilheiro. Um guerrilheiro não repete a mesma táctica duas vezes.» Refere-se também à visita do primeiro-

ministro português a Angola, ainda fresca na memória, informando: «Por quatro vezes no mesmo dia, antes da partida de Cavaco Silva, Jeremias Chitunda telefonou a Durão Barroso propondo como alternativa de encontro Huambo, Lubango ou Lobito». Mas, visivelmente, Savimbi não tem vontade de explorar o seu descontro com Cavaco, declarando o assunto ultrapassado e culpando a imprensa portuguesa pela importância que lhe foi atribuída (como se a UNITA, na ocasião, não tivesse feito um violento co-
»
»+ comunicado contra o governo de Lisboa).

ATARDE, quando Savimbi se dirige a uma assembleia de militantes da sua organização, o ambiente já não é de comício, mas de debate. Só que o líder continua a ser escutado religiosamente por pessoas há muito sequiosas da sua mensagem, agora acabadas de fazer a travessia de um longo deserto. Como é costume, o orador tem a assistência na mão. Começa por falar do que se passou em Gbadolite (Zaire), em 1989 (quando Savimbi foi chamado à presença de 18 chefes de Estado africanos, para o convencerem a aceitar o governo do MPLA e a exilar-se), dada a confusão que as notícias então causaram entre os simpatizantes da UNITA.

«Gbadolite foi uma burla», declara Savimbi ante rostos iluminados e finalmente mais tranquilos. «Só me chamaram para apertar a mão ao Eduardo dos Santos. Disseram na rádio que o Savimbi assinou um papel a concordar com o exílio, mas não o mostraram. Nem quiseram lá dentro fotografos ou a televisão. Mas de Lisboa vocês têm fotos, não têm?»

«Tem», responde a plateia entusiasmada.

«Não vou aceitar ser subalterizado. Os chefes de Estado que lá estavam são mentirosos. Não houve acordo nenhum.» E depois, mudando para um registo mais dramático: «A resposta foi a operação 'Ultimo Assalto', a derradeira tentativa de Luanda para desalojar Savimbi da Jamba, no início de 1990, e a primeira vitória militar da UNITA sobre uma grande ofensiva inimiga, sem a ajuda do exército sul-africano. «Graças a Deus (aplausos),

falharam.» Exibe então a prova de que Luanda foi obrigada a aceitar um rumo diferente: o livro de capa vermelha com os compromissos assinados em Lisboa, sob mediação portuguesa. Onda de entusiasmo na sala e conclusão de Savimbi, correspondendo à emotividade ambiente: «Que Deus nos ajude a perdoar, mas que a História nos ajude a não esquecer.»

ANTES de interromper o encontro para ser recebido pelo arcebispo do Huambo, Monsenhor Francisco Viti, o líder da UNITA introduz um novo elemento: «As riquezas de Angola pertencem aos angolanos.»

Que se esconde por trás desta declaração nacionalista, aparentemente banal? A resposta só viria na manhã seguinte, quando Savimbi discursava aos trabalhadores das oficinas do CFB e diz que quer ver os angolanos, não os estrangeiros, a controlar as alavancas de comando da economia e do sector empresarial do país. Defende que o cooperante não pode ganhar mais do que o nacional com a mesma formação (antes o contrário) e faz a caricatura dos estrangeiros a trabalhar em Angola, como oportunistas que querem receber o seu dinheiro e ir-se embora. Inesperado balde de água fria para os três ou quatro portugueses que trabalham nas oficinas.

Pode ser apenas eleitoralismo (e a receptividade das multidões a estes considerandos quase xenófobos mostra que Savimbi conhece os sentimentos das massas), mas, mesmo que a exploração de Angola pelos estrangeiros tenha sido muito injusta no passado, o líder da UNITA não ignora que está a minar a confiança dos investidores e dos cooperantes, indispensáveis à reconstrução de um país exangue. No entanto, ele não pára. Em Lubango, escala seguinte do seu percurso, declara às massas: «Para mim, em primeiro lugar vem o angolano, em segundo lugar vem o angolano e em terceiro lugar vem ainda o angolano.» Entre as palavras de ordem que pede à multidão para gritar lança esta: «Angolano acima de tudo.»

LUBANGO é uma aprazível cidade meridional que nunca foi afectada directamente pela guerra e que pode beneficiar da sua proximidade com a Namíbia (e com a economia sul-africana). O ambiente é mais distendido do que na martirizada Huambo e as condições para a reconstrução

são, à partida, mais favoráveis. Um grupo de portugueses e de angolanos de origem europeia, que teimou em ficar ao longo dos anos de chumbo, tenta agora revitalizar o comércio e a indústria, apesar do desânimo com que criticam o monopólio da economia praticado até hoje pelo regime e do cepticismo com que encaram o futuro. Não se pronunciam sobre Savimbi por não conhecerem o seu programa económico. Esclarece Fernando Peres, 61 anos, comerciante e membro dos corpos directivos da associação comercial da província: «Queremos apoio para o comércio e a indústria, mas não nos estamos a imiscuir na política. Sobrevivemos mantendo-nos neutros.»

Para eles, numa reunião de esclarecimento dirigida às elites locais, Savimbi justifica o seu chauvinismo económico: «Há uma grande dificuldade em as multinacionais quererem investir em África. É por isso que é importante desenvolver os empresários locais. Investir no esforço nacional é criar as condições para investirem de fora.» O líder rebelde tem pois um discurso para os agentes económicos mais suave do que o que dirige à multidão. Mas a questão é: como não tomará ela a sério a promessa de repartir entre si as riquezas do país?

Para esta incongruência não tem Savimbi resposta, assim como para outros aspectos da vida económica, capítulo onde ainda não dispõe de programa, limitando-se a enumerar princípios gerais adaptados do liberalismo (mas desconfiando dos investimentos estrangeiros).

Ele está muito mais à vontade na política, o seu terreno de eleição na reunião de Lubango. Ora fazendo humor com o ensino universitário antes ministrado pelo MPLA («o marxismo-leninismo era uma cadeia nuclear em todos os currículos, tão nuclear que rebentou com a União Soviética»), ora combatendo em nome do seu movimento as divisões que considera artificiais no povo angolano: o tribalismo, a religião («sou protestante, mas é um erro gravíssimo se começarmos outra vez os desentendimentos religiosos; não hesitei em elogiar a atitude da hierarquia católica em certas cartas pastorais») e o racismo (para provar à assistência a multiracialidade da UNITA, evoca o nome da economista Fátima Roque, responsável pelo pelouro económico da organização, e chama a atenção para a presença no palco do seu médico pessoal, Carlos Morgado, um branco de 31 anos, nascido em Luanda e licenciado no

Porto).

SE a recepção popular no Lubango foi calorosa, a do Lobito ultrapassa qualquer expectativa, confirmando que Savimbi chegou ao que é talvez o mais forte bastião da UNITA em todo o país. Mas Chitunda agasta-se com os jornalistas que contabilizam dezenas de milhares de espectadores no comício realizado um dia depois: «Quem disser que está aqui menos de um milhão de pessoas falta à verdade.» É virtualmente a única intervenção «política» do vice-presidente da UNITA, ao longo de uma semana onde todos os holofotes apontam, única e exclusivamente, para o líder máximo. Só Savimbi discursava nos comícios, onde nem os responsáveis locais da organização (como, no Lobito, Jorge Valentim, figura destacada da hierarquia) têm direito a uma palavra.

É nesta sua praça-forte que o ilustre viajante pronuncia o mais radical dos seus discursos. Indomável: «Foi a paz que conquistámos, não a clemência. Não viemos aqui pedir, mas reclamar os nossos direitos de cidadãos.» Vigilante: «Estamos a recolher informações sobre o Mins (Ministério da Segurança). Se a PIDE e o cubano foram vencidos, porque não vamos vencer o Mins?» Justiciero: «Para vocês terem boas casas, bons salários, uma vida condigna, para termos carros, para os nossos filhos irem à escola, nós, angolanos, temos de ter o nível de vida dos povos desenvolvidos.» Libertador: «Em relação ao branco, a condição é que ele aceite que somos iguais e que aceite trabalhar para este país nas mesmas condições, sem procurar criados. Não queremos ser criados.» Desafiador: «Temos de estudar métodos de combate. Quando foi combate armado, vencemos. Agora que é luta política, vamos definir estratégias que nos permitam confrontar o adversário e ganhar.» Implacável: «Todos os que foram para Mavinga (tentativas do exército angolano/cubano de desalojar a UNITA do seu principal reduto militar) levaram no focinho.» Rispido: «Quería aconselhar a minoria aqui (apoiantes de Eduardo dos Santos que desfilaram em camiões e bicicletas no centro da cidade) que não devia fazer mais barulho. É daqui a 11 meses que haverá eleições.» Por fim, pacificador: «Não queremos que entre nós haja mais tiros. Se houver, é o governo que vai ser humi-

lhado pelo próprio povo. Chega ou não chega de tiros?» E a multidão conclui que chega.

É também aqui que Savimbi lança pela primeira vez a palavra de ordem que haveria de se tornar no símbolo da digressão: «O nosso galo voa», acompanhada de um bater de braços abertos. O líder já anunciara no Lubango: «Lembrem-se de que o símbolo do nosso movimento é o galo negro, representando o despertar de África.» Mas só a partir do Lobito ele consegue a comunhão da multidão com a ave da UNITA.

Em Luanda, na festa em que se transformou o vasto comício em sua honra, Savimbi repetirá o «slogan» à exaustão. Retomada na cobertura televisiva (com os responsáveis dos órgãos estatizados de informação a criarem um arremedo de pluralismo), a frase estará nas bocas do mundo horas depois. Ouve-se nas ruas da capital, pronunciada em vários tons e muitas vezes como objecto de troça. Espontaneamente ou por instinto, o fundador da UNITA criou uma palavra de ordem tão eficaz como o melhor dos «slogans» publicitários.

SAVIMBI manda convocar os jornalistas que o acompanharam para as 7 da manhã do dia seguinte. É a primeira vez que traja à civil. «Não gosto de me chamar um político, mas um resistente», diz, para justificar a sua preferência pelo uniforme militar. Dormiu, como de costume, umas três horas («não preciso de mais») e ralhava com Chitunda e outros membros da hierarquia por chegarem tarde e a conta-gotas (ouvindo-o, não se percebe as razões para a anarquia de horários praticada pela UNITA, mas presume-se que é uma tradição ancestral no continente). Pede compreensão para alguns excessos da sua implacável segurança, sobretudo no Huambo («era a primeira vez que entravam numa cidade; pensavam que toda a gente era um inimigo») e explica porque só agora entrou em Luanda: «Washington queria que eu viesse imediatamente, mas preferi esperar para ver o comportamento do Governo.»

Ocupa uma magnífica residência na zona central de Miramar, o bairro diplomático. A casa, decorada ao estilo do século XVIII, é propriedade da empresa estatal de diamantes, e foi cedida a Savimbi pelo governo, depois de ele ter recusado a moradia do antigo comandante das forças cubanas em Angola, general Ochoa

(entretanto fuzilado), por desconfiar que as suas paredes tinham «ouvidos». (Mais tarde, considerava a hipótese de ficar definitivamente na nova habitação).

O balanço da sua viagem, miraculosamente realizada sem incidentes apesar dos ódios acumulados por uma guerra civil impiedosa, é simples: «Apercebi-me de que, nas eleições, o povo dará um voto de confiança a quem se opôs ao governo nestes anos.» É possível que sim, mas resta saber se Savimbi, despedido dos seus radicalismos comícioiros enquanto, com a sua comitiva, se dilui na grande cidade, se configura de facto como solução séria e viável para o futuro de Angola. É que, do seu discurso, muitas dúvidas continuam a subsistir. ■

JOAQUIM VIEIRA

EXPRESSO, SABADO 12 DE OUTUBRO DE 1991

REPORTAGEM

Cabo Verde Governo e PAICV contestados

A UNIÃO Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID), promoveu no sábado, na ilha de São Vicente, uma manifestação em que se reclamava o julgamento imediato dos implicados nos processos de tortura relatados no livro de Ernesto Silveira, publicado recentemente, "A Tortura em Nome do Partido Único — O PAICV e a Sua Polícia Política".

A obra é preenchida fundamentalmente por relatos de indivíduos que foram detidos, em 1961, por terem protestado contra a realização da reforma agrária em Santo Antão, ilha em que o PAICV do ex-primeiro-ministro Pedro Pires não conseguiu eleger um único deputado, nas eleições de Janeiro passado.

A manifestação, que percorreu as principais artérias da cidade do Mindelo, contou com a participação de várias centenas de pessoas. No seu discurso, o dirigente local da UCID Serafim Rumualdo não poupou críticas ao actual Governo, por manter, em cargos de responsabilidade na administração, indivíduos ligados ao PAICV. Na ocasião, a UCID apresentou uma lista de cerca de 50 pessoas que devem ser saneadas da administração pública.

Aquele dirigente foi particularmente violento contra os ministros Luís Leite, da Saúde (por ter tentado nomear como assessor o seu cunhado Jorge Miranda Fane, citado como um dos implicados nas torturas), e Manuel Faustino, da Educação, e Jorge Carlos Fonseca, dos Negócios Estrangeiros (por manterem nas suas equipas elementos afectos ao PAICV).

Segundo Serafim Rumualdo não se pode admitir que um dos "homens mais importantes da repressão" tenha sido nomeado como embaixador, numa referência directa ao actual representante do Governo de Cabo Verde em Lisboa, Eugénio Inocêncio, que é apontado no livro, por uma das "vítimas do partido único", como seu perseguidor.

Num artigo publicado no jornal "Voz do Povo", o advogado Rui Araújo, que presidiu ao julgamento dos revoltosos de Santo Antão, apontou os nomes do actual Chefe de Estado, António Monteiro, do presidente do Parlamento, Amílcar Robes, e do actual procurador-geral da República, Óscar Gomes, membros do então Supremo Tribunal de Justiça, referidos no livro em questão como tendo feito vista grossa às irregularidades apontadas num pedido de "habeas corpus", entretanto negado, feito por um dos advogados de defesa dos réus.

Várias pessoas citadas no livro têm aparecido nos jornais a contestar os depoimentos nele contidos e alguns dos visados já afirmaram que vão recorrer aos tribunais para verem os seus nomes limpos novamente. ■

José Vicente Lopes, Cidade da Praia

Pedro Godinho Gomes, presidente do Banco da Guiné

Arranjo monetário com Portugal deve ser melhorado

O arranjo vai bem, mas podia ir melhor. Os bancos e as empresas portuguesas olham com interesse crescente a Guiné-Bissau

José Manuel Vasconcelos

O Jornal - Há dois anos foi assinado o acordo entre os dois países para um arranjo monetário na Guiné-Bissau. Em que fase se encontra?

Pedro Godinho Gomes - O arranjo é uma experiência válida, mas está aquém do que era possível fazer.

P. — É uma crítica ao arranjo?

R. — Não ao arranjo em si, mas aos mecanismos de acompanhamento.

O que nós propomos - para além da revisão dos objectivos, que consistiam em atingir em três anos a convertibilidade plena entre o peso guineense e o escudo português - o reforço dos mecanismos. Seria até um processo de apoio à própria Guiné-Bissau, por forma a que o programa monetário se faça com o menor número possível de riscos.

P. — Refere-se a linhas de crédito ou a apoios de outra ordem?

R. — Refiro-me a apoios de carácter técnico, como formação profissional, e a apoio institucional, que se reflectirá na Unidade Técnica do Arranjo Monetário e na Comissão Mista.

Relativamente à utilização da linha de crédito já existente, pretendemos também a sua flexibilização. A linha está ligada à condicionalidade imposta pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional no âmbito do Programa de Reajustamento Estrutural - o que é normal que aconteça, mas tem por sua vez limites internos de utilização que pensamos podem ser abolidos em benefício do melhor funcionamento da linha de crédito.

P. — A tão falada aproximação da Guiné-Bissau à zona do franco francês está fora de causa?

R. — Sim, desde que o arranjo cumpra os seus objectivos, não há necessidade de soluções alternativas.

P. — Como vão os processos de privatizações e de abertura da economia guineense?

R. — Estão em curso. Houve um estudo que serviu de base ao processo de privatizações. Há um primeiro pacote de empresas a privatizar, em que destacamos, pelo seu impacto, os "Armazéns do Povo". Neste caso concreto, já há negociações a decorrer com um grupo português, a Interfina, que está interessada em assumir uma posição que lhe permita no futuro assumir o controlo da gestão dos "Armazéns do Povo".

Quanto às outras empresas públicas seleccionadas, num total de oito, o processo está em curso.

P. — Será já em 1992 que essas empresas serão privatizadas?

R. — Sim, em 1992 teremos já empresas reprivatizadas.

Privatizar com calma

P. — Os capitais privados envolvidos serão exclusivamente guineenses ou também estrangeiros?

R. — Cada empresa é um caso. Há diversas soluções que poderão ser encaradas. Por exemplo, no sector das pescas está a ser encarada a associação com parceiros estrangeiros que trazem capital e "know-how". No caso dos "Armazéns do Povo" temos o grupo Interfina. No caso da Dicol, sabemos do interesse da Petrolgal e de outros grupos. Enfim, não há soluções pré-definidas.

P. — O sistema bancário guineense está também em reestruturação. Que tipos de bancos comporta?

R. — Presentemente temos o Banco Central da Guiné-Bissau e o Banco Internacional da Guiné-Bissau. O primeiro, como o nome indica, é o banco de primeira instância, o segundo é um banco comercial de direito privado de capitais mistos guineenses e portugueses. Da Guiné-Bissau são 51 por cento, dos quais 26 por cento cabem aos Estados e 25 por cento distribuídos por cerca de 200 accionistas privados. Do lado português, os restantes 49 por cento estão divididos entre o

Banco Pinto e Sotto Mayor (17,5 por cento), Crédito Predial Português (17,5 por cento) e Geofinança (14 por cento).

Mas está previsto o aumento do capital social do BIG, que triplicará, e onde entrará como novo accionista do lado português o Banco de Fomento Exterior.

O aumento de capital e a entrada do BFE vai permitir ao BIG entrar no domínio dos financiamentos de médio e longo prazo.

Por outro lado, o Banco Totta Açores vai abrir uma sucursal em Bissau. As autorizações já estão concedidas pelo Banco Central.

P. — Há mais bancos portugueses que pretendam entrar no mercado guineense?

R. — Não, de momento não temos indicação formal de nada.

P. — Ao nível de sociedades para bancárias, que novidades há a assinalar?

R. — Para além das autorizações que já concedemos para a abertura de "Casas de Câmbios", em que há vários processos a correr, chegou a existir um processo para uma sociedade financeira no ano passado. Tratava-se da Sociedade Financeira e de Investimento, que pretendia ser uma solução para o financiamento ao desenvolvimento, mas que não chegou a ir à frente. E isso porque os parceiros, que, além do Estado,

eram a Comunidade Económica Europeia e a ASDI sueca, a partir de determinado momento se desinteressaram porque não podiam assumir uma posição de capital.

Estamos neste momento a tentar por de pé um Fundo de Desenvolvimento, porque a componente financiamento ao desenvolvimento é uma componente que nos está a faltar no sistema - o que nos preocupa, uma vez que há recursos disponíveis e baratos (há dinheiro proveniente da CEE, da ASDI, do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento, da ajuda bi-lateral entre Portugal e a Guiné). Assim, necessitamos de uma instituição para onde estes recursos sejam encaminhados e faça a sua gestão. O BIG, depois da entrada do BFE no seu capital poderá participar nessa gestão, mas não seria suficiente.

P. — O interesse de empresários portugueses pela Guiné-Bissau é grande?

R. — Sim, e é crescente. Alterámos o nosso Código do Investimento Estrangeiro no sentido de facilitar e dar garantias aos investimentos estrangeiros e em particular aos portugueses.

Do lado das autoridades portuguesas esperamos que haja o máximo de apoio possível, no sentido de serem também garantidos os investimentos portugueses na Guiné-Bissau.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14 DE OUTUBRO DE 1991

Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa quer legalizar 20 mil cidadãos

COM O OBJECTIVO de legalizar 20 mil cidadãos que se encontram em Portugal em situação irregular, a Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa criou um gabinete de apoio à comunidade guineense, disse um alto funcionário daquele país, acrescentando que o processo, no entanto, está ainda em "fase embrionária". Apesar de não existirem dados concretos sobre o número total de guineenses residentes em Portugal, pensa-se que cerca de quatro mil estejam legalizados.

Por outro lado, um estudo da CGTP-IN adianta que cidadãos dos países africanos de expressão portuguesa representam, actualmente, 40 por cento dos 108 mil imigrantes legais existentes em Portugal. Em ilegalidade, segundo revelou a eurodeputada Maria Belo, estarão 90 por cento dos imigrantes cabo-verdianos no nosso país.

Maputo com novo burlão

A POLÍCIA MOÇAMBICANA prendeu o principal suspeito de uma burla de cerca de dois mil contos portugueses, detectado pelo Banco de Moçambique em Dezembro de 1990, de acordo com informações ontem divulgadas em Maputo. O empresário Luis Maposse, detido no início do mês de Setembro, é o autor confesso de ter defraudado uma dependência do Banco de Moçambique em cerca de metade do total da burla, em colaboração com um empregado bancário, que a polícia pensa ter fugido para o estrangeiro e que ainda não foi identificado publicamente. Os dois criaram "depósitos fictícios" com números e identidades "inventadas". A polícia moçambicana anunciou também recentemente a detenção de um outro burlão, implicado num desfalque de uma quantia elevada numa outra instituição bancária de Nampula, no Norte do país. ■

THE CITIZEN - 08/10/91

New talks begin on Mozambique

Civ. civil war 8/10/91

ROME. — Negotiators seeking ways of ending the 15-year civil war in Mozambique began fresh talks yesterday with government representatives and said it was up to the country's Renamo rebels whether they led to peace.

"I would say that securing a peace agreement at these talks is now completely up to the rebels," Labour Minister Teodoro Huguana said, entering the eighth round of negotiations sponsored by Italy and Roman Catholic churchmen.

Mediators, frustrated by the talks repeatedly stalling, revived them by going to Mozambique and Malawi last month to secure the agreement of President Joaquim Chissano and rebel leader Afonso Dhlakama to a basic agenda.

There has been speculation that the two men could meet for the first time this week at an international peace vigil to be held on the Mediterra-

nean island of Malta. Mr Chissano has confirmed he will attend the Malta gathering.

"We have no confirmation that Dhlakama will come although he has been invited. If they do meet, it would certainly send a message to the people of Mozambique that the Rome talks really are worth while," a leading prelate said.

Monsignor Jaime Gonçalves, bishop of the northern Mozambique city of Beira, said Mozambicans had seen little emerging from the Rome talks that could improve their lot and were longing for hope after years of suffering.

The Renamo (Mozambique National Resistance) rebels' Lisbon representative said yesterday that Mr Dhlakama would probably fly to Malta for a meeting with Mr Chissano later this week, but two of the Rome mediators ruled this out. — Sapa-Reuters.

Conversações moçambicanas

AS CONVERSACÕES de paz para Moçambique recomeçam hoje em Roma sob a mediação da Comunidade de Santo Egidio, após a inauguração do oitavo encontro na segunda-feira e a pausa de dois dias nos trabalhos, necessária devido ao encontro pela Paz realizado em Malta. À margem da conferência na ilha, Joaquim Chissano, Presidente de Moçambique, encontrou-se com Giulio Andreotti, primeiro-ministro italiano, com quem conversou sobre o actual estado das conversações. Chissano afirmou que é desejo do seu Governo acordar os pontos em discussão para que se consiga um cessar-fogo pois, afirmou, é esse o desejo do povo moçambicano. O chefe de Estado destacou ainda estar optimista em relação a esta nova retomada de contactos, depois de a delegação do Governo de Maputo lhe ter falado das "boas perspectivas" e da flexibilidade demonstrada pelos mediadores. ■

Recomeçam negociações de Moçambique Portugal, "observador activo"?

PORTUGAL poderá vir a participar como "observador activo" nas conversações de paz para Moçambique, declarou a Lusa, no Maputo, o embaixador italiano Manfredo de Camerana.

A oitava ronda negocial, entre o Governo de Maputo e a Renamo, foi entretanto ontem aberta em Roma, na Villa Madama, do Ministério italiano dos Negócios Estrangeiros. Apesar dos precedentes fracassos, a actual ronda poderia constituir, segundo a mediação italiana, "uma viragem decisiva". Segundo Mario Raffaeli, que representa o Governo italiano na mediação, há "boas esperanças" de que as duas partes cheguem depressa a um acordo político que permita um cessar-fogo e, posteriormente, a organização de eleições livres. Na hipótese optimista, o cessar-fogo poderia ser obtido "antes do fim do ano".

Um primeiro "desbloqueamento" da situação de impasse teria já sido obtido após viagens a África dos mediadores,

estando praticamente pronto um texto preambular que poderia ser assinado muito rapidamente e em que se fixam as linhas gerais do quadro político-legal do período pré-eleitoral. O Governo comprometer-se-ia a respeitar um certo número de princípios, reconhecendo a Renamo como organização política, e a Renamo aceitará agir no quadro constitucional, reconhecendo o Estado moçambicano e as suas instituições.

Por outro lado, a chegada hoje do Presidente Joaquim Chissano a Malta, para participar num encontro sobre a Religião e a Paz organizado pela Comunidade de Santo Egidio, que tem patrocinado as negociações, poderia servir de pretexto, segundo rumores em meios diplomáticos romanos, a um primeiro encontro entre o chefe do Estado moçambicano e os dirigentes rebeldes. Esta possibilidade foi no entanto desmentida por Don Matteo Zuppi, daquela comunidade. ■

Encontro Chissano-Dhlakama ainda hoje?

O presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, poderão encontrar-se ainda hoje, em Malta, no âmbito do 8.º Encontro da Paz de Santo Egidio. O encontro será mediado por Don Matteo Zuppi, líder da Comunidade de Santo Egidio, e terá lugar naquela ilha mediterrânica desde segunda-feira passada. O encontro entre os dois chefes de fileira da Renamo e do Governo moçambicano, que se realizou em 1989, não produziu resultados. ■

Frelimo lifts clamp on press

STAR - 10/10/91

THE RICH mahogany and ebony tones in Benjamin Faduco's colonial-style office seem an unlikely setting for a revolution, and the man himself an unlikely revolutionary.

But as editor-in-chief of Noticias and Domingo, Mozambique's two major newspapers, he is at the forefront of a revolution slowly crafting a free and independent press for a country long used to State-controlled papers.

Ironically, the latest increment in this slow revolution has been the nationalisation of the company controlling Mr Faduco's papers.

Abandoned by its owners at independence in 1975, the company has had to be nationalised to rationalise ownership before privatisation.

"How the government plans to relinquish control is debated," he says. While at the moment Noticias is not the voice of the government, it is very close to the government," Mr Faduco says.

"But the final decision on whether to print or not rests entirely with me, not the Department of Information."

The press revolution has come about in the wake of political reforms towards a multiparty democracy. Freedom of the press is guaranteed in the new reformist constitu-

Benjamin Faduco (below) leads a new press revolution. By KEN VERNON of The Star Africa Service.



tion, and laws have recently been promulgated giving substance to that guarantee.

This year the country's first independent paper, Economea, a financial weekly, was established, and more are thought to be in the pipeline.

Like all editors of Noticias since 1975, Mr Faduco was appointed by the Frelimo government, but speaking before the recent nationalisation move, he

expressed the hope that the paper would soon be independent and "move even further away from both government and party".

Freedom has brought in its wake both problems and opportunities.

"A problem is that because of the nature of the press in the past, we have few experienced journalists. The changes mean staff members are more enthusiastic, but training is a problem."

Mr Faduco has also been at the forefront of other major changes, introducing cash bonuses of up to a month's salary for the "story of the month" and rewarding productive reporters with motorcycles.

The political and economic reforms have allowed Noticias to increase its advertising volume dramatically, making the paper financially independent, except for a government subsidy on newsprint.

For the first time since independence, Mozambicans have been able to read reports critical of the government, including exposés of corruption in high places.

But Mr Faduco cautions that "the new freedom means papers can now print anything... but have to be responsible for what they print". 53%

CEE apoia Moçambique

A COMUNIDADE Europeia acolheu com satisfação o anúncio feito em Roma sobre o recomeço das negociações para a paz em Moçambique, afirmou ontem a presidência holandesa da CEE num comunicado. Os Doze consideram que devem ser feitos "todos os esforços para assegurar o sucesso" desta iniciativa depois de quinze anos de guerra civil entre as forças governamentais e a Renamo. A CEE lança ainda um apelo urgente a ambas as partes para por fim ao conflito e chegar a acordo sobre o plano de reconciliação nacional. ■

PUBLICO

SEXTA-FEIRA, 11 OUTUBRO 1991

Greve em Maputo

MILHARES de alunos da província de Maputo estão sem aulas, devido à greve de 900 professores que exigem melhores condições de trabalho e ordenados mais altos. Um funcionário do Ministério da Educação moçambicano disse à agência Lusa que a paralisação ameaça o cumprimento integral dos programas do ano lectivo em curso, que deverá terminar a 15 de Novembro. Recorreu ainda à existência de erros burocráticos no processo de regularização dos salários dos professores. ■

PUBLICO

QUARTA-FEIRA, 9 OUTUBRO 1991

Chissano confia na paz

O PRESIDENTE moçambicano, Joaquim Chissano, disse ontem estar optimista em relação aos resultados das conversações entre o seu Governo e a Renamo, que antontem recomeçaram em Roma, mas afirmou que não se vai encontrar ainda com o líder rebelde, Afonso Dhlakama. Após um encontro com o primeiro-ministro italiano, Giulio Andreotti, Chissano afirmou não saber sequer "onde as pessoas foram buscar tal ideia", a de um primeiro frente-a-frente entre os dois líderes. Chissano foi a Malta assistir a um congresso internacional sobre o papel da Igreja nos processos de paz, organizado, entre outros, pela comunidade de Santo Egidio, que está a mediar as conversações moçambicanas. ■

THE CITIZEN - 12/10/91

Mandela visits Machel site

JOHANNESBURG. — ANC president Mr Nelson Mandela and national chairman Mr Oliver Tambo yesterday visited the site of the plane crash in which former Mozambican leader Mr Samora Machel and 33 others died five years ago.

Mr Mandela and Mr Tambo met Mr Machel's widow, Mrs Graca Machel, at Komatipoort Airport, near the Mozambique border, yesterday morning before visiting the site where the former Mozambican president died on October 19, 1986. — Sapa

PUBLICO

TERÇA-FEIRA, 8 OUTUBRO 1991

Renamo ataca

EM VÉSPERAS do recomeço das negociações de Roma entre a Renamo e o Governo moçambicano, fontes oficiais de Maputo anunciam que 22 pessoas foram mortas e 170 raptadas, na zona da Gorongosa, na sequência de acções daquela organização rebelde. Por outro lado, dois soldados governamentais e cinco milicianos foram mortos durante uma outra acção da Renamo, a 10 km da capital. ■

Moçambique: Renamo

uma abertura

Tomás Vieira Mário
em Roma

ALGUM optimismo, ainda que comedido, tem sido manifestado pelos mediadores italianos, Governo moçambicano e Renamo quanto aos resultados finais da oitava ronda de negociações de paz em Moçambique, retomada ontem na sede da comunidade católica de Santo Egidio, em Roma. No início da semana, foi aventada a hipótese de um encontro entre o Presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, em Malta. Mas o Presidente moçambicano fez questão de desfazer pessoalmente o «boato», dizendo mesmo nunca ter discutido «essa possibilidade com ninguém».

A eventualidade de tal encontro terá sido avançada por D. Jaime Gonçalves, arcebispo da Beira, e um dos mediadores das negociações de Roma. Apesar de ter dado a entender que um encontro entre si e Dhlakama ainda estava longe de se verificar, Chissano expressou igualmente optimismo em relação à oitava ronda, na base das «informações fornecidas pelos mediadores», segundo palavras suas.

A julgar pela invulgar descontracção com que as partes envolvidas no processo se têm prontificado a prestar comentários a jornalistas em Roma, é de admitir que desta vez as duas partes em conflito acabem por rubricar o documento de «garantias políticas recíprocas», proposta pela mediação na sétima ronda, e, nessa altura, rejeitado pela Renamo, que o considerou «inoportuno e destituído de interesse».

Na base deste documento, conhecido pela designação italiana de «comício» (quadro), a Renamo deveria reconhecer o estado, o governo e as leis fundamentais do país, após o acordo de cessar-fogo. Em troca, o movimento rebelde moçambicano obterá um

estatuto de privilégio em relação às demais formações da oposição em Moçambique, ao mesmo tempo que obterá a garantia de que, até às eleições gerais, Maputo não iria aprovar novas leis que contrariem o espírito do diálogo. Os mediadores pretendem que as duas partes assinem um acordo geral até ao final do ano.

Confirmado este documento de princípios, Governo e Renamo retomarão a discussão da agenda de trabalhos propriamente dita, interrompida na sexta ronda, em Junho. A agenda de cerca de vinte pontos, divide-se, no fundamental, em três capítulos: questões de natureza política (lei dos partidos, lei eleitoral e direitos civis), questões militares (calendário técnico do cessar-fogo, sua supervisão e modalidade para a formação do Exército nacional único) e finalidade, o capítulo das garantias internas e internacionais, em que as partes deverão estabelecer a constituição de uma comissão conjunta político-militar e indicar os países a serem convidados para observadores do processo de transição, até à confirmação dos resultados das eleições gerais.

Os calendários do Governo e da Renamo, quanto às eleições gerais, divergem significativamente. Para Maputo, as eleições deveriam realizar-se já no próximo ano, enquanto que, para a Renamo, esse prazo deveria ser mais alargado.

Em declarações ao EXPRESSO em Roma, Raul Domingos, chefe das negociações de Gorongosa, consideraria que «depois do cessar-fogo, um ano no mínimo seria necessário para permitir a criação das condições necessárias para as eleições».

Torna-se claro que, para o Governo, um prazo mais alargado tornaria ainda mais penoso o seu desgaste, o que seria conveniente à Renamo, a qual precisa desesperadamente de algum tempo para se organizar.

quer Portugal nas negociações de paz

EXPRESSO, SÁBADO 12 DE OUTUBRO DE 1991

PARIS
Do nosso correspondente
Daniel Ribeiro

AS NEGOCIAÇÕES para a paz em Moçambique devem passar directamente por Portugal — disse ao EXPRESSO o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, em declarações por telefone a partir de Nairobi.

O líder rebelde fez também, pela primeira vez, críticas à mediação italiana, que acusou de ter inviabilizado o encontro que Dhlakama deveria ter esta semana com Joaquim Chissano, em Malta. Para aquele dirigente, o encontro foi preparado em cima do joelho, além de «não satisfazer as condições» que a Renamo tinha colocado.

A este respeito, Afonso Dhlakama adiantou: «Os preparativos estavam a ser feitos, mas os mediadores queriam, em cima da hora, que assinássemos um cessar-fogo,

quando nós pretendemos, sim, assinar um acordo político global que defina, nomeadamente, o que vai acontecer depois do cessar-fogo».

Neste contexto, prosseguiu, «participação directa de Portugal nas negociações é, neste momento, importante, uma vez que permitirá dar uma maior dinâmica internacional ao processo» e, por outro lado, «o empenho do Governo português irá redobrar o esforço de Itália».

A alteração de posição encontra no líder da Renamo uma explicação: «Nunca me opus à mediação portuguesa, mas como fomos nós que propusemos a Itália para esse papel não podíamos dizê-lo tão claramente como hoje. Como Joaquim Chissano também está de acordo com a participação do Governo português, nós também estamos».

(Continua na última página)

(Continuação da 1ª página)

Declarando-se optimista, Afonso Dhlakama, disse ainda ao EXPRESSO acreditar que o Presidente moçambicano deseje a paz. «Penso que podemos assinar o cessar-fogo nas próximas semanas, queremos apenas garantir a suspensão de alguns artigos da Constituição que não garantem a liberdade e a seguir estamos prontos a

participar no sistema pluripartidário, em Moçambique».

O líder da Renamo concluiu: «Agora estamos a negociar em Roma, vamos ver o que vai acontecer, mas os acordos de paz podem ser assinados em qualquer outra capital. Não me oponho a que seja em Lisboa, não vejo que isso constitua algum problema».

South Africa

Limping forward

FROM OUR SOUTH AFRICA CORRESPONDENT

IT WAS another gruesome week in South Africa. On October 7th, in the black township of Thokoza east of Johannesburg, unidentified gunmen shot dead 18 mourners who were walking home from the funeral of a well-known member of Nelson Mandela's African National Congress. The ANC promptly accused the police of assisting in the slaughter. Mr Mandela said President F.W. de Klerk had "let loose his hounds of war against the people".

This latest massacre, and the customary revenge killings that followed it, have damaged the peace accord which the government, the ANC and the Inkatha Freedom Party signed in September expressly to stop such outrages. South Africa is nonetheless limping on towards the next landmark in its retreat from apartheid. Since freeing Mr Mandela in February 1990, Mr de Klerk has unbanned the black opposition, released most political prisoners and allowed the return of exiles from abroad. In June he swept the main apartheid laws off the statute books, earning both praise from black Africa and an American decision to lift sanctions. Now he has to lure black leaders into talks on a new constitution.

Each of the political groups uses a different label for the forthcoming talks. Mr de Klerk's National Party speaks of a multi-party conference. The ANC prefers an all-party congress, whereas the Pan-Africanist Congress (PAC) and its ideological cousin, the Azanian People's Organisation (AZAPO), refer clumsily to a "pre-constituent-assembly conference". But, along with Mangosuthu Buthelezi's Inkatha movement and several lesser parties, all agree that some form of round-table talks are imminent. A first meeting could take place before the end of the year.

The difference of labels matters, as a meeting in Durban later this month between the ANC, the PAC and AZAPO (Inkatha is not invited) will make clear. The purpose of the Durban meeting is to forge a united "Patriotic Front" before negotiating in earnest with the government. It will draw up a set of constitutional principles to be laid on the table. The complication is that the Front's argument with Mr de Klerk is not only about the final shape of South Africa's constitution. It is also about who is to do the negotiating.

Mr de Klerk envisages talks, agreement, and then an election to validate the outcome. The Patriotic Front wants the negotiating done by a constituent assembly, which must first be elected by universal suffrage. An "interim authority", not the present white government, would then organise the

transition to the new South Africa. Though Mr de Klerk retorts that this puts the cart before the horse—elections should follow, not precede, agreement on a constitution—he hints at compromise. He has talked about the possibility of giving his rivals a say in government before the adoption of a new constitution.

The ANC has misgivings about playing a part in government until there has been a clean, visible, break with the past. But the appetite for compromise is growing. The PAC and AZAPO, which used to scoff at the idea of talking to the "minority regime", are now confidently expected at the round table. Even the white Conservative Party, on Mr de Klerk's right, is questioning its policy of boycotting the talks. A group of "new right" Conservatives, led by Koos van der Merwe, is debating whether to take part and argue for an independent white "fatherland" alongside the post-apartheid South Africa. The killings in Thokoza may have been intended to trip up the talks. They have also added to the sense of urgency.

The Commonwealth

Room at the top

FROM OUR ZIMBABWE CORRESPONDENT

HARARE

SUPREMELY anxious to make a good impression as host to the Commonwealth's leaders, who assemble in Harare on October 16th for their two-yearly meeting, President Robert Mugabe's government has left no pot-hole unpaved, no building unpainted and no squatter's shack unbulldozed. The city centre has never been safer, cleared of the prostitutes, thieves and even the street-corner vegetable sellers who had claimed it as their own.

Cosmetic changes can be expected from any government expecting an onslaught by the world's press. The Commonwealth or-

ganisers want to focus on the need to promote "good governance", and on respect for human rights. In Africa the gap between all that, and the performance of some member governments, is clear to see. President Daniel arap Moi will hear sentiments about human rights which, if uttered by a Kenyan opposition politician, he would condemn as subversive. Malawi's ancient Life President, Kamuzu Banda, will be trotted out by his handlers in seeming oblivion of the fact that countries under good governance do not have life presidents.

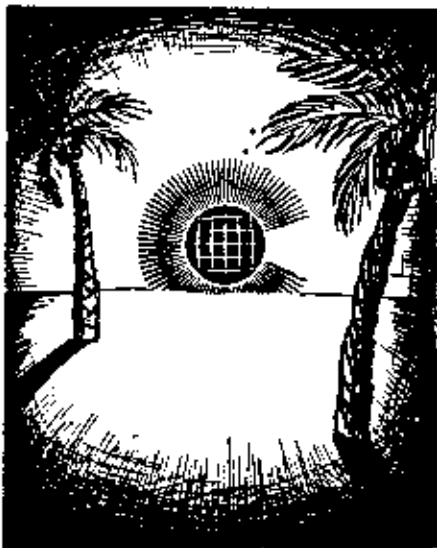
Zambia's political system is teetering; its economy collapsed long ago. But President Kenneth Kaunda, having postponed elections until the end of October, maintains a state of emergency at home while he attends the summit. In Zimbabwe itself Mr Mugabe has adroitly ridden the democratic wave that has swept through Africa in the past 18 months. Having shelved his plans to legislate for a one-party state and renounced socialism, he is painfully opening the stagnant economy to market forces.

With the same finesse, Mr Mugabe may turn the Commonwealth summit to his advantage. The recent diplomatic to-and-fro between London and Harare indicates general eagerness to avoid another row over the continuation of sanctions on South Africa, which withdrew from the Commonwealth in 1961 because of its racial policies. Zimbabwe does a lot of business with its neighbour, but Mr Mugabe has steadfastly refused to meet South African officials.

South Africans have been asked to the conference, though not as official participants. Nelson Mandela of the African National Congress, and his counterpart in the smaller Pan-Africanist Congress, Clarence Makwetu, would be welcome. The interesting idea was that an invitation should also go to Mangosuthu Buthelezi of the Inkatha Freedom Party, and even to the South African foreign minister, Pik Botha.

These eminent South Africans would be invited by Commonwealth leaders not as representatives of the government, but as participants in the negotiations about a new constitution. If Mr Botha and the others would publicly link the constitutional negotiations to the Commonwealth's new drive for good governance, it would tie South Africa back into the Commonwealth network, and identify Zimbabwe as a mediator in that country's transition.

Summit meetings rarely break new ground. But in Lusaka in 1979, pressure from Commonwealth leaders did much to promote the peace talks at Lancaster House that led to Zimbabwe's own independence. A similar success in Harare would make the Commonwealth meeting much more than a set-piece for elderly African leaders, glittering far above the angry democratic forces that shake the continent.



NUMA universidade de Nova Orleães, em 1987, Nadine Gordimer respondeu, a um estudante que lhe perguntava se sentia que a sua obra devia ser um protesto contra o «apartheid», que não quer «sentar-se para escrever uma novela a fim de frustrar uma perversão social pertencente ao domínio da propaganda». Não acré, porém, por declarações destas que o Nobel da Literatura perderá a fama de se orientar por critérios políticos que solidamente ganhou nos (largos) últimos anos. Militante do ANC desde o ano passado, já em 1988 testemunhava a favor de onze milhantes negros, num julgamento em Pretória. «Vivi aqui 65 anos, e estou bem consciente de longo período durante o qual os negros se abstiveram de usar a violência. Nós, os brancos, é que somos responsáveis pela violência». A sua consciência política — para usar a conhecida comichada das frases feitas — está presente desde o primeiro romance (1952). Teve sido a leitura de um texto de Upton Sinclair, *The Jungle*, a despertar-lhe a consciência da teia de engano da sociedade africana. «Percebi que a minha ideia que (os negros) eram exóticos era completamente falsa. Pelo contrário: exótica era eu».

E, no entanto, a recusa das malhas da escrita «engapada» não constitui uma máscara de independência artística a disfarçar a militância desta anglofona, filha de uma inglesa e de um relojoeiro judeu da Lituânia. Estabelece, antes, uma linha divisória entre duas ordens hierarquizadas: a do trabalho político e, acima desta, a da fidelidade à realidade, das paixões humanas e do alheamento social. «Não podemos traçar um limite e dizer "sou uma escritora e vou só falar dos assuntos que dizem respeito aos escritores". Sou também um ser humano», declarou ela à «Time», em 1989. Admitiu que a escrita possa ressoar na ordem da política. Assim, na sua primeira reacção à notícia do Nobel sublinhou que cortava com a supremacia literária europeia mas, «sobretudo, pode contribuir para a mudança política que se vive no nosso país». Mas recusa a ilusão de uma influência decisiva. «Seja o que for que se escreva... não se vai provocar um levantamento de massas, porque as massas não flem». Onde, porém, a criação literária encontra o seu fundo de referência é no mundo dos valores, na capacidade poética de, num momento, mostrar a lacuna das consciências que se furam a aceitar a complexidade indominável do real.

O mundo da cidade Na-

A violência, nas histórias de Nadine Gordimer, Prémio Nobel da Literatura, não é um acto individual mas a corrupção inevitável do homem em «apartheid», até quando se opõe à discriminação

NOBEL

As cores da violência

RUI ROCHA



Nadine Gordimer, sul-africana de 67 anos, recebeu o Nobel mais aplaudido dos últimos anos

dine Gordimer não se confunde com os mundos da sua ficção. Por isso, os seus romances, os seus contos, não são panfletos nem exercícios de realismo socialista. Como ela afirma, não é todavía possível traçar uma linha divisória absoluta entre eles: o que os une é a impossibilidade de viver plenamente a condição humana na situação de «apartheid». O meio que usa para revelar esse «defeito» de humanidade é o diálogo. Sabe, de uma forma ímpar, embalar-nos numa descrição, seja da Natureza africana, seja, mais frequentemente, das pequenas situações do quotidiano, um encontro a dois ou uma festa. Os objectos, os estados de alma, sucedem-se, entrelaçam-se, conduzem-nos no prazer duma leitura fácil, ao fio do seu estilo corredo. De repente, irrompe uma frase ou um curto diálogo, e toda a esquizofrenia latente explode em cena de

leitor atreitamente embala-

do. Toby, recém-chegado de Inglaterra, convida um negro que conheceu para almoçar. «Mas onde é que podemos almoçar juntos?», ri-se o outro, ao ver alguém esquecer-se que não havia restaurantes mistos na África do Sul. (Um Encontro de Estranhos) Ou então, numa festa travada dada por um liberal branco, a dona da casa entusiasma-se com as bebidas tomadas e a animação reinante: «Sentiu-se tão livre e aceita que disse a Sato e a Steven: — Vou ver se os nossos irmãos negros na cozinha nos podem aquecer umas latas de sopa» (ibid.). Veja-se como Bam e Maureen (*A Gente de July*), fugidos de uma hipotética insurreição negra para a aldeia do criado preto, descobrem que afinal nada os separa daqueles «selvagens»: «Os comprimidos para a má-

ria: — Onde arranjava tu o fornecimento? Com certeza que não os tínhamos no armário da casa de banho?... — Roubei-os. Na farmácia. Depois de eles usarem as latas». Depois destes instantes de revelação, tudo continua, no rume rume seguro e distraído de que se faz a possibilidade de viver dia a dia, sem ter de tocar os outros.

O carácter legal de que se reveste essa identificação do outro transforma a meioforma na coisa viva, a apreensão filosófica do Outro no drama ridículo, pungente, da realidade imposta: «Fui casada com um indiano... Foi antes da Lei dos Casamentos Mistos, claro. Senti-me sufocar com vontade de rir; não o conseguia evitar e disse apressadamente: — Não sou capaz de pensar o casamento em termos de legislação» (*Um Mundo de Estranhos*). E é nesta realidade incontornável

daquilo que, sob outros sóis, é abstracção conceitual, que se encontra a dimensão de absurdo que faz jus, pela intensidade poética e não por qualquer intenção política, a essa atribuição do Nobel ao trabalho de Gordimer.

AINTOCABILIDADE, legalmente definida, percorre obsessivamente as histórias de Gordimer: «Ela é a primeira a não fazer de conta que as cores e texturas diferentes dos seus seres não constituíam uma terrível fascinação. Como pode ser doutro modo? As leis que lhes determinaram o curso da vida são feitas de pele e cabelo, de lábios mais ou menos finos ou grossos... Pele e cabelo. Tem sido mais importante que qualquer outra coisa no mundo» (*Um Capricho da Natureza*). Cecil confessa assim (*Um*

Mundo de Estranhos) a sua estranheza pelas amizades do amante com gente de outra cor: «Sabes, não sou capaz de imaginar... quer dizer, um negro na mesa ao meu lado, a falar comigo como outra pessoa qualquer. A ideia de lhes tocar nas mãos...» Por isso, omnipresente, a confrontação dos sujeitos de variadas peles com a sua situação de separação e vivida através dos gestos do dar e do receber, e não branca que estende o objecto, cigarro, comida, as mãos negras que não lhe tocam, recusam esse contacto, unindo-se em concha para receber a oferta.

A mão que estende pertence habitualmente a um branco liberal (de esquerda, como se dita por cá). E são esses «liberais», na sua boa consciência paternalista, a estabelecer as pontes entre as cores separadas. Se a sociedade convencia das suas boas razões, anglofona ou, as mais das vezes, africana, se espanta na vacuidade dos rituais sociais em que nos é apresentada, o paternalismo liberal é impiedosamente castigado na ambiguidade das suas posturas. É o caso, por exemplo, da Maureen (*A Gente de July*), ao confrontar-se com o ex-criado que mira a passada submissão. O jornal liberal sul-africano «Leadership» chegou a recusar uma entrevista com a autora por a considerarem simplesmente socialista.

Existe, porém, um tipo de «herói» não-militante em alguns dos seus livros, de que são exemplos o negro Steven (*Um Mundo de Estranhos*) ou a branca Hillela (*Um Capricho da Natureza*) que, mais que lutarem contra as fronteiras, têm o «savoir-faire» de viver fluindo-as, como se o seu mundo já não fosse o dos preconceitos insensatos. São os marginais que, ao seio do absurdo, mostram a possibilidade da diferença que é, si, ser norma), o sinal de um novo país, sem África do Sul nem Azãria, mas uma pátria rica de todas as suas memórias. «Existe um momento a meio da vida, se esta vida estiver plenamente empenhada no mundo e no presente, em que não há espaço nem lugar para a reflexão. O passado não é um fantasma, mas uma aprendizagem a utilizar» (*Um Capricho da Natureza*). Nelson Mandela saudou este Nobel como uma homenagem a todos os sul-africanos comprometidos com as causas: «da verdade, da dignidade humana e da liberdade».

(Trad. em port.: *Um Mundo de Estranhos*, Difel; *A Gente de July*, Teorema; *Um Capricho da Natureza*, D. Quilote; e uma selecção de contos, *Numa segunda-feira de Certeza*, Edições EXPRESSO, SABADO, 12 DE OUTUBRO, 1990, p. 70)

Congresso na África do Sul

Extremistas brancos prontos para guerra

A EXTREMA-direita sul-africana, em vias de ser proibida pelo Governo do Presidente Frederik de Klerk, «por pressão» do ANC, prepara-se para entrar na clandestinidade, segundo afirmou o porta-voz do Movimento de Resistência Africânder, Piet Rudolph, em entrevista à agência France-Press.

Após um congresso de três dias em Vereeniging, 70 quilómetros ao sul de Joanesburgo, o porta-voz do movimento indicou que Eugene Terre Blanche tinha sido reconduzido como dirigente da organização extremista, e as suas armas de Wett como «general» do «braço armado» do AWB.

O informador oficial do movimento sul-africano de extrema-direita sublinhou que o Congresso discutiu, apenas, as «questões militares».

«Debatemos o que fazer durante a guerra que vai acontecer. Não falámos das negociações constitucionais entre o ANC e o Governo, nem da conferência multipartidária» que vai discutir o

futuro da África do Sul, até ao final deste ano.

Para fazer uma demonstração da capacidade militar da organização, o movimento de extrema-direita organizou um desfile armado, de cerca de duas mil pessoas, pelas ruas de Vereeniging.

Entretanto, o ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Pik Botha, considerou como «injustas» e «oportunistas» as novas sanções contra a venda de armas à África do Sul, anunciadas na sexta-feira por Washington. Pik Botha, que falava no regresso de uma visita à Austrália, Nova Zelândia e Formosa, reagiu assim à decisão dos EUA de imporem novas restrições na venda de armas a Pretória.

A África do Sul foi acusada de vender mísseis, e a respectiva tecnologia, ao Iraque, através da empresa Armscor. Pik Botha sublinhou que as sanções não têm qualquer efeito prático sobre esta empresa, uma vez que as restrições actualmente existentes são mais vastas do que as agora introduzidas.

ANC acusa polícia

MAIS de 31 pessoas já foram vítimas da recente onda de violência na África do Sul, considerada pelo arcebispo Desmond Tutu como um «espectro de Frankenstein» que se abateu sobre os bairros negros. Tutu organizou ontem uma conferência de paz na Cidade do Cabo, num esforço para terminar com os violentos confrontos entre grupos de negros rivais. Os recentes conflitos iniciaram-se há três dias, durante o funeral de um dirigente do Congresso Nacional Africano (ANC), e motivaram acusações mútuas de «má-fé e incompetência», entre o líder da organização negra, Nelson Mandela, e o Presidente sul-africano, Frederik de Klerk. O ANC não hesitou em acusar a polícia de ter morto pelo menos três das 18 vítimas dos confrontos. Os incidentes foram os mais sangrentos desde a assinatura, em meados de Setembro, de um acordo de paz entre o partido governamental, o ANC e a outra organização negra rival, o Partido da Liberdade Inkatha. ■

A República da África do Sul pretende relações com a China

O MINISTRO dos Negócios Estrangeiros da República da África do Sul, Roelof «Pik» Botha, deslocou-se secretamente à República Popular da China com o objectivo de convencer o Governo de Pequim a iniciar relações diplomáticas entre os dois países.

A revelação foi ontem feita pelo semanário sul-africano *Sunday Star*, de Joanesburgo, o qual, apesar de não ci-

tar fontes, acrescenta que Botha foi recebido pelo seu homólogo chinês, Qian Qichen, durante um périplo efectuado na última semana e que incluiu, ainda, visitas à Austrália, Nova Zelândia e Formosa.

Roelof Botha disse no fim-de-semana, à sua chegada a Joanesburgo, que fizera visitas que não constavam no programa, escusando-se to-

davia a explicitar aonde se deslocara.

O *Sunday Star* refere que empresários sul-africanos têm estado a efectuar trocas comerciais com a China e que o Governo de Pretória os tem encorajado nos seus esforços, englobados num projecto mais amplo, tendente a iniciar relações comerciais da África do Sul com os países do continente asiático.

MORTE NO SOWETO — Dez pessoas — oito homens e duas mulheres — foram mortas ontem à noite por homens armados no gueto negro do Soweto, perto de Joanesburgo, noticiou a agência sul-africana SAPA, citando um polícia daquele subúrbio negro. Os sangrentos acontecimentos ocorreram em Maptela, coração do gueto. O porta-voz da polícia recusou-se a comentar imediatamente a informação.

Um grupo de protestantes gay manifestou-se ontem em Joanesburgo contra a opressão de que são alvo os homossexuais, fazendo a comparação com os negros. Os cerca de mil manifestantes, brancos e pretos, gays e lésbicas, consideraram, em cartazes apresentados nas ruas da cidade, que a opressão aos negros é a mesma que sofrem os homossexuais, preconizando uma luta só a favor de direitos iguais na África do Sul. *Lusa/AFP*

'Club' door will be opened a crack

BRENDAN SEERY
Weekend Argus Reporter

THE Commonwealth summit, which starts in Harare on Tuesday, will mark the beginning of the end of South Africa's isolation.

The door that Hendrik Verwoerd slammed shut 30 years ago will be opened a crack as the "club" of former British colonies prepares to take a new active role in the formation of a "new South Africa".

It will probably also be the last time South Africa will be forced to watch such a gathering from the sidelines. The next time the Commonwealth calls a summit, South Africa could again be a full member.

Most tangible result of the Harare gathering will almost certainly be the lifting of "people to people" sanctions, including restrictions on travel for South African passport holders, and bans on contacts between officials.

And, behind-the-scenes there are likely to be moves towards formal Commonwealth initiatives echoing the Eminent Persons Group safari in 1987.

While it is expected that the ANC will deliver strong warnings to the Commonwealth countries not to go too far too fast on lifting restrictions against Pretoria, there is a growing feeling among influential nations like Nigeria - whose leader General Ebrahim Babangida is current Chairman of the Organisation of African Unity - that the South African problem must be solved soon.

The omens were good this week that the 50-nation body would be making new moves on South Africa:

- Zimbabwe President Robert Mugabe pledged that the Commonwealth Heads of Government meeting would not be used as a platform to pillory South Africa.

- The Queen, on her arrival in Harare, made a startling break with tradition by taking a political line in a speech urging Commonwealth leaders to give South Africa "every encouragement" on its way to a democratic nonracial constitution.

- British Prime Minister John Major called for the return of the country to the Commonwealth, saying that was her "rightful place", praising President F W de Klerk's elimination of

Will SA come in from the cold

Weekend Argus, October 12 1991

apartheid, and saying now was the time for an end to international isolation.

- A Canadian official predicted the summit would end visa restrictions and bans on contacts between officials, as a prelude to lifting trade embargoes against South Africa.

The last time a full Commonwealth heads of government meeting was held in this part of the world was 1979, in Lusaka, Zambia, when that country was considered to be the "frontline" of the struggle against white Rhodesia. After that summit, the wheels were set in motion for Lancaster House and the final settlement which led to the birth of Zimbabwe in April 1980.

Political scientist Professor Peter Vale, of the University of the Western Cape, said he believed the Harare summit would be "South Africa's Lusaka".

Although the situation in Zimbabwe in 1979 was different from that in South Africa today, Professor Vale said he felt there could be the same "formalisation of a process" which would lead eventually to the resolution of the South African problem.

Political and diplomatic observers note that despite the fact that the South African issue is being played down on the Harare summit agenda, developments south of the Limpopo would be a major topic of discussion behind closed doors.

ANC President Nelson Mandela is certain to have his work cut out for him meeting all those who wish to be briefed on the latest situation in South Africa.

South African Foreign Minister Pik Botha will also have been doing strenuously lobbying of his own on his trip this week to Australia and New Zealand. The two countries are key players in the Commonwealth, and diplomatic observers say the timing of Mr Botha's trip there was no coincidence.

But does SA want to enter

THE Commonwealth may want to embrace South Africa again, but the government really is not all that interested.

Queen Elizabeth and Zimbabwe's President Robert Mugabe have made encouraging noises in the last few days. And British Prime Minister John Major drew rapturous applause at the Conservative Party conference in Blackpool when he praised President De Klerk and emphasised his belief that international isolation of South Africa must end.

His remarks could have been timed for maximum impact. The Commonwealth heads of government conference begins in Harare this week and South Africa will be a major issue.

South Africa is not playing hard to get, but a government source said membership of the Commonwealth was a non-issue.

"We have a domestic agenda. Once that is complete it is likely to open many doors. Membership of the Commonwealth or other organisations is something which we will look at somewhere down the road," he said.

The government source added that the emphasis was now on sorting out the country's internal problems and setting in place a constitution which had the support of the entire population. The present gov-

JOHN MacLENNAN

Weekend Argus Political Staff

ernment would not take such a far-reaching decision as attempting to rejoin the Commonwealth before that.

"Once the new constitution is in place a number of things will happen and we will examine the implications and priorities of various possibilities."

Future links will not be based on historical ties, but on the country's self interest in gaining spin-off benefits in trade, economic development, shared technology and in agriculture.

The government is also leary of making any pro-Commonwealth statements at the moment because the South African issue would again dominate the conference and, said a spokesman, "they have enough problems of their own".

Foreign Minister Pik Botha is already on record as saying he believes "only the glue of apartheid kept the Commonwealth together".

The government view is that the country should concentrate on developing links to create a vibrant southern African region on the line of a United States of Southern Africa - USSA.

The government was not invited to attend the conference, but observers will report on conference developments.

SUNDAY TIMES [CAPE EDITION] - 13/10/91

ANC's two faces baffle investors

SIMON BARBER sums up what was seen as eccentric posturing by the organisation at this week's investment conference held at Notre Dame University, at South Bend, Indiana

AMERICAN businessmen were shown two faces by the ANC at the conference.

The first one, sketched by foreign affairs director Thabo Mbeki, they found modestly encouraging. Unfortunately, it was the second, presented by Trevor Manuel, secretary of the ANC's economics department, for which the meeting will most likely be remembered.

There is some dispute as to what Manuel actually said at Monday's closed-door session, but no doubt about its effect. Most of the 30 or so mainly mid-level executives who made the trek to South Bend, Indiana, emerged from the conference room wondering why they had contributed up to \$5 000 per firm to fly the ANC over.

Serious

Most hailed from companies that have weathered investment bans, shareholder pressure, double taxation and the potential loss of state and city contracts to stay in South Africa. The remainder were by and large from firms that have either succumbed or reduced their exposure to the point where it does not benefit the South African economy.

It was a familiar crowd, betokening little fresh interest on the part of serious players who do not already know South Africa well.

What it heard Manuel say was that the ANC, once in power, might punish companies that had persisted while giving special treatment to those that had complied with the movement's wishes — either by disinvesting or never investing in the first place.

Threat

Manuel later insisted he and his seven-member team were merely "kicking the ball about" on a new investment or "empowerment" code and that whatever they said could not be treated as policy since the code would not be finalised until the ANC was in power.

He complained that the Americans refused to appreciate that "for us, politics and economics are inseparable". He also strongly denied that there was "any threat on our part" since this would be "counter to the spirit with

which we've entered into negotiations" with the government.

He did, however, concede that the establishment of rules for new investment, which would entail requirements for black board representation and equity ownership, raised questions about how to deal with existing US subsidiaries.

"If you're saying to new investors, 'Put blacks on your boards', what do you say to those companies that are already there?"

That was not precisely how others recalled it. One American participant who took detailed notes, and whose view was confirmed by half a dozen business representatives, said: "They left the distinct impression that those companies which stayed behind may face some political difficulties with the ANC."

Pressure

This source, again corroborated by others, also said that Manuel and his colleagues "sneered at the Sullivan Code companies", arguing that their social responsibility efforts were "not adequate" and singling out one of the code's most dedicated adherents, Johnson and Johnson, for special criticism.

Offending firms that have resisted pressure to leave is one thing. But in attacking the Sullivan Code, the ANC team did nothing to reassure the representatives of companies that have departed. Scouts from General Motors and Ford were on



THABO MBEKI
Made firms feel wanted



TREVOR MANUEL
In a vindictive mood

hand, as were a number of bankers.

"There were companies there which said they were prepared to go back right now if they were given the signal," a participant recalled. "They said they needed competitive arrangements but were willing to contribute to stepped up social programmes... They came away very distressed and felt a high degree of intellectual hostility."

Joseph LaBonte, who was briefly chairman of Reebok, the athletic shoe company which has used its support for sanctions to dampen criticism of its aggressive marketing of R300 sneakers to poor black teenagers in the US, tried to act as an intermediary.

LaBonte, who is bitterly resented by some in the business community for Reebok's sanctions stand, pleaded for companies to show some understanding. The ANC had not had time

to work through its positions, he argued, and furthermore there might be some merit in "rewarding" those firms that had stayed away.

This did not sit well with executives who felt LaBonte was unwittingly blinding the ANC to reality: no company that had left South Africa and almost none that never invested there to begin with, had acted out of respect for the ANC's wishes.

Tragedy

Their decisions were and would always be economic. It was in those terms, and those terms alone, that South Africa would have to compete for investment. The reward idea, let alone the penalty one, was dangerous nonsense. Threaten to politicise investment and it would dry up.

The tragedy of it all was that the companies were not asking that much: a welcome mat and an end to state and local sanctions.

In many cases, they were asking less than they might demand of others seeking their business.

Had it been left to Mbeki, the outcome might have been very different. He at least made the companies feel they were wanted, whether or not they had disinvested, and while he did not satisfy them on sanctions directly, he gave them the right winks.

In an address on Sunday night, before he flew off to another conference in Frankfurt, he came as close as any senior official ever has to declaring the process of change irreversible. He openly endorsed President FW de Klerk's position that a new system had to be in place by 1994 when the present government's mandate expired.

Message

Just as important, he predicted that agreement on interim arrangements was only months away and that the ANC would then be in a position to make the "unequivocal" call for the removal of sanctions sought by the businessmen.

In the meantime, he urged, US investors should not start planning to re-engage. Nor should they be deterred by the ANC's rhetoric on nationalisation and the disavowal of debt. "No major organisation can say we've sorted out our economic policy and we know what to do."

Even though the "look now but don't touch" approach may have sounded impossibly naive, it also appeared to be the product of short-term political necessity. Mbeki, many of his listeners thought, was trying to pass them a message.

That message might have got through had not Manuel and Co torn it up the following morning.

COMMUNISM HAS NO FUTURE HERE, SAYS BOESAK

COMMUNISM was not an ideology that had any future, Dr Allan Boesak said this week. And once apartheid was defeated, he added, the SA Communist Party and the ANC would part company.

Dr Boesak, who was recently elected Western Cape leader of the ANC, also said dual membership of the ANC and SACP could not be logically explained.

He was outlining how he intended persuading religious people to join the ANC despite his and their misgivings about its alliance with the SACP.

Religious

Dr Boesak said many people in the "so-called coloured" community of the Western Cape wanted to distance themselves from communism.

"A large section of the people in these communities are religious."

"Many have said to me that they have a problem with the alliance between the ANC and the SACP... Christians and Muslims have said that they cannot subscribe to that philosophy and they want to know what their position would be should they join the ANC. It is something the ANC should continue to

By MIKE ROBERTSON
Political Correspondent

address," Dr Boesak said.

Asked how he, personally, responded to these concerns, Dr Boesak said he emphasised, quoting ANC president Nelson Mandela, that the alliance was historic and strategic.

"Which means that as soon as we have achieved the main goal of overturning apartheid, the alliance as it exists today will go its separate way. That is what Mr Mandela says. I think that has helped me come to terms with it."

Dr Boesak said he told religious people whom he was trying to convince to join the ANC that they should not be afraid of communism.

He reasoned: "Worldwide it is clearly understood now that this is not an ideology that has any future."

"Even when I listen to some of the SACP members speak today they remind me far less of Lenin and Karl Marx than of some of my Social Democratic friends in Sweden, Norway and Denmark. That is more the language that they speak these days."

He added: "What makes communism attractive to our people is the insistence on equality in society. It's their concern for the oppressed and the poor in society. That Christians know about."

"The whole biblical ethic from beginning to end has been an ethic that has placed God firmly on the side of the poor. That concern I say to the communists is nice, but it is not new. Christians have always believed that. It represents the best in the Christian tradition."

Positive

Dr Boesak added: "What remains a problem is the symbiotic relationship between the ANC and the SACP in terms of dual membership and so forth. This is something you cannot explain logically if you think of political alliances or even if you think of coalitions."

He believed, however, that this relationship was something the ANC was "strong enough in itself and mature enough to discuss... I believe what one should do is move into the organisation and make as positive a contribution as one can as a Christian."

Slovo decides to call it a day

WEEKEND ARGUS - 13/10/91

SACP General-Secretary Joe Slovo — after guiding his party through the transition from hardline Marxist-Leninism to democratic socialism — told Weekend Argus in an exclusive interview he would not be standing for re-election at the party's national congress in December.

Dismissing speculation that ill-health could force him to stand down, the SACP stalwart said the real reason was that his increasing involvement in ANC structures and decision-making was making it difficult for him to perform his SACP duties to the full.

"I have been devoting most of my energies to my role in the ANC and I believe the party has suffered as a result. We will have to look for somebody who will wear only one hat," Mr Slovo said.

But while he would be standing down from the SACP's top leadership — "unless the congress decides I must stay on" — he said he would certainly not be giving up his party membership.

"I will continue to be an active member of the party and I will continue to work for its ideals," Mr Slovo said.

SACP stalwart Joe Slovo will not be standing for re-election at the party's national congress in December. Weekend Argus Reporter **IVOR POWELL** spoke to him about the future.

He also shared with Weekend Argus an astonishing piece of information: that at the time of the SACP's unbanning, it numbered fewer than 1 000 members.

The ideals of the SACP, Mr Slovo pointed out with something approaching paternal pride, have changed considerably over the past three years.

"At our congress we will be finalising a new manifesto to replace the old party programme, taking account of the very major changes that have taken place since 1989 when that programme was adopted.

"We will also be adopting a new constitution which will attempt to chart the path of the new kind of party we are trying to build, based on the experiences of the failed models of the past.

Elaborating, Mr Slovo said the draft manifesto "concentrates on the key factor which punctuates all our approaches, and that is that it is not socialism that has failed but a distortion of socialist doctrine which brought about a separation between socialism and democracy."

Pursuing this thinking, the SACP has in both its draft manifesto and its draft con-

stitution adopted a multi-party democratic model.

"We are unconditionally committed to multi-party democracy in both our draft manifesto and constitution," Mr Slovo said. "But we do not support a sense of democracy which has people voting every five years and then leaving it to the leadership until the next election."

He spelt out a conception of socialist democracy in which people and organisations would be involved in decision-making throughout the political process.

"For instance, on consumer issues we would construct forums where consumer groups would have a voice, on economic issues we would have consultation with trade unions and employers, and so on.

"One of the lessons we have learned is that it is not enough to merely have party members involved in planning, it is part of our understanding of democracy that the net has to be cast wider than that.

"We've moved away from the Stalinist conception of a vanguardist party in the sense in which the term has been used to indicate a party claiming a natural and

constitutional right to govern and to lead its constituents. We now believe we have to achieve this role in context with other political forces, earning and re-earning our right to claim such leadership."

At the same time the party would not be the kind of monolithic force traditionally associated with communist groupings.

Mr Slovo pointed to a freedom of speech clause in the draft constitution — unique among communist parties — which makes it possible for members to espouse minority views within the party and to pursue these views internally to determine or reverse policy.

Mr Slovo also emphasised the SACP would cast off the mantle of secrecy it had adopted during the years of illegality.

"We no longer want to be a conspiratorial cabal. We want to emerge from this congress with the kind of party we had before we were made illegal. Before 1950 there was not a single secret member of the SACP."

Mr Slovo pointed out that the new SACP draft constitution went way beyond most of its counterparts by specifying that "members in fraternal organisations (such as the ANC) shall be bound by the discipline and decisions of such organisations and movements. They shall not create or participate in caucuses designed to influence either elections or policies.

"Let us hope that convinces people who still think we manipulate the ANC."

Mugabe quer agradar à Rainha...

O presidente do Zimbabué, Robert Mugabe, resolveu nos últimos dias poupar a Rainha Isabel II de Inglaterra do espectáculo sempre desagradável da pobreza. Para tanto, mandou demolir dois bairros de lata inteirinhos que existiam no meio de Harare, uma capital que Mugabe se tem esforçado por manter na primeira linha da luta contra as injustiças sociais no continente africano.

Enquanto os *bulldozers* arrastavam cerca de duas centenas de barracas, vários milhares de pessoas que antes ali viviam eram colocadas em camiões com os seus haveres e despejadas num terreno a cerca de 40 quilómetros de Harare, onde — dizem jornalistas — as condições de vida são extremamente difíceis. Mas estão, pelo menos, fora dos olhares dos visitantes ilustres, que



Robert Mugabe

começaram a chegar à capital para participar na Cimeira de Chefes de Estado da Commonwealth, que na semana que vem tem início. A monarca britânica, que chegou à capital do Zimbabué

na quinta-feira, depois de uma bem sucedida visita à Namíbia, não verá com certeza o espectáculo pouco digno dos bairros de lata, que se situavam precisamente num bairro que ela deverá visitar.

Mugabe é que não saiu desta história pela porta grande. O mundo está hoje mais pequeno do que nunca e os órgãos de comunicação social de todo o mundo — a começar pela prestigiada BBC e acabando em inúmeras estações de rádio e jornais do continente africano — não têm poupado o dirigente zimbabuano às mais duras críticas.

Mas mais do que críticas poderá Robert Mugabe receber da África do Sul nos tempos mais próximos. É que o Zimbabué corre o risco de não ver o seu acordo preferencial de comércio com a África do Sul renova-

do porque os dirigentes de Pretória estão «cansados» dos constantes apelos às sanções lançadas pelo presidente Mugabe nos foruns internacionais, designadamente na OUA e ONU, ao mesmo tempo que goza de um estatuto de privilégio nas suas trocas comerciais com os «vizinhos racistas». Ainda no passado dia 1, Mugabe voltou a apelar às Nações Unidas para que mantenha a pressão contra a África do Sul, poucas semanas depois de ter pedido — levantando um coro de chacota não só aqui como até em alguns países da SADCC — uma melhoria no já exclusivo acordo comercial com Pretória.

A verdade nua e crua é que Robert Mugabe nunca se mostrou envergonhado de ter vendido no ano passado à mesma África do Sul, que tanto pretende ver isolada, mercadorias no valor de 500

milhões de randes. Da mesma forma que nunca fez grande publicidade do bilião e 500 milhões de randes de bens que o Zimbabué comprou a Pretória no mesmo período. Tudo ao abrigo do acordo preferencial de comércio que já data dos tempos de boas relações entre Pretória e a então Salisbury (quando aqui havia *apartheid* na sua versão mais dura e Ian Smith governava na então Rodésia). O que prova que o líder zimbabuano sabe usar como ninguém as leis do antigamente quando elas servem os seus propósitos. Já no caso dos bairros de lata, as demolições fizeram-se ao abrigo de uma lei municipal que o partido de Mugabe resolveu «desenterrar» das gavetas da câmara, ainda dos idos tempos do já citado Ian Smith...

António Pina,
em Joanesburgo

Harare summit likely to be more harmonious

By Ian MacKenzie

HARARE. — Commonwealth leaders hope their showpiece summit next week will be the last at which the divisive issue of South Africa hangs over their heads.

Diplomats say the absence of former British Prime Minister Margaret Thatcher and her abrasive style of confrontational politics should lead to a more harmonious gathering despite continuing differences between London and other Commonwealth members over sanctions.

Fifty leaders representing some 1.4 billion people — a quarter of the world's population — are due to attend the seven-day Commonwealth Heads of Government Meeting (CHOGM) opening next Wednesday under the chairmanship of Zimbabwe's President Robert Mugabe.

"We will not concentrate on our areas of disagreement. These are well known and we will not achieve much by promoting discord," a senior Zimbabwean official said.

Lot in common

"We have a lot in common and we can find solutions by promoting these, and the differences will be resolved by time and cir-

cumstances."

South Africa left the Commonwealth 30 years ago when it became a republic. Since then, Commonwealth nations have been in the forefront of efforts to force Pretoria to end its apartheid race policies.

Commonwealth diplomats acknowledge State President De Klerk's government has moved in the right direction in abolishing apartheid laws, but there is concern that political reforms to bring real democracy to South Africa are not moving fast enough.

Nelson Mandela, president of the African National Congress (ANC) and Clarence Makwetu of the more radical Pan Africanist Congress (PAC) will be in the wings at the Harare summit to insist Commonwealth governments maintain trade and economic sanctions until Blacks are assured an equal place in a non-racial democratic South Africa.

Changes

Diplomats speak of a collective Commonwealth effort to bring real democracy and lasting peace to South Africa and help in the post-apartheid reconstruction of the country.

The evolution of the Commonwealth in a dramatically changing world

is of major concern.

Since the last meeting in Kuala Lumpur two years ago, the world has seen the end of the Cold War and the demise of Communism in Eastern Europe and the Soviet Union, winds of democracy sweeping through the Third World and Africa in particular, a Gulf War that threatened oil-dependent economies around the globe, and a resurgence of nationalist spirit.

A High Level Appraisal Group of 10 heads of government is due to present recommendations on the Commonwealth's future to the meeting. The Commonwealth in its present form dates from January 1951 in the early days of the decolonisation era.

A new international order is unfolding "where bread and butter issues take precedence over ideologies and where freedom and democracy is the war cry," a Zimbabwean official said.

"We have to address these much more honestly than we have done before," he added.

Britain's Queen Elizabeth, as head of the Commonwealth, will meet each Head of Government individually during the meeting.

British Foreign Secretary Douglas Hurd told

a news conference in Harare last month Britain wanted to avoid further unseemly squabbles over South Africa. Prime Minister John Major, attending his first CHOGM as Head of Government, wants the Commonwealth to use the meeting to re-define its role in a changing world.

The Commonwealth leaders will have an opportunity to discuss the future informally during the traditional weekend retreat, this year at a luxury hotel overlooking the spectacular Victoria Falls on the border with Zambia.

"For us, we hope the forthcoming Commonwealth conference will go a step further to illustrate to the world at large that it is an action-oriented organisation by addressing pertinent issues and suggesting practical solutions," said the Zimbabwean official, who requested anonymity.

"This is the Commonwealth's proud record up to this stage, and as hosts we would be honoured if Harare was the place where some of the pressing regional and international problems were tackled."

He said Zimbabwe and the London-based Commonwealth Secretariat had sounded out several Commonwealth countries

in the last few months and the agenda reflected what members wanted to discuss.

These included democracy and good governance, economic development and co-operation, political developments in South Africa and peace prospects in trouble spots.

Lobby

Non-governmental organisations (NGOs), who held their first Commonwealth forum in Harare in August, will lobby the summit, while a report pressing for more attention to human rights will also be presented to the meeting leaders.

"Democracy, human rights and development are key issues," a Commonwealth source said. "But you can't build democracy on hunger."

Malaysian Prime Minister Mahathir Mohamad, host to the last CHOGM in Kuala Lumpur, has told Commonwealth finance ministers that donors should not link aid to performance on human rights or the environment.

"We should use whatever leverage we have to spread the gospel of democracy and human rights, but we must not destroy the very people we wish to help," he said. — Sapa-Reuters.